RELATÓRIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE 2021

Conexões que inspiram

isa CTEEP

1 – **Mensagem do Presidente** 4

2 – **Destaques ESG** 6

3 – **Sobre o relatório** 8

Materialidade

4 – **Perfil ISA CTEEP** 14

Boa governança e integridade

Modelo de negócios

5 – **Estratégia 2030** 32

Gestão de riscos

6 – **Análise de materialidade** 40

Solidez e crescimento

Excelência

Antecipação e inovação

Liderança transformadora e capacidade de influência

7 – **Resultados econômico-financeiros** 78

Receita operacional bruta

8 – **Anexos** 82

Complemento de indicadores GRI

Sumário de Conteúdo GRI

Carta de asseguração

Créditos e informações corporativas

Mensagem do presidente

GRI 102-14

Em 2021, mais uma vez, a ISA CTEEP comprovou sua capacidade de gerar valor sustentável aos seus públicos de relacionamento. Pautados pelo propósito de criar Conexões que Inspiram, superamos os desafios, realizamos entregas importantes e reforçamos nossos valores e compromissos, com o apoio dos nossos mais de 1.300 colaboradores, fundamentais para que alcancemos nossos objetivos.

Diante da pandemia de COVID-19, que ainda não cessou, priorizamos a saúde e segurança de nossos colaboradores e terceiros. Seguimos com os protocolos para mitigar a propagação do vírus, incentivamos a vacinação e realizamos sessões com médicos e epidemiologistas para esclarecimento de dúvidas em relação à imunização. Ao final do ano, comemoramos 98% do nosso quadro funcional imunizado.

Gerar valor sustentável envolve, também, garantir a entrega de energia elétrica confiável à população por meio da excelência operacional. Nessa frente, seguimos ampliando os investimentos na modernização da rede e na expansão do sistema de transmissão nacional, com disciplina na alocação de capital e foco na eficiência nas operações com elevados índices de disponibilidade e qualidade de atendimento.

Em 2021, energizamos dois projetos arrematados nos leilões de transmissão realizados pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) – a Interligação Elétrica Aguapeí e a Subestação Lorena, frutos de nossa capacidade de planejamento e de gestão. Ao todo, dispomos de nove projetos em construção, que adicionarão 1,7 mil quilômetros de extensão em nossas linhas de transmissão e potência de 10 mil MVA ao nosso portfólio.

Quanto à Subestação Lorena, gostaria de ressaltar o avanço que esse ativo representa para a ISA CTEEP e para a digitalização do setor elétrico brasileiro. Trata-se da primeira subestação digital do Sistema Interligado Nacional que, além de conferir maior disponibilidade e eficiência na prestação de serviços, contribui para melhorar a confiabilidade e coleta de informações para apoio na tomada de decisão.

Outro marco histórico de inovação para a companhia e para o setor foi a conquista da aprovação pela Aneel do primeiro projeto de armazenamento de energia em baterias em larga escala no sistema de transmissão brasileiro, que será instalado na Subestação Registro (SP), responsável pelo abastecimento da população do Litoral Sul Paulista. Além de facilitar a inserção de energia a partir de fontes renováveis, a tecnologia contribui para a redução de custos de operação e de necessidade de expansão do sistema.

Também concluímos, em 2021, a aquisição da Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE), que opera uma linha de transmissão subterrânea de 30 quilômetros na cidade de São Paulo. Para os próximos anos, seguimos atentos às oportunidades com nosso plano de crescimento baseado em três rotas – reforços e melhorias, participação em leilões (*greenfield*) e fusões e aquisições (*brownfield*) – que devem contribuir para maior robustez da rede.

> “Seguimos ampliando os investimentos na modernização da rede e na expansão do sistema de transmissão nacional”

Houve também um avanço importante com a aprovação, pela Aneel, do reperfilamento da Rede Básica Sistema Existente (RBSE). A medida encerra a discussão regulatória de quase uma década sobre a remuneração do

componente financeiro da RBSE e preserva o valor econômico para a companhia ao garantir o pagamento do componente financeiro até 2028, além de manter a remuneração pelo custo de capital regulatório definido na Revisão Tarifária Periódica de 2018.

Ao longo do ano, apesar dos cenários de incerteza, honramos nossos compromissos com nossos acionistas. No âmbito financeiro, nossa receita operacional bruta (IFRS) totalizou R$ 6.336 milhões, aumento de 49% ante os R$ 4.241 milhões registrados em 2020, reflexo do componente financeiro da RBSE e atualização dos valores por IPCA, bem como reconhecimento do direito complementar Ke conforme Resolução Homologatória da ANEEL nº2.851/21. Também alcançamos o maior pagamento de proventos de nossa história.

Nossa responsabilidade ultrapassa as fronteiras da empresa e se estende por toda a sociedade. Assim, somos pautados pela geração de impactos social e ambiental positivos e contribuímos de forma proativa nas ações de combate às mudanças climáticas e na conservação de ecossistemas. Seguimos com o compromisso de manter nossa neutralidade em carbono por meio da compensação total de emissões de Gases de Efeito Estufa (escopos 1 e 2, exceto perdas) e, ao final do ano, ampliamos a faixa de atuação do nosso Programa Conexão Jaguar para a proteção de 141mil hectares na Serra do Amolar, no Pantanal.

Além disso, perseguimos metas de ecoeficiência em nossas operações que visam a reduzir o consumo de água, energia e gás SF_6 e, pela primeira vez, passaram a compor a remuneração variável dos executivos. Também ressalto a captação de recursos por meio da emissão de títulos verdes (*green bonds*) no valor de R$ 672,5 milhões em 2021 para o desenvolvimento de projetos ambientalmente sustentáveis.

Nessa jornada de evolução, a segurança é um valor inegociável para nós e, a fim de reforçar nossas práticas, lançamos o programa Conectados com a Vida, que, para além de ações para a promoção da segurança, engloba uma percepção de cuidado à vida de forma integral para nossos colaboradores e terceiros. Apesar de todas essas conquistas e avanços, não posso deixar de lamentar as três fatalidades inadmissíveis que registramos com terceiros no período e que têm provocado uma transformação profunda na companhia.

Ainda com relação à gestão de nosso capital humano, seguimos focados em ações alinhadas à nossa Marca de Liderança que reforcem as habilidades necessárias para o cumprimento da nossa Estratégia 2030. Nesse âmbito merecem destaque as iniciativas para assegurar a sustentabilidade de nossos talentos, que incluem capacitação e a promoção de um ambiente diverso e inclusivo, reforçado pelo nosso programa Outros Olhares, com atuação nos pilares de equidade de gênero, raça, LGBTI+ e pessoas com deficiência. No ano, pela primeira vez, lançamos um programa de recrutamento de estagiários com abordagem afirmativa de diversidade.

Frente a todos esses acontecimentos e aos demais que são apresentados ao longo deste relatório, gostaria de agradecer especialmente aos nossos mais de 1.300 colaboradores pela dedicação em 2021. Também agradeço pelas Conexões que Inspiram com a ISA, controladora da companhia e empresa do Grupo Ecopetrol, bem como nossos acionistas, parceiros, com o regulador e com a sociedade.

Para o futuro, seguimos comprometidos com a saúde e segurança de nossos colaboradores e terceiros, com a excelência operacional, com as inovações para contribuir com as transformações do setor e com as ações para a garantia da robustez do sistema de transmissão nacional, sempre pautados pela maximização da geração de valor sustentável para os nossos públicos.

Rui Chammas
Diretor-presidente ISA CTEEP

Destaques ESG

Ambiental

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS AMBIENTAIS GLOBAIS

Neutralidade em carbono desde 2019 (compensação das emissões Escopo 1 e 2, exceto perdas)

Meta de redução de emissões de CO_2 atrelada à remuneração variável da liderança

Ampliação do Programa Conexão Jaguar de 76 mil para 141 mil hectares de área protegida na Serra do Amolar no Pantanal Mato-Grossense.

R$ 672,5
milhões de captação de recursos *green bonds*

Social

ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS

Lançamento do Comitê Estratégico de Diversidade

1.295
colaboradores cobertos por análise de desempenho

Lançamento do Programa Conectados com a Vida e canal específico para saúde e segurança no canal Linha Ética

83%
de favorabilidade na pesquisa interna de clima

35,7
média de horas de treinamento por colaborador

COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

R$ 3,1 milhões
de investimento social incentivado e doações

21
projetos sociais em andamento

ALIANÇAS ESTRATÉGICAS PARA TRANSFORMAÇÃO

98,38%
de compras locais

74,91%
dos fornecedores contratados com base em avaliações ambientais e 76,74% em aspectos sociais

Destaques ESG

Governança

BOA GOVERNANÇA E INTEGRIDADE

12,50%
de mulheres no Conselho de Administração

Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos

60%
da Diretoria-Executiva composta por mulheres

100%
dos colaboradores cobertos por comunicações de ética, *compliance* e anticorrupção

Financeiro e operacional

SOLIDEZ E CRESCIMENTO

R$ 898
milhões de geração de caixa operacional

R$ 3,3
bilhões investidos em projetos de reforços e melhorias, *greenfield* e conclusão da aquisição da PBTE

EXCELÊNCIA

99,99%
de disponibilidade média das linhas de transmissão

99,95%
de disponibilidade média para os transformadores

ANTECIPAÇÃO E INOVAÇÃO

R$ 23,6
milhões investidos em projetos de inovação

Júlio César Leandro de Souza,operador sistema potência, do Centro de Operações, em Bom Jardim (SP).

Sobre o relatório

Sejam bem-vindos ao Relatório Anual de Sustentabilidade 2021 da ISA CTEEP. Nas próximas páginas, apresentamos nosso desempenho e abordagem de gestão sobre tópicos ambientais, sociais e de governança mais relevantes na visão dos nossos públicos de relacionamento e a forma por meio da qual buscamos fortalecer o propósito Conexões que Inspiram.

Em linha com nosso compromisso com a transparência e a tempestividade para a divulgação de informações relevantes ao mercado, apresentamos nosso Relatório Anual de Sustentabilidade, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. **GRI 102-50, 102-52**

O relatório foi elaborado em conformidade com as Normas GRI: opção Essencial e com os princípios de Relato Integrado, do Conselho Internacional para Relato Integrado (IIRC, na sigla em inglês). O documento traz informações de desempenho e abordagem de gestão sobre tópicos ambientais, sociais, econômicos e de governança de maior impacto e influência na visão de nossos *stakeholders*, bem como nossa estratégia de geração de valor e visão de futuro. **GRI 102-54**

Por meio do material, também atendemos às determinações do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que norteia o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão regulador de nossas atividades. Os dados foram assegurados por auditoria externa independente, a PwC, e aprovados pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e pela Diretoria da ISA CTEEP.

Como parte desse processo de asseguração, elaboramos o documento denominado Base de Preparação, conforme a atualização da metodologia da PwC, baseada na norma ISAE 3000, a fim de servir como um guia e orientar e complementar o reporte de informações de sustentabilidade contidas neste relatório. Juntamente à Base, incluímos a Tabela de Indicadores e Critérios, que apresenta os indicadores GRI Standards assegurados, correspondentes ao nosso negócio, com a descrição e detalhamento dos critérios correspondentes a cada indicador, além de evidenciar as exceções e/ou alterações ocorridas nos limites e períodos do reporte (2021), quando aplicável. Ambos os documentos podem ser acessados aqui.

As informações e indicadores GRI são referentes à ISA CTEEP e às subsidiárias nas quais possuímos participação integral, exceto quando sinalizado em nota de rodapé. Também incluímos, ao longo do relato, alguns destaques de ativos em que detemos participação acionária. Os dados econômico-financeiros são apresentados de forma consolidada (subsidiárias integrais e das empresas com equivalência patrimonial), em alinhamento às nossas Demonstrações Financeiras. **GRI 102-45, 102-56**

Boa leitura!

Sugestões e dúvidas sobre este Relatório podem ser enviadas para nossa Gerência de Comunicação, Sustentabilidade e Relações Institucionais, pelos *e-mails*: isacteep@isacteep.com.br e sustentabilidade@isacteep.com.br. **GRI 102-53**

Andre Luiz Alves de Santana, especialista compras direta, do escritório sede (SP).

Materialidade GRI 102-46

A fim de apresentarmos um conteúdo relevante e alinhado às expectativas de nossos públicos de relacionamento, adotamos o princípio de materialidade para a construção do relatório. O processo de materialidade, realizado em 2019 pelo Grupo ISA, envolveu uma pesquisa, por meio de entrevistas por telefone, meios *on-line*, e grupos de discussão, para a priorização dos temas de maior impacto e influência na visão dos *stakeholders*. GRI 102-43

Participaram da consulta realizada pelo Grupo 985 respondentes, dentre os quais colaboradores, acionistas, investidores, profissionais de meios de comunicação, membros de associações e comunidades, clientes, analistas financeiros e representantes de Estado, de Organizações Não Governamentais (ONGs) e das novas gerações. GRI 102-21, 102-40, 102-42

O processo resultou na priorização de nove dimensões que agrupam 28 temas relevantes e refletem os impactos das atividades da companhia sob a ótica de sustentabilidade, assim como sua estratégia de geração de valor. Para 2022, está em andamento uma nova consulta, alinhada à Estratégia 2030 do Grupo ISA, à matriz de riscos e às expectativas dos nossos públicos.

Adicionalmente aos indicadores GRI relacionados no estudo, foram considerados outros conteúdos específicos com o intuito de atender às exigências do Relatório de Responsabilidade Socioambiental da Aneel. Veja a seguir a lista de temas materiais e os limites de seus impactos dentro e fora da organização, assim como os indicadores GRI, capitais do IIRC e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) correlacionados.

Participaram da consulta realizada pelo Grupo 985 respondentes

Matriz de materialidade[1] GRI 102-44, 102-47

1. As dimensões com maior relevância foram: Solidez e crescimento, Excelência na realização da sua atividade e Contribuição proativa para os desafios ambientais globais, enquanto Alianças estratégicas para a transformação se encontra mais na base, como a dimensão de menor relevância em comparação com as outras.
2. Relevância externa: importância dos temas segundo as expectativas dos públicos-chave, o contexto e as tendências que podem afetar a companhia e as exigências de reportes financeiros.
3. Relevância para o negócio (interna): impacto dos assuntos na implementação dos objetivos estratégicos da companhia (Estratégia 2030).

TEMAS MATERIAIS E LIMITE DOS IMPACTOS **GRI 102-46, 102-47, 103-1**

Dimensão	Por que o tema é material	Temas	Limite dos impactos: Dentro da empresa	Limite dos impactos: Fora da empresa	Indicadores GRI	Capitais	ODS
Boa governança e integridade	Boa governança e integridade são dimensões relevantes para todas as pessoas consultadas. Comportamentos não éticos podem levar à perda da confiança de todos os públicos.	1.Independência em relação à governança e/ou terceiros		X	102-16 | 102-17 | 102-18 | 102-19 | 102-20 | 102-21| 102-22 | 102-23 | 102-24 | 102-25 | 102-26 | 102-27 | 102-28 | 102-30 | 102-33 | 102-34 | 205-1 | 205-2 | 205-3 | 206-1 | 405-1 | 415-1	1 2 4 5 6	16
		2. Comportamento ético, íntegro e transparente	X	X			
		3. Estrutura e composição de governança diversa	X				
Liderança transformadora e capacidade de influência	Acompanhar e se antecipar às instituições competentes em matéria de regulação ambiental e social, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável, contribuem para o fortalecimento de atributos como solidez, responsabilidade e compromisso com os territórios.	4. Empresa influente e inspiradora	X	X	102-11 | 201-1 | 203-2 | 419-1	2	7 8 9 11
		5. Líderes inspiradores	X				
		6. Cumprimento de compromissos	X	X			
Solidez e crescimento	A perenidade dos negócios está intimamente ligada à atenção dos administradores a questões extra financeiras. Aspectos ESG (ambiental, social e governança, em português) podem impactar os resultados financeiros no longo prazo e a gestão eficiente desses aspectos contribui para o fortalecimento da reputação empresarial.	7. Cumprimento dos objetivos financeiros e de negócio	X	X	102-6 | 102-7 | 102-10 | 201-1 | 203-1	6	7 8 9
		8. Estratégia adequada de crescimento	X	X			
		9. Otimização de recursos e sinergias entre empresas do grupo	X				

1 – Capital de Infraestrutura 2 – Capital Humano 3 – Capital de Relacionamento 4 – Capital Natural 5 – Capital Intelectual 6 – Capital Financeiro

Dimensão	Por que o tema é material	Temas	Limite dos impactos: Dentro da empresa	Limite dos impactos: Fora da empresa	Indicadores GRI	Capitais	ODS
Antecipação e inovação	Um processo contínuo de inovação constitui uma das alavancas-chave para o êxito empresarial e para responder aos desafios de negócio.	10. Identificação, antecipação e adaptação	X	X	102-15 | 102-30 | EU7 | EU8 | EU12		7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL; 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO; 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA; 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
		11. Cultura de inovação	X				
		12. Versatilidade na exposição ao risco	X				
Excelência na realização de sua atividade	A excelência no desenvolvimento das nossas atividades é essencial para mitigar perdas de competitividade e de eficiência e possíveis impactos à população decorrentes de interrupções.	13. Cumprimento da promessa de valor		X	201-1 | 203-1 | 418-1 | EU4 | EU6 | EU21 | EU28 | EU29		7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL; 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO; 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
		14. Referência nos seus padrões e práticas	X	X			
		15. Segurança das infraestruturas, informação e segurança cibernética	X	X			
Contribuição proativa para os desafios ambientais globais	A América Latina é uma região altamente vulnerável à mudança climática, que também figura entre os principais riscos globais. Assim, para além de contribuir com o combate à mudança do clima, é essencial considerar esse aspecto no desenho e na renovação das infraestruturas de rede.	16. Liderança na proteção da biodiversidade	X	X	201-2 | 302-1 | 302-4 | 303-5 | 304-1 | 304-2 | 304-3 | 304-4 | 305-1 | 305-2 | 305-3 | 305-4 | 305-5 | 306-3 | 307-1		7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL; 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA; 15 VIDA TERRESTRE
		17. Gestão de impactos ambientais	X	X			
		18. Mitigação e adaptação às mudanças climáticas	X	X			

1 – Capital de Infraestrutura 2 – Capital Humano 3 – Capital de Relacionamento 4 – Capital Natural 5 – Capital Intelectual 6 – Capital Financeiro

Dimensão	Por que o tema é material	Temas	Limite dos impactos: Dentro da empresa	Limite dos impactos: Fora da empresa	Indicadores GRI	Capitais	ODS
Compromisso com o desenvolvimento socioeconômico	Escutar e entender os assuntos que as partes interessadas consideram relevantes reforça nosso compromisso com a transparência e com a geração de valor, além de contribuir para o fortalecimento do relacionamento com nossos públicos.	19. Contribuição para o desenvolvimento dos territórios	X	X	102-21 | 102-40 | 102-42 | 102-43 | 102-44 | 202-2 | 410-1 | 411-1 | 412-1 | 412-2 | 413-1 | 413-2 | EU22 | EU25		4 Educação de qualidade; 7 Energia limpa e acessível; 9 Indústria, inovação e infraestrutura; 11 Cidades e comunidades sustentáveis; 13 Ação contra a mudança global do clima; 15 Vida terrestre; 16 Paz, justiça e instituições eficazes
		20. Proximidade e diálogo com as partes interessadas	X	X			
		21. Direitos humanos e gestão dos impactos sociais	X	X			
Alianças estratégicas para a transformação	Os contextos atual e futuro apresentam desafios globais e interconectados. Fazer frente a esses aspectos é cada vez mais necessário, por meio de alianças estratégicas entre diferentes atores com o objetivo de lograr sinergias e atuar conjuntamente para uma meta comum.	22. Parcerias de longo prazo	X	X	102-9 | 102-10 | 102-12 | 102-13 | 102-25 | 204-1 | 308-1 | 308-2 | 414-1 | EU3 | EU19		7 Energia limpa e acessível; 9 Indústria, inovação e infraestrutura; 11 Cidades e comunidades sustentáveis
		23. Gestão de riscos de terceiras partes	X	X			

1 – Capital de Infraestrutura 2 – Capital Humano 3 – Capital de Relacionamento 4 – Capital Natural 5 – Capital Intelectual 6 – Capital Financeiro

Dimensão	Por que o tema é material	Temas	Limite dos impactos: Dentro da empresa	Limite dos impactos: Fora da empresa	Indicadores GRI	Capitais	ODS
Atração, desenvolvimento e cuidados dos melhores talentos	Liderar uma cultura de excelência, liderança e fidelização envolve a promoção da diversidade, a conciliação laboral e o desenvolvimento profissional – aspectos fundamentais para a eficiência organizacional.	24. Empregador atrativo e desejável	X	X	102-8 | 102-41 | 401-1 | 401-3 | 402-1 | 403-4 | 403-9 | 404-1 | 404-2 | 404-3 | 405-1 | 405-2 | 406-1 | 407-1 | 408-1 | 409-1 | EU14 | EU16 | EU18		7 Energia limpa e acessível; 8 Trabalho decente e crescimento econômico; 9 Indústria, inovação e infraestrutura
		25. Capacidade de desenvolver profissionais altamente qualificados	X				
		26. Práticas de trabalho de qualidade e respeito aos colaboradores	X				
		27. Segurança e saúde ocupacional	X	X			
		28. Gestão da igualdade, diversidade e inclusão	X	X			

1 – Capital de Infraestrutura
2 – Capital Humano
3 – Capital de Relacionamento
4 – Capital Natural
5 – Capital Intelectual
6 – Capital Financeiro

1 Erradicação da pobreza; 2 Fome zero e agricultura sustentável; 3 Saúde e bem-estar; 4 Educação de qualidade; 5 Igualdade de gênero; 6 Água potável e saneamento; 7 Energia limpa e acessível; 8 Trabalho decente e crescimento econômico; 9 Indústria, inovação e infraestrutura; 10 Redução das desigualdades; 11 Cidades e comunidades sustentáveis; 12 Consumo e produção responsáveis; 13 Ação contra a mudança global do clima; 14 Vida na água; 15 Vida terrestre; 16 Paz, justiça e instituições eficazes; 17 Parcerias e meios de implementação

Perfil ISA CTEEP

- Boa governança e integridade
- Modelo de negócios

Promover Conexões que Inspiram

Esse é o propósito da atuação da ISA CTEEP, maior empresa privada de transmissão do setor elétrico brasileiro, responsável por 30% de toda a energia elétrica transmitida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN) e 92% no Estado de São Paulo. **GRI 102-1, 102-2, 102-7**

Somos uma sociedade anônima de capital aberto, controlada pela ISA, empresa multilatina que detém 35,82% de nosso capital social. Também temos como investidora a Eletrobras, com 35,80% de participação. Nossas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), sob os *tickers* TRPL3 e TRPL4. Considerando o total de ações, dentre nossos investidores, 55,3% são nacionais e 44,7% estrangeiros. **GRI 102-5**

Em linha com nosso compromisso com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, para garantia da entrega de energia confiável à população, realizamos contínuos investimentos em modernização da rede para a expansão do sistema de transmissão nacional. Nos últimos anos, arrematamos 14 lotes em leilões de transmissão realizados pela Aneel, que adicionarão 1,7 mil quilômetros de extensão em nossas linhas de transmissão e potência de 10 mil MVA ao nosso portfólio. A empresa já energizou cinco desses projetos com eficiência média de *Capex* de 39% e antecipação média de nove meses.

ISA

A ISA, empresa do Grupo Ecopetrol, é nosso principal acionista, detentora de cerca de 90% das nossas ações ordinárias. Formado por 47 empresas e com mais de 54 anos de história, o grupo multilatino atua nos setores de transmissão de energia elétrica, concessões de rodovias e telecomunicações. No total, soma cerca de 4,3 mil colaboradores que atuam na Argentina, na América Central, no Brasil, na Bolívia, no Chile, na Colômbia e no Peru.

https://www.isa.co/es

ISA CTEEP em expansão

Em 2021, concluímos a aquisição da Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE), que opera uma linha de transmissão subterrânea de 30 quilômetros (circuito duplo de 15 quilômetros), na cidade de São Paulo, e interliga nossas subestações Piratininga II e Bandeirantes. A PBTE passou a ser consolidada no resultado econômico-financeiro da companhia a partir de março de 2021.

Adicionalmente, concluímos dois projetos no ano – a Interligação Elétrica Aguapeí e a Subestação Lorena pela Interligação Elétrica Itapura, primeiro empreendimento totalmente digital do Sistema Interligado Nacional (SIN). Também merece destaque a autorização, pela Aneel, do primeiro projeto de armazenamento em bateria em larga escala no sistema de transmissão brasileiro, que será implementado em nossa Subestação Registro em São Paulo. Saiba mais em Solidez e crescimento.

ISA CTEEP em números[1]

GRI 102-6, 102-7, 102-8, EU3, EU4

- Presença em **17 estados** brasileiros
- **137 subestações** (ativos em operação e em construção)
- **21 mil quilômetros** de linhas de transmissão[2]
- **28,4 mil quilômetros** de circuitos[3]
- **81,4 mil MVA** de capacidade de transformação[4]
- **1.324** colaboradores
- **129 clientes ativos, sendo:**
  - 14 consumidores livres
  - 38 transmissoras
  - 21 distribuidoras de energia
  - 56 geradores e autoprodutores

1. Números totais (ativos em operação + construção).
2. Considera 19.045 km de linhas operacionais + 1.661 km de linhas em construção.
3. Considera 26.140 km de circuito em operação + 2.324 km em construção.
4. Considera 71.721 MVAs em operação + 9.729 MVAs em construção.

Mapa de atuação GRI 102-3, 102-4, 102-7

Ativos em operação

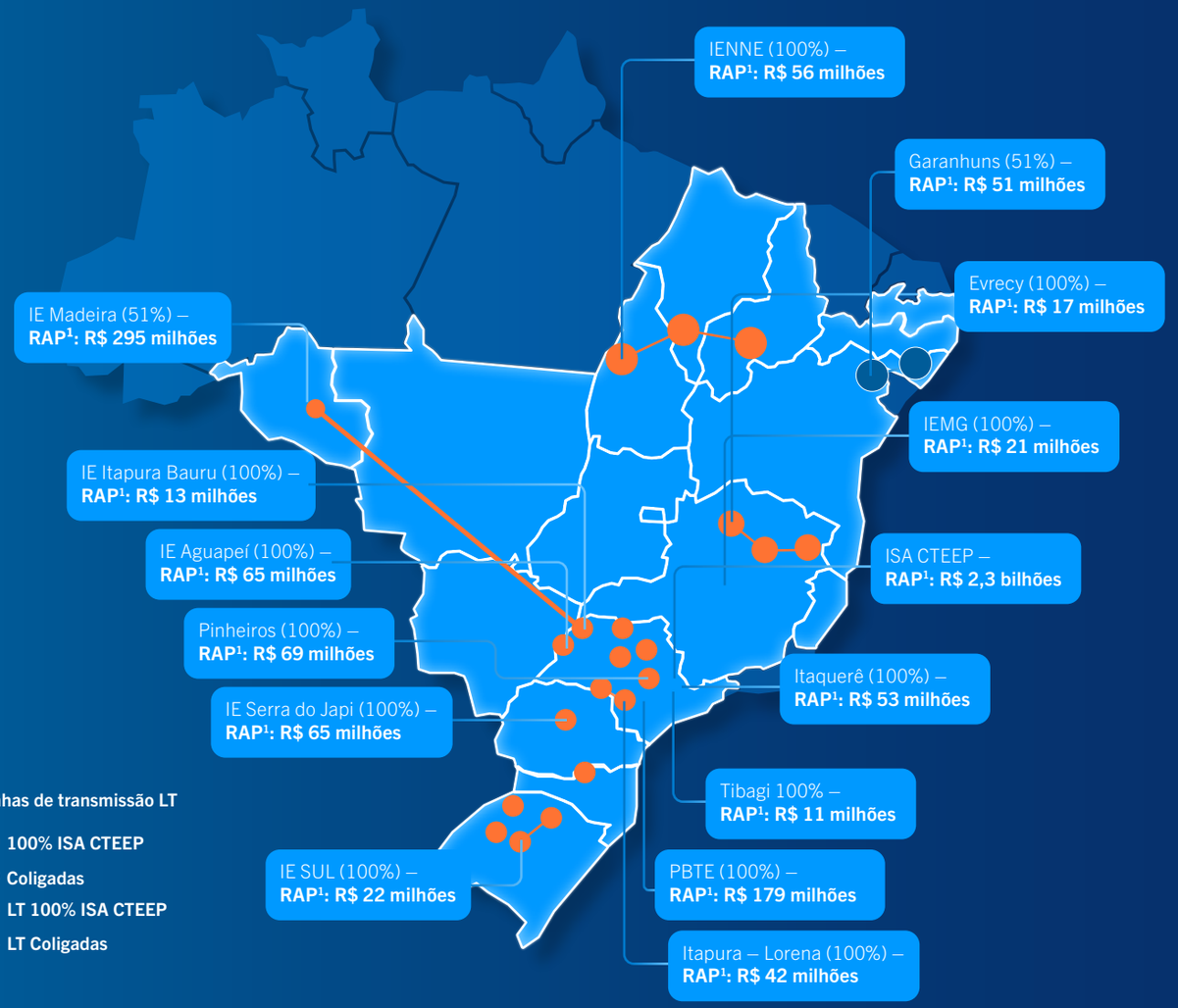
Por meio de nossas atividades e das subsidiárias em que detemos 100% de participação, ou seja, a totalidade do controle, assim como das subsidiárias não consolidadas*, em que detemos a participação proporcional entre 50% e 51%, atuamos em 17 estados brasileiros – Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

19 mil km de linhas de transmissão[2]

71,7 mil MVA em capacidade de transformação

RAP de R$ 3,3 bilhões[1]

126 subestações[2]



Como funciona a Receita Anual Permitida (RAP) e a remuneração para os ativos de transmissão

A RAP é a remuneração que as transmissoras recebem pela prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica aos usuários. Para as transmissoras que foram licitadas, a RAP é obtida como resultado do próprio leilão de transmissão e é paga às transmissoras a partir da data de entrada em operação comercial de suas instalações, com revisão a cada quatro ou cinco anos, nos termos dos contratos de concessão.

Para os ativos que tiverem seu contrato de concessão renovado, a RAP é calculada com base nos custos de Operação e Manutenção, na Remuneração e Reintegração dos ativos existentes na data da renovação do contrato (RBSE) e dos novos investimentos em reforços e melhorias na rede, bem como a parcela do Componente Financeiro do RBSE correspondente ao período 2013- 2017, conforme estabelece a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e a Portaria 120/2016 MME.

* IE Aimorés, IE Garanhuns, IE Ivaí, IE Madeira e IE Paraguaçu.
[1] Receita Anual Permitida (RAP) ciclo 2021/2022, proporcional à participação da ISA CTEEP.
[2] Considera 124 próprias e duas controladas em conjunto

Ativos em construção GRI 102-3, 102-4, 102-7

Também dispomos de ativos em construção, arrematados em leilões, em sete estados brasileiros: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Além disso, em 2021, ampliamos nossos investimentos em reforços e melhorias na malha existente com a energização de 111 projetos com um investimento de R$ 312 milhões, e também contamos com autorizações para 237 projetos com investimento Aneel de R$ 2,7 bilhões, que poderão ser executados até 2025. Saiba mais em Solidez e crescimento.

9 projetos em fase pré-operacional (6 controladas + 3 empreendimentos controlados em conjunto – ECC)

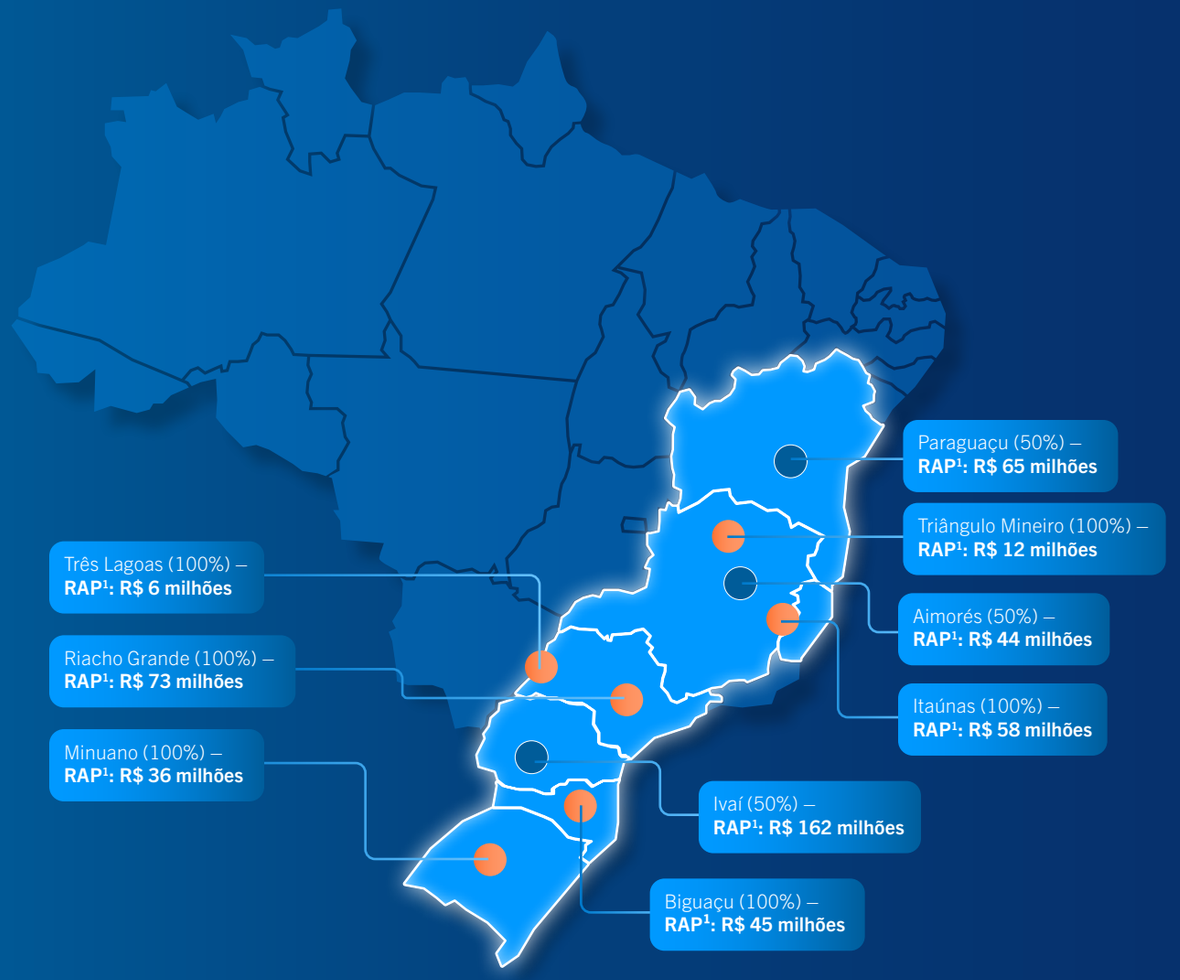
11 subestações em fase pré-operacional (8 controladas + 3 empreendimentos controlados em conjunto – ECC)

1,7 mil km de linhas de transmissão[2]

10 mil MVA em capacidade de transformação[2]

Capex Aneel de R$ 5 bilhões

RAP média de R$ 500 milhões/ano[1]



[1] RAP ciclo 2021/2022 proporcional à participação da ISA CTEEP.
[2] Considera informações do projeto (100%).

Saiba mais sobre a gestão de nossos ativos e projetos em construção nos capítulos Solidez e crescimento e Excelência.

Nossos valores: manifesto GRI 102-16

Nossos valores estão traduzidos em nosso Manifesto, que orienta nossa Estratégia 2030 e as nossas decisões para promovermos Conexões que Inspiram, para além da transmissão de energia elétrica.

Criamos conexões que inspiram. Veja nosso **Manifesto**

SE

- somos conscientes de que todos somos um
- temos certeza de que nosso bem-estar está ligado ao de todos
- sabemos que a excelência é resultado do esforço que dedicamos a cada ação
- descobrimos que em cada um de nós está a mudança que queremos ver no mundo
- compreendemos que nossas ações, por menores que sejam, impactam
- reconhecemos que nosso planeta é frágil e temos que cuidá-lo
- nos comove saber que somos feitos para grandes desafios
- nos comprometemos a ter uma participação construtiva e responsável na tomada de decisões

HÁ CONEXÃO

Depois de meio século, nos renovamos, criando conexões. Uma após a outra. Sem fronteiras. Sem barreiras. Esse é o nosso legado para as futuras gerações. Estamos convencidos que se há conexão, há vida.

Prêmios e reconhecimentos em 2021

Anuário Época Negócios 360°

***Ranking* do setor:**
- 8º lugar e 1º lugar em desempenho financeiro

***Ranking* geral:**

103ª
posição entre todas as empresas avaliadas, avanço de 59 posições em comparação a 2020

5ª
posição em desempenho financeiro, o que nos posiciona entre as companhias que ganharam Selo Prata

Ranking Valor 1000

***Ranking* do setor: 3ª posição, com destaque para:**
- 1º lugar em EBITDA
- 9º lugar em Margem da Atividade
- 1º lugar em Liquidez Corrente

***Ranking* geral:**

209ª
posição entre as 1.000 maiores companhias do País, avançando sete posições frente a 2020

Selo Ouro no Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Programa Brasileiro GHG *Protocol*

O reconhecimento é concedido às companhias de todo o Brasil que demonstram o atendimento a todos os critérios de transparência na publicação de seus dados de emissões e os submetem à verificação de terceira parte. Nosso inventário de emissões de GEE é assegurado pela PwC.

Ranking 100 Open *Startups*

Figuramos, mais uma vez, no *Ranking* das TOP 100 Open Corps, promovido pela plataforma pioneira e líder em *open innovation* na América Latina "*100 Open Startups*". A premiação reconhece e destaca as corporações que mais praticaram inovação aberta com *startups* no País. Em 2021, foram mais de 3.300 médias e grandes empresas se relacionando com mais de 2.300 *startups*.

Fomos reconhecidos por nosso porte, desempenho, relacionamento com *startups* e por nosso inventário de GEE

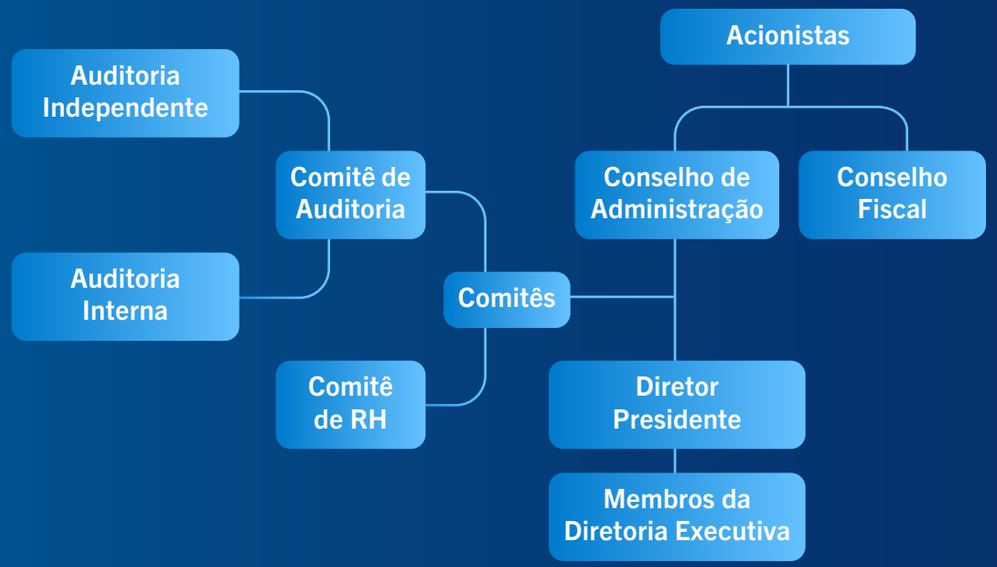
Boa governança e integridade

Desde 2002, nossas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3, que reconhece a adoção voluntária de obrigações adicionais às exigidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.A.). Também integram diversos índices, dentre eles, o Índice de Governança Corporativa (IGCT), em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa, e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3.

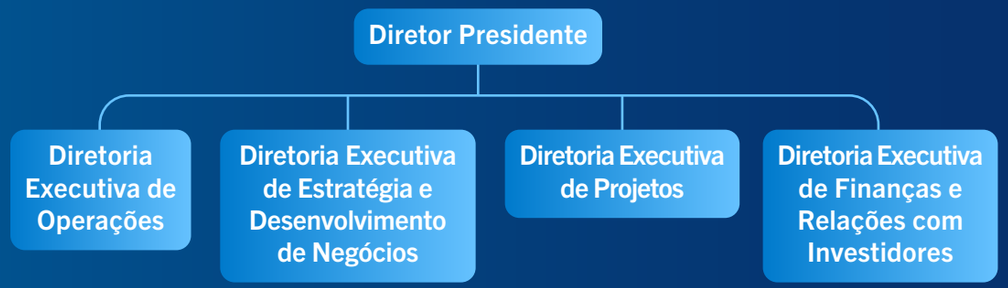
Pautados pela ética e transparência no relacionamento com nossos acionistas e demais públicos de relacionamento, nossas práticas ultrapassam critérios exigidos pelo Nível 1 da B3. Nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante estabelece regras para a divulgação e a manutenção de sigilo sobre informações relevantes.

Além disso, dispomos de uma estrutura corporativa composta pelos acionistas (Assembleia Geral de Acionistas); Conselho de Administração; Conselho Fiscal permanente; manutenção de dois comitês não estatutários, de Auditoria e de Recursos Humanos; e Diretoria Executiva.

Estrutura de governança GRI 102-18



Diretoria Executiva – Composição–2021



Código de Governança

Temos um Código de Governança que tem como objetivo traduzir os princípios de governança corporativa que permeiam todas as práticas estabelecidas para o fortalecimento de uma relação de confiança tanto entre os acionistas, o conselho de administração, o conselho fiscal, a diretoria executiva da companhia, quanto nas relações com terceiros.

Nossas ações integram diversos índices de mercado

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA (31/12/2021)

	Ações ordinárias TRPL3	(%)	Ações preferenciais TRPL4	(%)	Total	(%)
ISA Capital do Brasil	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Administração	0	0,00%	6.904	0,00%	6.904	0,00%
Ações em circulação	27.080.900	10,50%	395.794.140	98,72%	422.875.040	64,18%
Eletrobras	25.108.901	9,74%	210.758.156	52,56%	235.867.057	35,79%
Outros	1.971.999	0,76%	185.035.984	46,15%	187.007.983	28,38%
Total[1]	**257.937.732**	**100,00%**	**400.945.572**	**100,00%**	**658.883.304**	**100,00%**

[1] O total é referente à soma das três primeiras linhas.

Meta de redução de CO_2 atrelada à remuneração variável dos executivos

Assembleia Geral (AG)

Trata-se do órgão deliberativo de máxima instância decisória da ISA CTEEP, com participação direta de seus acionistas, dando-lhes a oportunidade para contribuírem com a tomada de decisões, sempre de forma diligente com a companhia.

A Assembleia Geral pode ser convocada pelo Conselho de Administração ou, como nos casos previstos em lei, pelos acionistas ou pelo Conselho Fiscal.

Tem como foco a deliberação de tópicos como a atuação dos administradores no exercício fiscal, análise das Demonstrações Financeiras, eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como a fixação de seus honorários e do montante anual global da remuneração e benefícios aos administradores, entre outros.

Metodologia de avaliação e meta GRI 102-28

Desde 2019, promovemos autoavaliação anual do Conselho de Administração. O processo é realizado no início de cada ano, com base no desempenho do exercício anterior. São consideradas a *performance* individual e em grupo, a frequência e a relevância dos temas das reuniões e as participações da Diretoria e da Secretaria de Governança nos encontros.

Os diretores também têm o desempenho aferido a partir de metas validadas pelo Conselho de Administração por meio do Quadro de Gestão Integral (QGI). Em 2021, em linha com os compromissos relativos ao desenvolvimento sustentável, houve a incorporação da meta de redução de emissões de CO_2 no cálculo da remuneração variável dos executivos. A medida reforça nossas contribuições para o combate às mudanças climáticas.

Temos também a avaliação de metas dos Comitês de Recursos Humanos e Auditoria.

Conselho de Administração (CA)

GRI 102-26

Órgão de deliberação colegiada, é responsável por fixar a orientação geral dos negócios, a definição da estratégia da companhia, bem como a sua administração e gestão orçamentária, financeira e patrimonial, controlando e fiscalizando seu desempenho.

Também zela pela criação de valor sustentável ao tratar dos temas financeiros, sociais e ambientais, de eficiência, inovação, mercado e gestão de pessoas, considerados em nosso planejamento estratégico.

Deve ser composto por até dez membros, acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, conforme previsto no Estatuto Social da companhia. Em 2021, integravam o Conselho oito membros, sendo uma mulher e dois membros independentes. **GRI 102-24, 103-2, 103-3, 405-1**

Em 2021, entre os tópicos ESG abordados nas reuniões, destacam-se saúde e segurança ocupacional, cibersegurança, planos de sucessão, créditos de carbono, iniciativas de combate e mitigação às mudanças como o Programa Conexão Jaguar, diversidade e inclusão, entre outros tópicos econômicos, ambientais e sociais prioritários no período. **GRI 102-20**

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (DATA-BASE DEZEMBRO DE 2021)
GRI 102-22, 102-23, 405-1

Bernardo Vargas Gibsone
PRESIDENTE

Fernando Augusto Rojas Pinto
MEMBRO EFETIVO

Gustavo Carlos Marin Garat
MEMBRO EFETIVO INDEPENDENTE

Carolina Botero Londoño
MEMBRO EFETIVO

Luis Alberto Rodríguez Ospino
MEMBRO EFETIVO

Fernando Simões Cardozo
MEMBRO EFETIVO INDEPENDENTE

César Augusto Ramirez Rojas
MEMBRO EFETIVO

Orivaldo Luiz Pellegrino
MEMBRO EFETIVO

A tabela refere-se à composição no exercício findo em 2021. No início de 2022, Bernardo Vargas Gibsone deixou de ocupar a posição de Presidente, que, no momento de publicação deste relatório passou a ser ocupada pelo Presidente em exercício, Gustavo Carlos Marin Garat.

Mais informações estão disponíveis no Regimento do Conselho de Administração.

Saiba mais sobre cada membro aqui.

Diretoria GRI 102-20, 103-2, 103-3 | 202, 202-2

Com funções estabelecidas em lei e pelo nosso Estatuto Social, a Diretoria é responsável por praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da companhia.

Pode ser composta por até cinco membros, eleitos pelo CA para mandatos de três anos, cujas atribuições envolvem implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos das atividades na sociedade e no meio ambiente. Em 2021, era composta por cinco membros, sendo três mulheres.

As contratações da Diretoria são realizadas de acordo com as competências exigidas para o cargo e 100% dos membros são contratados na comunidade local, ou seja, membros nativos ou cidadãos naturalizados ou estrangeiros com visto permanente no mesmo mercado geográfico da operação. GRI 202-2

Saiba mais sobre cada membro aqui.

MEMBROS DA DIRETORIA GRI 405-1

Rui Chammas
DIRETOR PRESIDENTE

Carisa Santos Portela Cristal
DIRETORA EXECUTIVA DE FINANÇAS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Dayron Esteban Urrego Moreno
DIRETOR EXECUTIVO DE PROJETOS

Gabriela Desiré Olímpio Pereira
DIRETORA EXECUTIVA DE OPERAÇÕES

Silvia Diniz Wada
DIRETORA EXECUTIVA DE ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é instituído pela Assembleia Geral como órgão fiscalizador, independente da Diretoria e do Conselho de Administração, que busca por meio dos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, contribuir para o melhor desempenho da ISA CTEEP.

Na ISA CTEEP, o Conselho Fiscal opera em caráter permanente e é composto por três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato de um ano, sendo permitida a reeleição, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária. Em 2021, era composto por cinco membros efetivos e quatro suplentes.

Cabe ao órgão fiscalizar os atos dos administradores, garantir o cumprimento de deveres legais e estatutários, opinar sobre o Relatório da Administração, examinar e emitir pareceres sobre as Demonstrações Financeiras a cada exercício social, entre outras atribuições.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL GRI 102-22

Ricardo Lopes Cardoso
PRESIDENTE

Pablo Saint Just Lopes
MEMBRO EFETIVO

Manuel Domingues de Jesus e Pinho
MEMBRO EFETIVO

Andrea Costa Amancio Negrão
MEMBRO EFETIVO

Carla Alessandra Trematore
MEMBRO EFETIVO

Comitê de Auditoria

Órgão de assessoramento técnico do CA e não estatutário, o Comitê de Auditoria tem por finalidade, dentre outras funções previstas na legislação, no Estatuto Social e no Regimento Interno da companhia, assessorar tecnicamente o Conselho de Administração.

Tem como objetivo fortalecer o Sistema de Controle Interno, as práticas de Governança Corporativa da empresa, bem como contribuir: para que seja alcançada a eficiência, a eficácia e a economia nas operações da companhia; para a proteção dos recursos da companhia; para que seja assegurada a oportunidade e a confiabilidade das informações; para garantir a correta avaliação e acompanhamento da gestão; e para assegurar o cumprimento da legislação aplicável, dos regulamentos, das políticas, normas e procedimentos internos da companhia.

Também é responsável por aprovar o plano de trabalho anual da Auditoria Interna, supervisionando seu cumprimento, aperfeiçoar a efetividade das auditorias e acompanhar o trabalho dos auditores independentes. Em 2021, era composto por três membros, que não ocupavam cargos da Diretoria na companhia.

MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA **GRI 102-22**

Luis Alberto Rodríguez Ospino
PRESIDENTE

César Augusto Ramirez Rojas
MEMBRO EFETIVO

Fernando Simões Cardozo
MEMBRO EFETIVO

Saiba mais sobre cada membro aqui.

Comitê de Recursos Humanos

Entre as atribuições do Comitê de assessoramento técnico e consultivo ao CA estão: analisar e propor estratégias corporativas de recursos humanos; aprimorar nossas políticas e diretrizes gerais de gestão de pessoas, que incluem remuneração anual global e individual; estabelecer as diretrizes para a negociação dos acordos coletivos; criar critérios para os processos de avaliação e desenvolvimento dos executivos; e definir planos de sucessão e de retenção da alta administração, entre outros elementos.

Também endereça ações que promovam a cultura organizacional, com foco na construção de resultados sustentáveis.

MEMBROS DO COMITÊ DE RECURSOS HUMANOS **GRI 102-22**

Bernardo Vargas Gibsone
PRESIDENTE

César Augusto Ramirez Rojas
MEMBRO EFETIVO

Carolina Botero Londoño
MEMBRO EFETIVO

Fernando Augusto Rojas Pinto
MEMBRO EFETIVO

Carlos Humberto Delgado Galeano
MEMBRO EFETIVO

[1] A tabela refere-se à composição no exercício findo em 2021. No início de 2022, Bernardo Vargas Gibsone deixou de ocupar a posição de Presidente e no momento de publicação deste relatório, a posição foi ocupada pelo César Augusto Ramirez Rojas

Os comitês de Auditoria e de Recursos Humanos assessoram tecnicamente o Conselho

Nossas ações

No encerramento de 2021, nossas ações ordinárias (“TRPL3”) e preferenciais (“TRPL4”) foram cotadas em R$ 30,60 e R$ 24,31, respectivamente. Com isso, as ações ordinárias (TRPL3) apresentaram desvalorização de 3,8% e as ações preferenciais (TRPL4) apresentaram estabilidade no período. Já os índices Ibovespa e IEE se desvalorizaram 5,6% e 2,5%, respectivamente no mesmo período.

O volume médio de negociação de nossas ações preferenciais foi de R$ 113,7 milhões em 2021, enquanto o valor de mercado alcançou R$ 17,6 bilhões em 31 de dezembro de 2021. No encerramento do ano, 64,2% de nossas ações estavam em circulação no mercado.

Cabe destacar que, além do IGCT, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa, integramos o Índice Brasil 100 (IBRX 100), que reúne as 100 ações mais negociadas na B3; o Índice Dividendos (IDIV); o Índice de Energia Elétrica (IEE); o Índice *MidLarge Cap* (MLC); e o Índice Utilidade Pública (UTIL).

Em 2021, o Ministério da Fazenda da Colômbia anunciou a assinatura do contrato interadministrativo de compra e venda com a Ecopetrol para adquirir 51,4% das ações que o governo detém no Grupo ISA. A operação fortalece as capacidades de ambas as empresas frente aos desafios futuros da transição energética e da sustentabilidade, abrindo a possibilidade de obtenção de sinergias, impulsionando a inovação e a adoção de novas tecnologias.

Mais informações estão disponíveis em nosso *site* de Relações com Investidores.

Novo Portal ESG

No início de 2022, lançamos um portal ESG em nosso *site* de Relações com Investidores. A página reúne as ações e indicadores da empresa relacionadas ao tema e tem o objetivo de garantir mais transparência junto aos nossos públicos de relacionamento. Acesse aqui.

Ética e *compliance* GRI 103-2, 103-3 | 205, 206, 415, 205-1,205-2, 205-3, 206-1, 415-1

Ética e *compliance* são ativos fundamentais que orientam a condução dos nossos negócios, o relacionamento com nossos públicos e o fortalecimento do propósito Conexões que Inspiram.

Para nortear nossos processos e os comportamentos esperados de acordo com nossos valores, dispomos desde 2019 de um Programa de Integridade, que compreende um conjunto de mecanismos capazes de prevenir, detectar e responder a todo ato relativo ao não cumprimento de leis, principalmente, em situações relacionadas a fraude e corrupção. O programa foi desenvolvido a partir do Programa Empresarial de Ética e *Compliance,* implementado pelo Grupo ISA.

Normas do Programa de Integridade

- Conflito de interesses;
- Interação com Funcionários Públicos e Pessoas Expostas Politicamente (PEPs);
- *Due diligence* em novos negócios;
- *Due diligence* reputacional e terceiros;
- Brindes, presentes, hospitalidade e eventos;
- Defesa da concorrência;
- Norma interna da área de *Compliance;*
- Anticorrupção e suborno;
- Utilização dos canais de comunicação de consulta e denúncia e a não retaliação.

Também contamos com um Código de Ética e Conduta que foi revisado em 2021 e reflete nossa filosofia empresarial. Com foco na sustentabilidade corporativa, com uma atuação responsável, transparente e ética, foram definidos os seguintes atributos éticos, que apoiam, fortalecem e alavancam nossas ações em linha com nossos valores.

Princípios éticos GRI 102-16

- Integridade
- Responsabilidade
- Respeito
- Compromisso com a vida

Acesse o Código de Ética e Conduta aqui.

Layane Fernanda Lira, técnica de manutenção comandos e controle (Telecom) , de Bauru (SP).

Além dos critérios, o documento apresenta diretrizes gerais para orientar a conduta de nossos colaboradores acerca de tópicos como boa governança corporativa, divulgação de informações, confidencialidade e proteção de informações, direito de associação, rejeição ao assédio, conflitos de interesse, respeito aos direitos humanos e cumprimento dos regulamentos, dentre outros. **GRI 102-25**

Também há tópicos específicos relativos a fraude, corrupção e suborno. Nesse contexto, no relacionamento entre administradores e colaboradores com terceiros, aplicamos critérios relativos a presentes e brindes, participação em eventos, doações e gestão social, patrocínios e pagamentos indevidos para facilitação de procedimentos. Além disso, há orientações relativas a doações ou contribuições para organizações políticas e concorrência leal, dentre outras.

Dispomos, ainda, de uma política específica para prevenção e combate à corrupção, denominada Política Anticorrupção, que reafirma internamente e perante os agentes públicos o compromisso com a postura ética e de absoluta integridade, incluindo *due diligence* contra a corrupção em novos negócios e a não tolerância a qualquer ato de suborno ou de corrupção em nossas atividades, bem como nas interações com agentes públicos. Não houve casos confirmados de corrupção no período. **GRI 205-1, 205-3**

Adicionalmente, a Política de Interação com Funcionários Públicos estabelece regras de conduta apropriadas no relacionamento com os representantes do poder público. No ano, não houve ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio. **GRI 206-1**

Em 2021, cabe destacar que reestruturamos a área de *Compliance* e Auditoria Interna, com a contratação de novos talentos, e criamos uma frente dedicada ao uso de *data analytics* para realização de auditorias preventivas, por meio da identificação em tempo real de problemas e criação de indicadores de *compliance*.

Acesse a nossa Política Anticorrupção aqui.

Linha Ética GRI 102-17, 103-2, 103-3 | 205, 406, 205-3, 406-1

Para dúvidas sobre a aplicação do Código ou para o reporte de situações contrárias aos critérios definidos, dispomos do canal Linha Ética. As informações fornecidas são tratadas sob estrita confidencialidade e, se desejado, o relato pode ser feito anonimamente.

Em 2021, lançamos um novo aplicativo para recebimento de preocupações, direcionado para colaboradores, com uma sessão específica para relatos e dúvidas acerca de saúde e segurança. A iniciativa integra as medidas de fortalecimento em saúde e segurança no ano. Saiba mais em Atração e desenvolvimento de talentos.

O cumprimento do Código de Ética e Conduta é supervisionado pelo presidente e pelo Conselho de Administração. No caso de descumprimento do Código, o Comitê de Ética informará a instância definida internamente quanto aos procedimentos de sua competência e tomará as medidas corretivas necessárias. GRI 102-33

Em 2021, a ISA CTEEP recebeu 23 denúncias, sendo seis de desvios de comportamento; duas de assédio moral; duas de não conformidade aos procedimentos internos; duas de pagamento ou recebimento incorreto; duas de violação de leis trabalhistas; uma de conflito de interesse; uma de fraude; uma de irregularidade Saúde e Segurança; e seis fora do escopo. Todas as 23 foram endereçadas e concluídas em 2021.

No ano, entre manifestações e contatos procedentes, não foram identificados casos de violação aos direitos humanos (discriminação, assédio e trabalho infantil, entre outros) ou casos de corrupção. GRI 102, 34, 205-3, 406-1

Canais de acesso:

- Telefone: 0800 777 0775 – de segunda-feira a sábado, das 9h00 às 17h00
- Fale conosco aqui.

Aplicativo:

- Aplicativo GRUPO ISA Línea Ética, disponível para *download* nas lojas de aplicativos Android e Apple

Lançamos um novo aplicativo para recebimento de preocupações, direcionado para colaboradores e terceiros

Conscientização e treinamentos

GRI 103-2, 103-3 | 205, 205-2

A fim de reforçar a cultura da integridade, nosso **Código de Ética e Conduta é amplamente divulgado e deve ser assinado** por todos os colaboradores e membros das instâncias de governança corporativa. Em 2021, lançamos um Código de Ética e Conduta de Terceiros, com o objetivo de promover os critérios ambientais, sociais e de governança corporativa em toda a nossa cadeia de valor.

Além disso, realizamos uma série de treinamentos e webinários sobre as diretrizes do código, incluindo práticas anticorrupção. Merecem destaque os "Cafezinhos de *Compliance*", que consistem em reuniões em que abordamos conceitos de ética e nosso Programa de Integridade. No ano, somamos 55 turmas e treinamos 470 colaboradores nesses momentos e 100% do quadro de colaboradores e de parceiros foram comunicados e treinados em políticas anticorrupção.

Também promovemos sessões com líderes, com foco na gestão das equipes, pressão situacional sobre os colaboradores e outros temas relacionados aos dilemas éticos. Na nossa Semana de *Compliance*, destacou-se um debate entre o nosso CEO e dois sócios da consultoria Deloitte sobre tópicos ESG.

Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção

GRI 103-2, 103-3, 205-2

INSTITUTO ETHOS

Em linha com nosso compromisso com a ética e a integridade, em 2021, aderimos ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e passamos a fazer parte do Movimento Empresarial pela Integridade, Transparência e Combate à Corrupção do Instituto Ethos.

Com isso, reforçamos nosso comprometimento em divulgar a legislação brasileira anticorrupção para nossos colaboradores e *stakeholders,* a fim de assegurar seu cumprimento e inibir condutas envolvendo suborno e práticas de corrupção.

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

GRI 103-2, 103-3 | 418, 418-1

A conformidade com leis e regulamentos é prática constante em nossa gestão. Para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), realizamos um diagnóstico, com apoio de consultoria interna, envolvendo as atividades de mapeamento e risco necessárias para adequação à lei, considerando os seus 11 pilares.

Em 2021, revisamos alguns normativos com foco no atendimento à LGPD e efetivamos, com apoio de consultoria, a reavaliação do nosso Programa de Privacidade, que obteve nível alto de maturidade. O programa contempla bases normativas; mapeamento do ciclo de vida dos dados; cláusulas de privacidade de dados inserida nos contratos; relatórios de impacto, quando aplicável; canais de comunicação para atendimento ao titular de dados e mecanismos de segurança e proteção de dados físicos e digitais.

Também realizamos treinamentos específicos sobre a LGPD para toda a empresa, assim como ações específicas para áreas com maior exposição a dados. No período, não recebemos queixas relativas a violações da privacidade ou perda de dados sob nossa responsabilidade. GRI 418-1

Cibersegurança

Cibersegurança é um tópico que também recebeu atenção no ano. As áreas de *Compliance* e Auditoria Interna e Tecnologia da Informação trabalharam juntas para o desenvolvimento de um diagnóstico e na criação de controles preventivos relacionados ao tema.

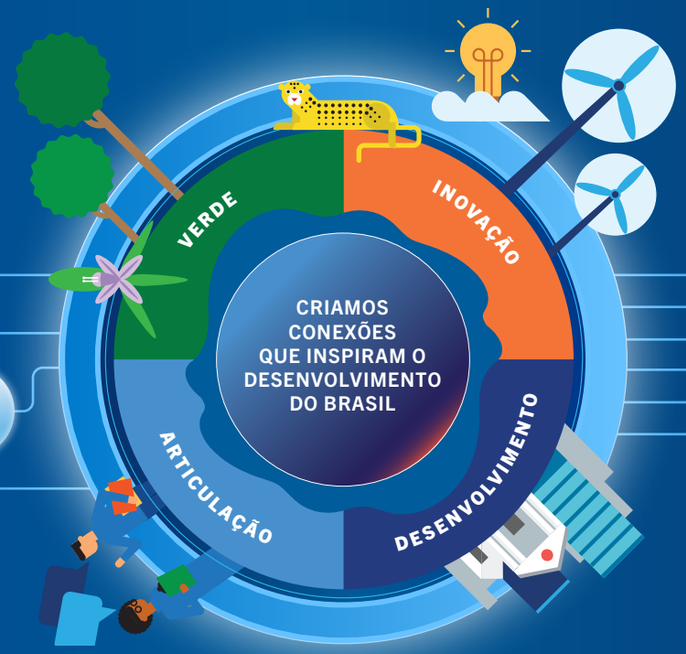
No período, houve a implantação do nosso Centro de Operações de Segurança (*Security Operation Center*) que engloba monitoramento 24/7 para reforço na camada de segurança e apoio à capacidade de reação a possíveis desvios. Também implementamos sondas de escuta do tráfego da nossa rede, para maior vigilância, e temos endereçado ações de reforço da nossa infraestrutura, com sistemas de informação confiáveis, integrados e seguros, além de ações de conscientização dos colaboradores.

Em 2021, implantamos o Centro de Operações de Segurança

Modelo de negócios

Principais capitais acessados

- Capital manufaturado
- Capital financeiro
- Capital humano e intelectual
- Capital social e de relacionamento



Principais impactos

- Acionistas
- Trabalhadores
- Meio ambiente
- Sociedade
- Estado
- Fornecedores

Gestão integral de riscos

Rotas de crescimento: Participações em leilões; Aquisições; Reforços e melhorias.

Transmissão de ~30% de toda a energia elétrica do Brasil e ~92% da energia do estado de São Paulo.

Primeiro projeto de armazenamento de energia em escala integrado ao sistema de transmissão com previsão de operar a partir de novembro/22

Principais capitais acessados

Capital manufaturado
Maior transmissora privada do país:
- Presença em 17 estados
- 21 mil quilômetros de linhas
- 137 subestações
- 81,4 mil MVA de capacidade

Capital financeiro
- Capex (IFRS) em 2021: R$ 3,3 bilhões
- Opex (IFRS) em 2021: R$ 1,6 bilhão
- R$ 23,6 milhões em investimentos de pesquisa e inovação

Capital humano e intelectual
- Mais de 1300 empregados em 2021, com 35,7 horas de capacitação média
- 22 anos de experiência no setor com desenvolvimento contínuo de conhecimento

Capital social e de relacionamento
- Atuação no mercado regulado com consumidores livres, distribuidoras, transmissoras e geradores/autoprodutores
- Sistemas reconhecidos de gestão de riscos ambientais e sociais e iniciativas de relacionamento com as principais partes interessadas

Principais impactos

Acionistas
- (+) Dividendos, valorização das ações e previsibilidade dos resultados

Trabalhadores
- (+) Geração direta e indireta de emprego e renda por meio da ISA CTEEP e de sua cadeia de fornecedores
- (−) Taxa de frequência de acidentes de 3,79
- (+) Desenvolvimento profissional, financeiro e pessoal
- (+) 83% de favorabilidade na pesquisa interna de clima

Meio ambiente
- (−) Emissões de gases do efeito estufa
- (−) Impactos sobre fauna e flora, sobretudo no processo de construção de novos ativos
- (+) Compensação de todas as emissões de GEE do escopo 1 e escopo 2 (exceto perdas)

Sociedade
- (+) Integração energética entre geradores de energia e polos consumidores de energia
- (+) Investimento social privado, avaliado e priorizado de acordo com os impactos na Agenda 2030 das Nações Unidas
- (+) Todos os indicadores de disponibilidade e qualidade acima do limite de referência regulatório

Estado
- (+) Cultura de transparência e anticorrupção

Fornecedores
- (+) 98,38% de compras locais
- (+) 74,91% dos fornecedores contratados com base em avaliações ambientais e 76,74% em aspectos sociais

Estratégia 2030

- Gestão de riscos

Projeto Instituto Guga Kuerten

Conectada ao nosso propósito superior "Conexões que Inspiram" e sob a visão "Futuro Inspirado por Valor Sustentável", nossa estratégia tem como foco a perenidade dos negócios no longo prazo, em consonância com a maximização da geração de valor para nossos públicos de relacionamento. Em linha com esse contexto, compreende três vetores e pilares estratégicos que pautam a condução de nossas atividades.

Vetores para a geração de valor sustentável

- **Gerar valor ao acionista** – crescer no mercado de transmissão, por meio de participação em leilões (*greenfield*), fusões e aquisições (*brownfield*) e investimentos em reforços e melhorias dos ativos, sempre mantendo a disciplina financeira e os adequados critérios de rentabilidade e riscos.

- **Criar impactos social e ambiental positivos** – gerar valor para a sociedade e para o planeta por meio de projetos socioambientais de alto impacto e de ações para reduzir e mitigar os impactos das mudanças do clima.

- **Assegurar a longevidade corporativa** – investir em novos negócios de energia e na capacidade de inovação e empreendedorismo, garantindo a longevidade de nossas atividades. Formar equipes de alto desempenho e parceiros estratégicos, com foco na melhoria da competitividade e no desenvolvimento de capacidades.

Estratégia focada na perenidade dos negócios e na geração de valor para nossos *stakeholders*

Pilares estratégicos

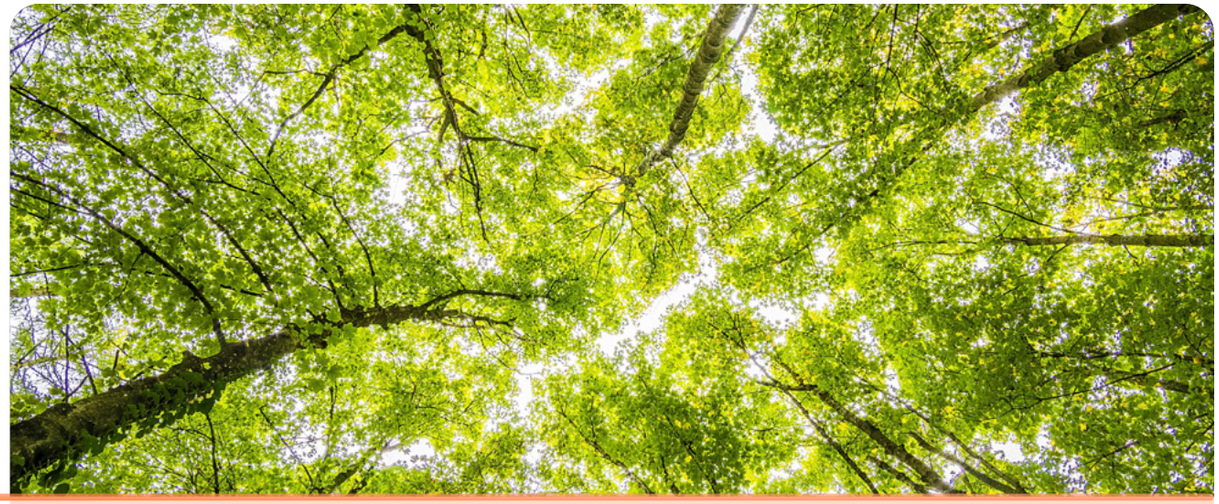
A Estratégia 2030 é suportada por quatro pilares que orientam as nossas ações e decisões diárias, assim como a forma com que a ISA CTEEP se relaciona com todos os seus públicos de interesse.

- Minimizar os impactos ambientais das operações
- Promover iniciativas que gerem impacto ambiental positivo

- Aproveitar as oportunidades de negócio decorrentes da evolução tecnológica e das tendências do setor elétrico

- Estabelecer alianças para o alcance dos objetivos estratégicos

- Desenvolver capacidades organizacionais para enfrentar os desafios de longo prazo
- Contribuir para o desenvolvimento das comunidades e do ecossistema de empreendedorismo



Remuneração atrelada à estratégia e a indicadores ESG

Em linha com nossa estratégia, definimos anualmente um portfólio de iniciativas atreladas aos nossos pilares que são monitoradas pela alta administração e compõem até 25% da remuneração variável de nossa liderança – que se somam aos restantes 75% compostos por Indicadores Gerais de Desempenho.

Reduzir a frequência de acidentes, garantir o avanço físico dos projetos e reduzir o índice de energia não suprida não programada são alguns dos indicadores ESG que compõem as metas com impacto no bônus da alta liderança. Em 2021, mais um compromisso passou a ser incorporado: a meta de redução das emissões de CO_2. Saiba mais sobre nossas iniciativas em relação ao tema em Emissões.

Em 2021, passamos a realizar encontros mensais de acompanhamento da estratégia com a alta liderança e os gerentes, em que discutimos a evolução dos resultados, indicadores, iniciativas estratégicas e planos de ação. São realizados, ainda, encontros trimestrais entre nosso CEO e os colaboradores para discussão dos destaques do período, chamados Conecta ISA CTEEP.

Para a rota de crescimento *greenfield* e reforços e melhorias, consideramos o Plano Decenal de Expansão de Energia, atualizado em 2020 com horizonte até 2030. O documento indica as perspectivas da expansão do setor de energia sob uma visão integrada, incluindo o segmento de transmissão e é elaborado anualmente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) sob as diretrizes e com o apoio das equipes da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE/MME) e da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (SPG/MME).

Com base nessas diretrizes, acompanhamos e nos preparamos para as eventuais oportunidades em leilões de transmissão, além de mantermos um olhar atento e disciplinado de avaliação às oportunidades de fusões e aquisições que sejam aderentes aos nossos objetivos estratégicos e acrescentem valor aos nossos acionistas.

Potencial de investimento

O Plano de Expansão da Transmissão (PET), o Plano de Expansão de Longo Prazo (PELP) da EPE e as necessidades de renovação do parque existente indicam um potencial de investimento até 2031 na ordem de R$ 48 bilhões em projetos *greenfield* para todo o País e de R$ 5 bilhões em reforços e melhorias, especificamente no sistema sob concessão da ISA CTEEP e subsidiárias.

Saiba mais sobre nossa atuação nessas frentes em Solidez e crescimento.

Desafios e oportunidades futuros

Desafios

- Flexibilidade operativa
- Velocidade na execução de projetos
- Dominar o espaço físico e novas tecnologias construtivas
- Eficiência em custos na busca por modicidade tarifária

Oportunidades

- Armazenamento de energia em baterias
- Planejamento integrado e flexível
- Subestações digitais

Contribuições para o desenvolvimento sustentável

A ISA CTEEP é signatária do Pacto Global desde 2011, e nossos compromissos são reforçados por nossa Estratégia 2030, que tem como foco a geração de valor sustentável. Para uma contribuição efetiva, elencamos seis Objetivos de Desenvolvimento Sustentável prioritários, tendo as alianças e cooperações (ODS 17) como eixo transversal de sustentação.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Seis ODS prioritários, sendo o 17 como eixo transversal

ODS 4 – Educação de Qualidade – Aportamos recursos e conhecimentos em prol das novas gerações, a partir da estratégia de investimento social privado e do voluntariado corporativo para fortalecer as capacidades do ecossistema comunitário e gerar transformações nos territórios de influência.

ODS 7 – Energia Acessível e Limpa e ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura – Nossa contribuição ocorre por meio da transmissão de energia elétrica, pela participação ativa no setor elétrico e nos ecossistemas de inovação, bem como por meio de iniciativas para a criação de uma sociedade com infraestrutura inovadora e que proporciona bem-estar e acesso à energia com confiabilidade e segurança para população. Também reforçamos nosso compromisso com a conexão de energia renovável, a partir de emissões de debêntures verdes para execução de reforços, melhorias e investimentos em novos projetos. Saiba mais em *Green bonds.*

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima e ODS 15 – Vida Terrestre – Por meio do Conexão Jaguar, nosso programa bandeira de sustentabilidade, atuamos na conservação da biodiversidade, na mitigação das mudanças do clima e no desenvolvimento de comunidades locais. Possuímos metas anuais de ecoeficiência para redução das emissões de CO_2 e realizamos a compensação integral das emissões de Escopo 1 e Escopo 2, exceto perdas. Saiba mais em Contribuições e desafios ambientais globais.

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes – Contamos com o Programa de Ética Empresarial e Integridade, além da Política Anticorrupção, que orienta a conduta dos colaboradores nas interações com seus públicos de relacionamento. Adicionalmente, aderimos ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos. Saiba mais em Ética e Integridade.

Gestão de riscos

GRI 102-11, 102-15, 102-30

Fundamentado nos conceitos da Norma ISO-31000, nosso processo de gestão de riscos permeia todas as áreas de negócios e subsidiárias – controladas e coligadas – e tem como foco a adoção de medidas para reduzir ou mitigar efeitos adversos sobre nossos objetivos estratégicos ou recursos empresariais. O processo contempla fases de comunicação e consulta, escopo, contexto e critério, identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, bem como de registro, relato, monitoramento e análise crítica.

Nossa governança da gestão de riscos está alinhada ao Modelo das Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos (IIA, sigla em inglês para *The Institute of Internal Auditors*), que direciona responsabilidades das áreas de negócios, da área de gestão integral de riscos, da auditoria interna e da alta administração da companhia.

Governança em riscos estruturada no Modelo das Três Linhas

Governança de gestão de riscos

Comitê de Análise Crítica de Riscos Alta Administração

Gestão ⟷ **Auditoria Interna**

1ª linha

Áreas de negócios da companhia, responsáveis pela identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, bem como por informar esses insumos trimestralmente para a área de gestão integral de riscos, independentemente de sua criticidade.

2ª linha

Área de gestão integral de riscos, responsável por estabelecer processos e metodologias para apoiar a primeira linha no gerenciamento adequado de seus riscos, apoiar as práticas de gestão de riscos, estabelecer metas de implementação, validar e identificar mudanças no apetite ao risco da companhia, identificar aspectos internos e externos, entre outras atribuições, incluindo coordenar trimestralmente o Comitê de Análise Crítica de riscos.

3ª linha

Área de Auditoria Interna, responsável por avaliações independentes sobre a eficácia da gestão de riscos na companhia, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam seus objetivos.

Em 2021, implementamos o Comitê de Continuidade de Negócios

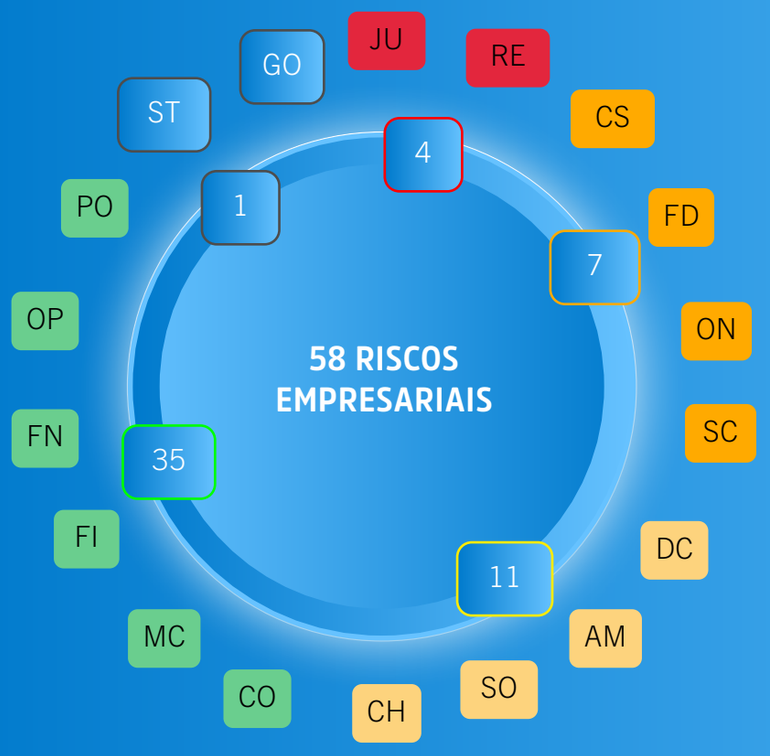
Como parte desse modelo, dispomos, desde 2020, de um Comitê de Análise Crítica de Riscos, que conta com a participação de diretores e responsáveis por gerir os eventos capazes de impactar o desenvolvimento sustentável de nossos negócios.

Em 2021, focamos na gestão da continuidade do negócio e implementamos o Comitê de Continuidade de Negócios, formado pelas áreas de Gestão de Riscos, Comunicação, Gestão de Crises, Tecnologia da Informação e Auditoria Interna. Com encontros periódicos, o objetivo do comitê é estabelecer padrões de gestão que serão utilizados por todas as áreas da companhia na preparação e resposta para emergência, crise, continuidade e recuperação.

Nesse contexto, aplicamos em 2021 a Análise de Impacto no Negócio e classificamos nossos processos em três níveis: Crítico, Importante e Necessário. As próximas fases envolverão a identificação e a análise dos riscos que podem ocasionar descontinuidade dos negócios e a elaboração de planos e protocolos para responder a estes riscos.

Além disso, monitoramos, tempestivamente, aspectos internos e externos relacionados a processos, ativos e projetos. Com base em análises, classificamos os riscos em quatro níveis de criticidade – baixos, moderados, toleráveis e prioritários – e 18 agrupadores, nas categorias econômica, operacional e socioambiental.

Classificação de riscos GRI 102-15



ECONÔMICA
GO – Governança
JU – Jurídico
RE – Regulatório
PO – Político
FI – Mercado, liquidez e crédito

OPERACIONAL
ON – Operação do negócio
DC – Desenho e construção de projetos
CS – Cadeia de suprimentos
SC – Segurança cibernética e tecnologia da informação
CO – Compliance

SOCIOAMBIENTAL
AM – Ambiental
FN – Fenômenos naturais e mudanças climáticas extremas
FD – Fundiário
SO – Social
CH – Capital humano e relações de trabalho
OP – Ordem pública e segurança da população
ST – Segurança e saúde no trabalho[1]

[1] Riscos monitorados independentemente de classificação

Legenda:
baixos · moderados · toleráveis · prioritários

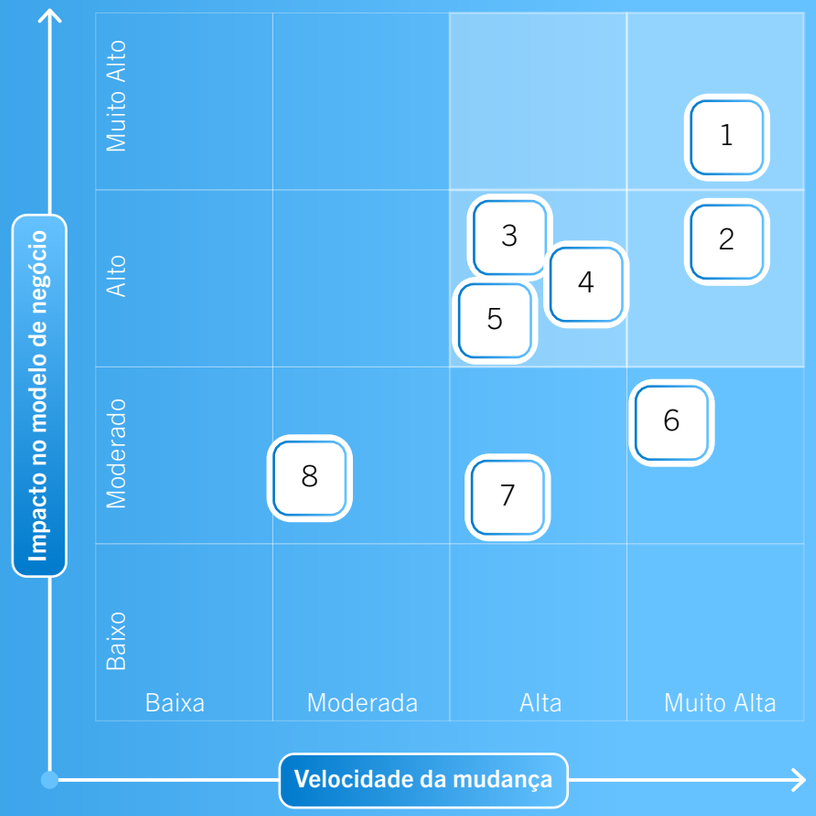
No período, cabe destacar que iniciamos um trabalho para a implementação da gestão de riscos para eventos climáticos, com análise regional e integral, observando os diversos aspectos que podem influenciar em sua materialização e o alcance de suas consequências em nossos ativos. A integração dessa análise na Gestão Integral de Riscos contribuirá para o levantamento de informações e como apoio na tomada de decisões de curto, médio e longo prazo com foco em minimizar, mitigar e/ou endereçar iniciativas para adaptação aos efeitos adversos que podem impactar nossos objetivos estratégicos e recursos empresariais. O processo será concluído em 2022, em linha com o TCFD (*Task Force on Climate-Related Financial Disclosures*), um movimento que reúne organizações com o objetivo de desenvolver um padrão comum para medir e divulgar os riscos financeiros relacionados ao clima. **GRI 201-2**

Iniciamos um trabalho para a implementação da gestão de riscos para eventos climáticos

Riscos emergentes

Em conjunto com a ISA e demais empresas do grupo, analisamos eventos incertos, geralmente de origem externa e complexa, que podem afetar, além da estratégia atual, o modelo de negócio. Neste exercício são monitoradas as tendências das principais variáveis que podem amplificá-los ou alterar a relação entre eles, a fim de reorientar nossa estratégia.

1 – Mudanças drásticas nos modelos de governança e incertezas regulatórias e jurídicas
2 – Incapacidade de promover e implementar ações eficazes contra a crise climática
3 – Instabilidade social profunda
4 – Aceleração da transição de energia
5 – Incerteza e falha na adaptação aos avanços tecnológicos disruptivos
6 – Segurança cibernética
7 – Alta volatilidade no mercado de trabalho
8 – Doenças infecciosas de dimensões pandêmicas



	Riscos	Principais impactos
1	Mudanças drásticas nos modelos de governança e incertezas regulatórias e jurídicas	⊖ Maiores restrições à operação e crescimento dos negócios ⊖ Mudanças na estabilidade tributária ⊖ Maiores demandas, expectativas e inconformismo dos grupos de interesse
2	Instabilidade social profunda	
3	Incapacidade de promover e implementar ações eficazes contra a crise climática	⊖ Danos de propriedade, infraestrutura, impacto do serviço e custos mais elevados de *Capex e opex* ⊕ Aceleração das finanças climáticas e iniciativas ambientalmente corretas
4	Aceleração da transição de energia	⊖ Serviços substitutos de transmissão que podem reduzir o investimento esperado ⊕ Novos investimentos e oportunidades de crescimento na cadeia de valor ⊕ Aumento da demanda de energia
5	Incerteza e falha na adaptação aos avanços tecnológicos disruptivos	⊖ Obsolescência de soluções ⊖ Dependência tecnológica ⊕ Melhoria nos processos analíticos e novos processos e inovação no modelo de negócios
6	Segurança cibernética	⊖ Indisponibilidade de serviços ⊖ Afetação da informação ⊖ Impacto em produtividade e competitividade
7	Alta volatilidade no mercado de trabalho	⊖ Impacto na competitividade e evolução dos negócios ⊖ Ineficiências operacionais ⊕⊖ Dispersão geográfica dos talentos
8	Doenças infecciosas de dimensões pandêmicas	⊖ Impacto na cadeia de abastecimento (serviços, equipamentos e materiais) ⊖ Sobrecustos e atrasos em projetos ⊖ Impacto na saúde de funcionários contratados ⊕⊖ Mudança permanente nas dinâmicas de trabalho

Ações

Tecnologia
- Vigilância tecnológica
- Evolução de plataformas e serviços
- Mecanismos de proteção
- Cultura de cibersegurança
- Planos de recuperação

Social/trabalhista
- Promoção da marca empresarial
- Gestão do conhecimento
- Políticas de diversidade e inclusão
- Responsabilidade social corporativa com foco em ciência, tecnologia e emprego

Portfólio/novos negócios
- Diversificação de investimentos (segmentos, produtos e geografias)
- *Hedges* e ações financeiras
- Novos negócios de energia
- Inovação em produtos, serviços, materiais e processos

Ambiental
- Conexão Jaguar
- Ações de sustentabilidade
- Portfólio de compensação florestal
- Incursão em mercados financeiros verdes
- Gestão e monitoramento de áreas e processos críticos

Entorno/regulatório
- Monitoramento do ambiente sociopolítico e regulatório
- Gestão regulatória proativa

Análise de materialidade

Guilherme Soares Gurgel do Amaral, especialista em gestão estratégica, do escritório sede (SP)

- Solidez e crescimento
- Excelência
- Antecipação e inovação
- Liderança transformadora e capacidade de influência

Solidez e crescimento

GRI 103-2, 103-3, 203-1

Na ISA CTEEP, entendemos que o negócio de transmissão é fundamental para a entrega de energia elétrica confiável para a população e para suportar a transição energética para fontes limpas, cada vez mais relevante no setor elétrico. Nesse contexto, nossa estratégia de crescimento está baseada em três rotas:

- **Reforços e melhorias:** aumento de capacidade de transmissão ou conexão de usuários e adequação das instalações, com foco em manter a prestação de serviço adequada.
- **Projetos *greenfield*:** concessões para a construção, operação e manutenção de novos empreendimentos por meio da participação ativa em leilões.
- **Projetos *brownfield*:** fusão ou aquisição de projetos em construção ou ativos operacionais.

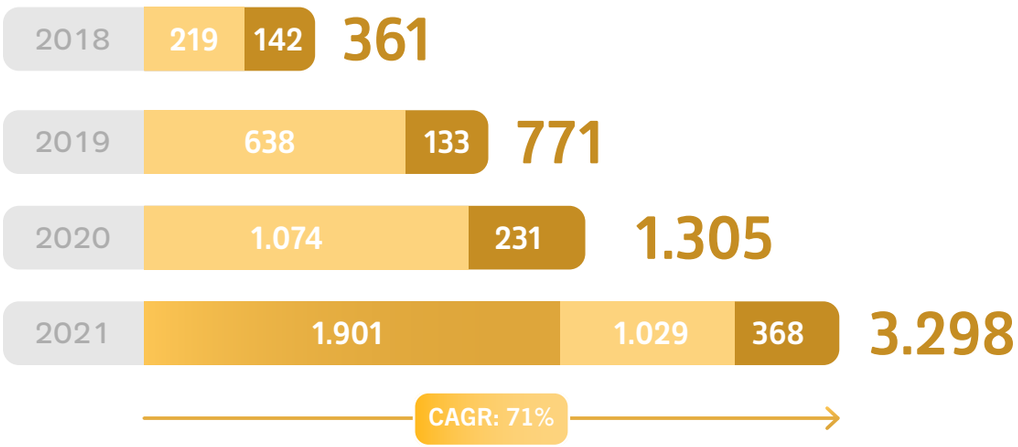
Em 2021, a ISA CTEEP, suas subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas investiram R$3,3 bilhões, representando um aumento de 152% em relação a 2020. O montante foi destinado aos nossos projetos de reforços e melhorias, *greenfield* e *brownfield*, incluindo a conclusão da aquisição da PBTE (*brownfield*) no período.

Reforços e melhorias

A renovação de nossos ativos está atrelada ao nosso compromisso em garantir a melhoria contínua da confiabilidade de nossa rede e a modernização do parque instalado. Também contribui para a redução de custos de operação e manutenção, assim como para avanços na remuneração.

Fechamos o ano de 2021, com autorizações para 237 projetos com investimento Aneel de R$ 2,7 bilhões, que poderão ser executados nos próximos cinco anos. Desse montante, realizamos 9% e o restante (R$ 2,5 bilhões) será efetivado nos próximos anos.

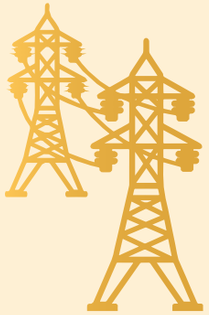
Evolução dos investimentos realizados[1][2][3] R$ milhões



[1] Taxa de Crescimento Anual Composta
[2] Considera *o Enterprise Value* da transação
[3] Custo de Construção, contabilidade IFRS

Brownfield *Greenfield* Reforços e Melhorias

Fechamos o ano de 2021, com autorizações para 237 projetos com investimento Aneel



Transmissão da energia de Belo Monte

Entre os destaques em reforços e melhorias está o investimento autorizado pela Aneel, na ordem de R$ 220 milhões, na linha de transmissão Bom Jardim-Água Azul, que levará à ampliação do escoamento da geração proveniente da usina de Belo Monte, no Pará, para São Paulo.

Para isso, será construído um trecho de 32 km de linha de transmissão, em circuito duplo, para conexão dessa linha com a Subestação Fernão Dias. A Receita Anual Permitida (RAP) será de mais de R$ 33 milhões e o prazo estipulado pelo regulador para a entrada em operação é dezembro de 2025.

Em 2021, celebramos a conclusão da aquisição da PBTE e seguimos com os projetos *greenfield*

Investimentos em projetos *brownfield*

Outra frente de crescimento são os projetos *brownfield*. Nesse pilar, em 2021, celebramos a conclusão da aquisição da PBTE, cujo *enterprise value* da transação foi de R$ 1.901 milhões, incluindo o preço final de R$ 1.571 milhões e dívida líquida de R$ 330 milhões na data-base de 31 de dezembro de 2020, com RAP de R$ 179,1 milhões (ciclo 21/22, data-base: junho de 2021). A linha conecta duas de nossas subestações (Bandeirantes e Piratininga 2) e entrou em operação em abril de 2020.

Para os próximos anos, seguimos constantemente atentos às oportunidades de mercado que possam maximizar nossa geração de valor. Nessa linha, realizamos estudos de avaliação econômico-financeira, incluindo diligência abrangente de todos os aspectos operacionais, financeiros e jurídicos, entre outros, para garantir uma relação de risco e retorno adequada nas condições de investimento.

Investimentos em projetos *greenfield*

Nos últimos seis anos, arrematamos 14 lotes em leilões de transmissão realizados pela Aneel, que somam investimentos aprovados pela agência reguladora na ordem de R$ 6,3 bilhões, com incremento da RAP (ciclo 2021/2022) de cerca de R$ 683 milhões, após a entrada em operação dos ativos.

A fim de contribuir para a disponibilidade e confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN), buscamos antecipar as energizações de nossos projetos. Em 2021, energizamos dois projetos (Itapura Lorena e Aguapeí), além dos dois já energizados em 2020 (Itaquerê e Tibagi). Para 2022, está prevista a energização de seis projetos: Biguaçu (SC), Itaúnas (ES), Três Lagoas (MS e SP), Ivaí (PR), Paraguaçu (BA e MG) e Aimorés (MG).

Também cabe ressaltar o aspecto socioambiental dos projetos. Além de buscarmos a máxima mitigação de impactos socioambientais negativos e a potencialização de impactos socioambientais positivos, endossada pelas licenças que obtemos, buscamos promover a contratação local para as obras.

Eficiência e antecipação de entregas

Em 2021, em linha com nossos objetivos estratégicos, efetivamos uma reengenharia completa da Diretoria de Projetos, ponto fundamental para a antecipação de obras. Trabalhamos de maneira antecipada desde antes dos leilões de que participamos e dispomos de um gestor de projetos (PMO, sigla em inglês para *Project Management Office*) cuja função é acompanhar os projetos, seguir cronogramas e analisar riscos de maneira detalhada.

Também buscamos trazer mais eficiência nos procedimentos, por meio da digitalização de processos, com dinâmicas mais ágeis e um arcabouço de ferramentas que apoiam no controle de documentação, na engenharia e na gestão, com uso de *business intelligence*. Merece destaque o *Project Online*, uma ferramenta de controle de projetos cujos dados são disponibilizados em nuvem para atualização e acompanhamento de todos os gestores.

No período, totalizamos dois projetos energizados (Aguapeí e Itapura Lorena), além de dois energizados em 2020 (Itaquerê e Tibagi) e um energizado em 2019 (Itapura Bauru), cuja eficiência média de *Capex* foi de 39% e a antecipação média de nove meses.

Ativos energizados

IE Aguapeí

A Interligação Elétrica Aguapeí S.A. (IE Aguapeí) é responsável pela execução do Lote 29 arrematado no Leilão nº 005/2016 promovido pela Aneel em abril de 2017. O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de subestações de 1.400 MVA de potência e de 121 km de linhas de transmissão (140 km de circuito). A energização ocorreu no primeiro trimestre de 2021, com seis meses de antecedência do prazo Aneel e eficiência de *Capex* de 40%. O *Capex* total realizado no projeto foi de R$ 360 milhões.

Subestação Lorena – Interligação Elétrica Itapura

A Subestação Lorena faz parte da Interligação Elétrica Itapura S.A. (IE Itapura), empreendimento arrematado no Lote 10 do Leilão nº 02/2018 (Itapura Lorena), realizado em 2018. Trata-se da primeira subestação digital do Sistema Interligado Nacional – possui potência máxima de 1.200 MVA e linha de transmissão de 7 km de circuito. O projeto foi concluído em 2021 com eficiência de *Capex* de 48% e antecipação de 11 meses. O *Capex* total realizado no projeto foi de R$ 123 milhões. Saiba mais em Antecipacao e inovacao.

Ativos em construção

IE Itaúnas

A Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (IE Itaúnas) é responsável pela execução do Lote 21 arrematado no Leilão nº 013/2015 promovido pela Aneel em outubro de 2016. O empreendimento está localizado no estado do Espírito Santo e é formado pela implantação de 79 km de linhas de transmissão, pela construção de uma nova subestação e pela ampliação de uma subestação existente. As obras de ampliação iniciaram no terceiro trimestre de 2018, a Licença de Instalação para a linha de transmissão e para a construção da subestação foram expedidas em agosto de 2019 pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) do estado do Espírito Santo, e as obras iniciadas no terceiro trimestre de 2019. Ao final de 2021, o *Capex* total realizado no projeto foi de R$ 254 milhões.

IE Biguaçu

A Interligação Elétrica Biguaçu S.A. (IE Biguaçu) é responsável pela execução do lote 01 leilão Aneel nº 002/2018 realizado em junho de 2018. O empreendimento está localizado no estado de Santa Catarina e é formado pela implementação de uma subestação de 300 MVA de potência, a ampliação de uma subestação, e a construção de uma linha de transmissão de 57 km de circuito, incluindo trechos aéreos, submarinos e subterrâneos.

No final de 2020, o projeto obteve a Licença de Instalação para a subestação Ratones e equipamentos das zonas de transição, emitida pelo Instituto de Meio Ambiente (IMA) de Santa Catarina. O processo de licenciamento das linhas de transmissão foi concluído no primeiro trimestre de 2021. Ao final desse ano, o *Capex* total realizado no projeto foi de R$ 343 milhões.

Energizamos dois ativos em 2021: Subestação Lorena e a Interligação Elétrica Aguapeí

IE Paraguaçu

A IE Paraguaçu é responsável pela execução do Lote 3 arrematado no Leilão nº 013/2015 promovido pela Aneel em outubro de 2016, em que a ISA CTEEP participa em parceria com a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa), na proporção igualitária de 50%. O empreendimento está localizado nos estados da Bahia e de Minas Gerais e é formado pela implementação de 338 km de linhas de transmissão. Em maio de 2019, a transmissora obteve a Licença de Instalação para o empreendimento, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), e as obras iniciaram no segundo trimestre de 2019. Ao final de 2021, o *Capex* total realizado no projeto referente à participação da ISA CTEEP foi de R$ 271 milhões.

IE Aimorés

A IE Aimorés é responsável pela execução do Lote 4 arrematado no Leilão nº 013/2015 promovido pela Aneel em outubro de 2016, em que a companhia participa em parceria com a Taesa, na proporção igualitária de 50%. O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 208 km de linhas de transmissão. Em abril de 2019, a Licença de Instalação foi expedida pelo Ibama e as obras iniciaram no segundo trimestre de 2019. Ao final de 2021, o *Capex* total realizado no projeto referente à participação da ISA CTEEP foi de R$ 171 milhões.

IE Ivaí

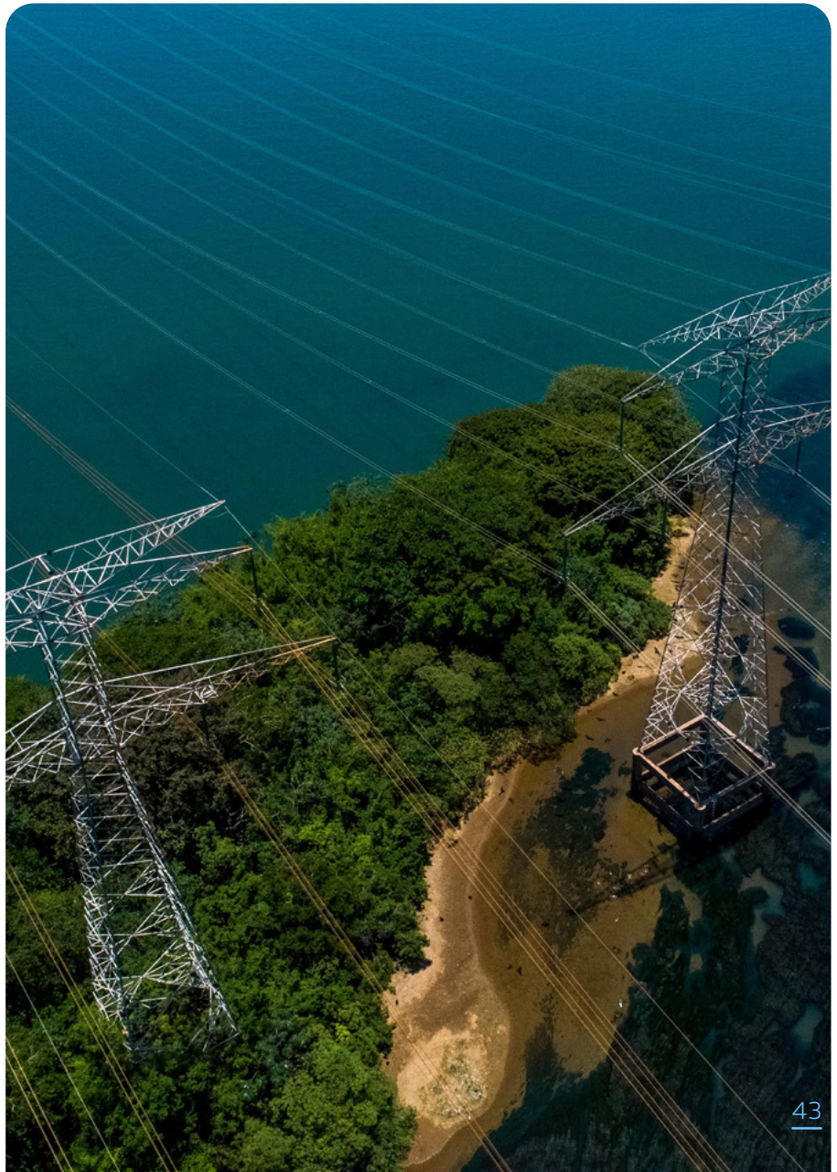
A IE Ivaí é responsável pela execução do Lote 01 arrematado no Leilão nº 05/2016 promovido pela Aneel em abril de 2017, em que a companhia participa em parceria com a Taesa, na proporção igualitária de 50%. O empreendimento está localizado no estado do Paraná e é formado pela implementação de três subestações com potência total de 2.988 MVA, além de 600 km de linhas de transmissão em circuito duplo, totalizando 1.200 km. Em outubro de 2019, as obras foram iniciadas, após a emissão das Licenças de Instalação, emitidas pelo Instituto Água e Terra (IAT) do Estado do Paraná. Ao final de 2021, o *Capex* total realizado no projeto referente à participação da ISA CTEEP foi de R$ 795 milhões.

Projeto Minuano

O projeto Minuano é responsável pela execução do Lote 3 arrematado no Leilão nº 02/2019 promovido pela Aneel em dezembro de 2019. O empreendimento está localizado no estado do Rio Grande do Sul e é formado pela implementação de uma subestação com 2.691 MVA de potência, além da construção de 169 km em linhas de transmissão. No último trimestre de 2020, o projeto obteve a Licença de Instalação para a Subestação Caxias Norte, emitida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM) do estado do Rio Grande do Sul. Em abril de 2021, as obras da subestação foram iniciadas. O processo de licenciamento das linhas de transmissão está em andamento e a expectativa é que seja obtida no início de 2022. Ao final de 2021, o *Capex* total realizado nesse projeto foi de R$76 milhões. Esse contrato de concessão está alocado na subsidiária Evrecy.

Projeto Três Lagoas

O projeto Três Lagoas é responsável pela execução do Lote 6 arrematado no Leilão nº 02/2019 promovido pela Aneel em dezembro de 2019. O empreendimento está localizado nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, e é formado pela implementação de 37 km de linhas de transmissão, além da ampliação de duas subestações. A Licença de Instalação do empreendimento foi obtida em janeiro de 2021, emitida pelo Ibama. Em abril desse ano, as obras foram iniciadas e, até dezembro, o *Capex* total realizado do projeto foi de R$ 68 milhões. Esse contrato de concessão está na subsidiária IE Tibagi.



Projeto Triângulo Mineiro

O projeto Triângulo Mineiro é responsável pela execução do Lote 7 arrematado no Leilão nº 02/2019 promovido pela Aneel em dezembro de 2019. O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação de 4 subestações com potência total de 1.600 MVA, além de cerca de 173 km de linhas de transmissão. As Licenças Prévia e de Instalação foram obtidas no final de dezembro de 2021, emitidas pela de Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) de Minas Gerais, e as obras já serão iniciadas em 2022. Ao final do período, o *Capex* total realizado do projeto foi de R$53 milhões. Esse contrato de concessão está na subsidiária IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.).

Projeto Riacho Grande

O projeto Riacho Grande é responsável pela execução do Lote 7 arrematado no Leilão nº 01/2020 promovido pela Aneel em dezembro de 2020. O empreendimento é formado pela implementação de 63 km de linhas de transmissão com trechos subterrâneos e aéreos e de 800 MVA de potência para suprir as cargas das regiões Norte, Sul e Leste do município de São Paulo e região do ABC. A expectativa de obtenção da Licença de Instalação para o trecho subterrâneo e para a SE São Caetano do Sul é no segundo trimestre de 2023. Ao final de 2021, o *Capex* total realizado do projeto foi de R$59 milhões.

Mitigação de impactos ambientais

Realizamos a gestão de nossos empreendimentos, desde o planejamento até a operação, com foco em mitigar impactos ambientais negativos e potencializar os efeitos positivos.

Além de diagnóstico na fase de planejamento e implementação de diversos programas na etapa de construção, os compromissos legais relacionados à gestão ambiental na operação são expressos sob condicionantes ambientais na Licença Ambiental de Operação (LO).

Nessa etapa, para cada empreendimento adotamos um conjunto de ações, dentre elas, programas de gestão ambiental relacionados à comunicação junto às comunidades lindeiras, gestão de resíduos, gerenciamento do uso da faixa de segurança, manejo de vegetação, prevenção e mitigação de processos erosivos, compensação florestal, dentre outros.

Saiba mais em Contribuições e desafios ambientais globais.

Novos negócios

Nossa estratégia de crescimento sustentável também inclui oportunidades de negócios com nosso patrimônio imobiliário (*real estate*). Por meio da comercialização de áreas excedentes ao serviço público de transmissão, contribuímos para a redução de custos e oportunidades de reinvestimentos na concessão. Nesse contexto, seguimos com as análises para maximizar o aproveitamento de nossos ativos imobiliários e terrenos.

Inovação para o setor elétrico

Para além das vertentes de crescimento, temos explorado novas frentes com potencial de alavancar nossos objetivos. Nesse contexto, merece destaque o armazenamento de energia em baterias – uma inovação no setor elétrico que contribuirá para maior robustez no suporte à transição energética no País. Saiba mais em *Antecipação e Inovação.*

Gestão de projetos do planejamento até a operação

Excelência

GRI 103-2, 103-3 | 203, 203-1, EU6, EU7, EU21

A fim de maximizar a disponibilidade de nossos equipamentos, subestações e linhas de transmissão, e garantir a confiabilidade dos serviços prestados à sociedade, realizamos a gestão de nossos ativos por meio de atividades sistemáticas e coordenadas, de forma otimizada e sustentável, que estão baseadas em avaliações de custo, risco e desempenho ao longo de todo o ciclo de vida dos ativos.

Considerando a implementação das boas práticas e de uma cultura de gestão de ativos com vistas a consolidar um sistema de gestão, bem como do Plano Estratégico de Gestão de Ativos (PEGA), elaboramos e executamos planos de operação, manutenção e modernização dos ativos com foco na eficiência operacional. Os princípios para apoio nas decisões, atividades e comportamentos são apresentados em nossa Política de Gestão de Ativos e consideram uma visão integrada de ciclo de vida e a otimização do custo, risco e desempenho, com o intuito de maximizar nossa entrega de valor.

Entre as diretrizes do documento, constam a priorização de ativos para a manutenção e a renovação, em função de seus graus de riscos de falhas, e o histórico de desempenho, para otimizar os recursos necessários para o cumprimento das leis e regulações brasileiras.

Com base nas análises de desempenho, risco e custo, estabelecemos o Plano Integrado de Renovação de Ativos (PIRA), que apresenta a priorização para a renovação de ativos num horizonte estratégico para investimentos até 2030.

Em 2021, cabe destacar que realizamos a reestruturação da Diretoria de Operações, a fim de fortalecer o planejamento das ações de manutenção e renovação de ativos para a geração de valor sustentável.

Nossa visão de gestão de ativos

Desempenho

Eficiência nas operações com elevados índices de disponibilidade e qualidade de atendimento ao cliente.

Estratégia

Estratégias de manutenção e renovação com base nos pilares de custo, risco e desempenho.

Estrutura

Presença em 17 estados brasileiros com adoção das melhores práticas de planejamento, execução e análise, em linha com a visão integrada de ciclo de vida.

Segurança

Valor inegociável em nossas operações e como cultura em nosso dia a dia, alavancado pelo programa Conectados com a Vida.

Para o acompanhamento e a análise crítica do desempenho atual e futuro dos ativos, dispomos de uma estrutura de governança fortalecida pelos comitês nos diferentes níveis Estratégico, Tático e Operacional.

Comprometidos com a excelência operacional, participamos de programas de referenciamentos de qualidade, como os indicadores do *The International Transmission Operations & Maintenance Study* (ITOMS). Para isso, desenvolvemos ações que envolvem: aplicação de novas tecnologias de monitoramento com *drones* e análises de imagens para inspeção das linhas de transmissão; aplicação de inteligência artificial no centro de controle para apoio a tomada de decisão; e atualização periódica das campanhas de queimadas.

Também investimos em inovação e em tecnologias que otimizam recursos, reduzem custos de implantação e dimensões das instalações, com destaque para a Subestação Digital Lorena que inauguramos em 2021. Já na frente de renovação, somamos mais de 1 mil equipamentos substituídos no âmbito do Programa Confiabilidade. Saiba mais em Antecipação e inovação.

Indicadores de desempenho EU12

Na busca constante pelas melhores práticas, fortalecendo o processo de melhoria contínua para a perenidade da excelência operacional, com a estruturação e o acompanhamento de planos de ação, envolvendo os principais públicos de relacionamento, e sinergia na utilização de recursos, evoluímos positivamente nos indicadores de disponibilidade.

Disponibilidade média de linhas[1]: registramos 99,99 % de disponibilidade para as linhas de transmissão e 99,95% para os transformadores. A referência Aneel em 2020 para a Rede de Operação foi 96,83% para linhas de transmissão e 97% para os transformadores.

- Índice de Energia Não Suprida (IENS): mede a efetividade de garantia de entrega de energia. Em 2021, o indicador foi de 0,0004% (0,0005% em 2020), enquanto o IENS do SIN no período foi de 0,0009%.
- Frequência Equivalente de Interrupção (FREQ): mede o total de vezes e a frequência média de desligamentos. Em 2021, a FREQ foi de 0,0635 (0,0590 em 2020), enquanto a FREQ do SIN no período foi de 0,02.

1. Até a data de fechamento deste relatório, a referência Aneel para 2021 ainda não havia sido disponibilizada.
Nos relatórios de sustentabilidade de 2019 e 2020 os valores do indicador Duração Equivalente de Interrupção (DREQ) foram reportados. Para 2021, optou-se por excluir esse indicador, por não ser estratégico para o segmento de transmissão e por não ser uma obrigação legal.

Disponibilidade média de linhas e transformadores (%)

Protagonismo em fóruns do setor

No ano, a ISA CTEEP seguiu com o protagonismo na participação em diversos fóruns técnicos do setor, com trocas de conhecimento e debates de questões setoriais relevantes. Entre eles, estão o Seminário Nacional de Operadores de Sistemas e Instalações Elétricas (Senop), o Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (Enase), o Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico (Egaese), o Encontro para Debates de Assuntos de Operação (EDAO), o simpósio da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), o Painel Climatempo, entre outros.

Antecipação e inovação EU8

A inovação é uma das alavancas de nosso planejamento estratégico e da nossa geração de valor. Em 2021, investimos R$ 23,6 milhões em projetos de inovação, frente a R$ 14 milhões em 2020.

Para impulsionar ainda mais essa agenda, em 2021 constituímos uma nova governança com a criação dos Comitês de Inovação e de Portfólio de Projetos, bem como reestruturamos diretrizes estratégicas de inovação com a definição e a priorização das áreas de oportunidade. Para pautar a agenda de definição de projetos de nosso *pipeline,* construímos um mapa de tendências tecnológicas e definimos teses de investimento para as áreas de oportunidades estratégicas.

As iniciativas são acompanhadas mensalmente pelo Comitê de Portfólio, juntamente com os gestores dos projetos, que reportam ao Comitê de Inovação, que se reúne trimestralmente. A evolução da governança de inovação tem contribuído para alinhar os esforços em torno de uma visão de futuro, buscando o balanceamento das iniciativas de acordo com as teses de investimentos definidas.

Iniciativas de destaque em 2021

Primeira subestação digital

Um dos principais destaques que refletem a evolução da nossa jornada de transformação digital foi a inauguração da Subestação Digital em Lorena (SP) em 2021, a primeira do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Além de representar um marco rumo à Subestação 4.0, o projeto reforça nosso comprometimento com a inovação. Isso porque envolve a aplicação de sistemas digitais com o uso de tecnologias, como *big data* e conexões em fibra ótica, que conferem maior disponibilidade e eficiência na prestação de serviços, melhor confiabilidade e coleta de informações para a tomada de decisão.

A subestação, que faz parte da Interligação Elétrica Itapura, conta com um banco de autotransformadores com capacidade instalada de 1.200 MVA, capaz de abastecer duas cidades do porte de São José dos Campos (SP). O projeto, que empregou mais de 200 profissionais durante a obra, deve duplicar o abastecimento de energia para a região do Vale do Paraíba, que passa a contar com um sistema redundante.

Primeira subestação digital do SIN

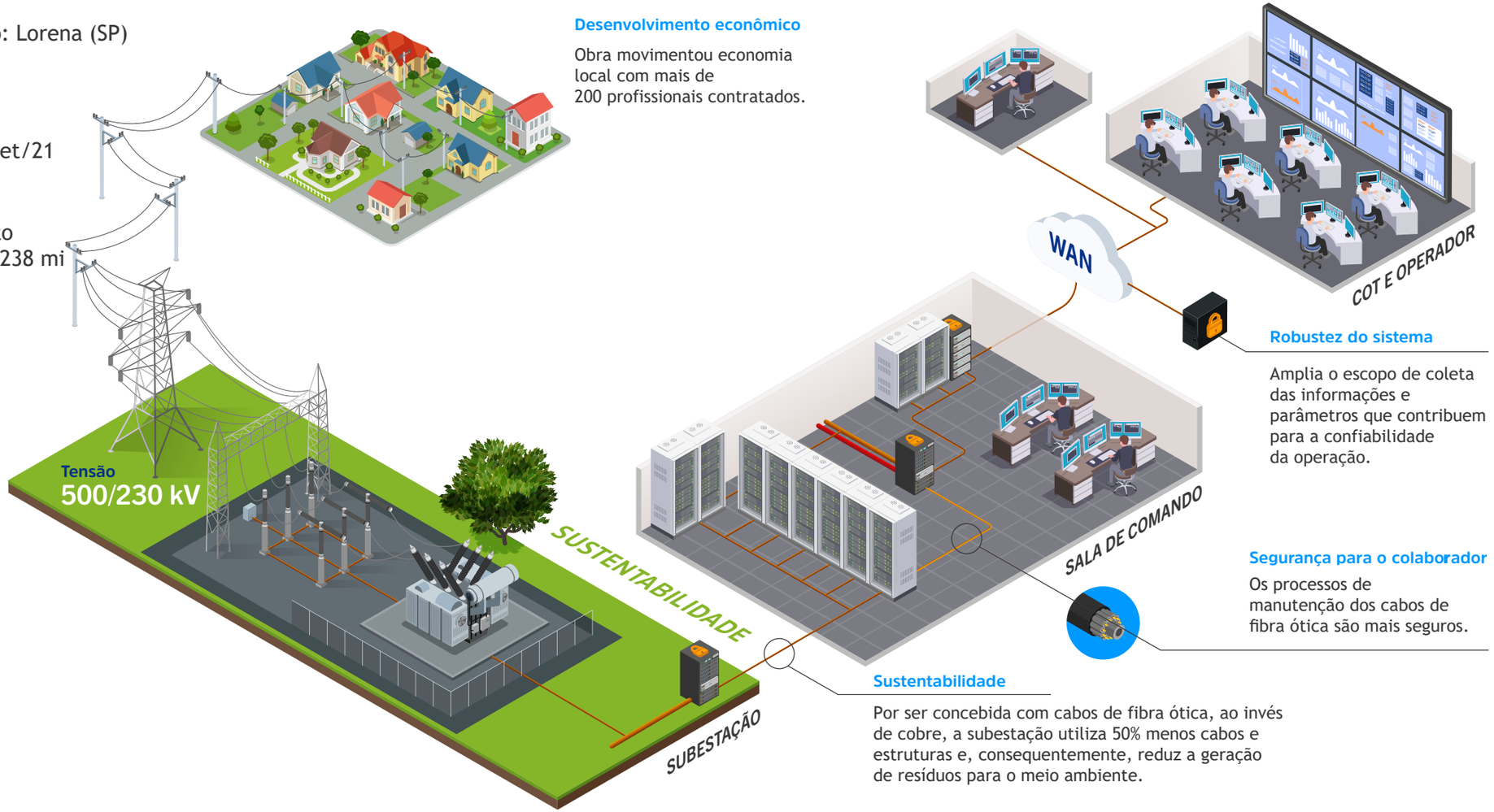
Um marco rumo ao conceito de Subestação 4.0

SUBESTAÇÃO LORENA

Localização: Lorena (SP)

Entrada em operação: set/21

Investimento ANEEL : R$ 238 mi



Desenvolvimento econômico

Obra movimentou economia local com mais de 200 profissionais contratados.

Robustez do sistema

Amplia o escopo de coleta das informações e parâmetros que contribuem para a confiabilidade da operação.

Segurança para o colaborador

Os processos de manutenção dos cabos de fibra ótica são mais seguros.

Sustentabilidade

Por ser concebida com cabos de fibra ótica, ao invés de cobre, a subestação utiliza 50% menos cabos e estruturas e, consequentemente, reduz a geração de resíduos para o meio ambiente.

Armazenamento de energia em baterias

Na vanguarda das contribuições para o futuro do setor elétrico, em 2021 conquistamos outro marco histórico: a aprovação pela Aneel do primeiro projeto de armazenamento de energia em baterias em larga escala no sistema de transmissão brasileiro. A inovação será instalada na Subestação Registro (SP), uma das responsáveis pelo atendimento da demanda máxima do Litoral Sul Paulista, beneficiando cerca de dois milhões de pessoas.

As baterias de lítio serão instaladas em uma área de aproximadamente 4 mil m^2, com porte equivalente a cerca de 30 contêineres, e terão 30 MW de potência instalada. A tecnologia vai atuar nos momentos de pico de consumo, como um reforço à rede elétrica, assegurando energia adicional por até duas horas, totalizando 60 MWh, de forma a evitar interrupção no fornecimento de energia devido ao excesso de demanda e garantir mais segurança e confiabilidade na prestação do serviço à sociedade.

O investimento autorizado pela Aneel é de R$ 146 milhões e a previsão de entrega da obra é novembro de 2022, de forma a atender à demanda do verão a partir de 2022/2023. A Receita Anual Permitida (RAP) será de aproximadamente R$ 27 milhões.

Sinergia entre inovação e sustentabilidade

A tecnologia de armazenamento de energia em baterias é a materialização de avanços para as agendas de descarbonização, descentralização e de digitalização no setor elétrico.

Além de facilitar a inserção de energia a partir de fontes renováveis, contribui para a redução de custos de operação e expansão do sistema, já que permite postergar a construção de grandes projetos, aumentar a integração de fontes energéticas econômicas e pode ser reutilizada em outros pontos do país que precisem de reforço no sistema elétrico.

O sistema pode ser utilizado em diversas aplicações, como alívio de pontos de congestão do sistema elétrico, em serviços ancilares, a fim de garantir o funcionamento do sistema como um todo, tais como controle de tensão e frequência, e na compensação da variabilidade de geração de energia eólica e solar, possibilitando maior integração dessas fontes renováveis ao Sistema Interligado Nacional.

Ao atuar como *backup* para manter o suprimento de energia elétrica em momentos de pico de consumo, o armazenamento colabora para o menor acionamento das usinas térmicas, mais poluentes, e consequentemente para a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa.

Além de evitar a aplicação de sistemas que necessitem de geração a diesel – os quais demandariam 350 mil litros do combustível para um uso equivalente – com as baterias do projeto, evitaremos a emissão de 1.194 toneladas de Gases de Efeito Estufa em dois anos da tecnologia em operação.

Cabe destacar, ainda, que as obras deverão envolver a geração de cerca de 400 empregos diretos até sua inauguração, além de contribuir para a oferta de um melhor serviço para a sociedade como um todo.

Planejamento Integrado e Flexível de Sistemas de Transmissão

Também com foco nas transformações do setor elétrico, em 2021 firmamos um acordo de cooperação estratégico com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para o desenvolvimento do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) "Planejamento Integrado e Flexível de Sistemas de Transmissão", iniciado em 2020 e com duração de 24 meses.

O objetivo da pesquisa é fomentar a preparação do planejamento da transmissão de energia elétrica para as mudanças atualmente em curso na matriz energética e no setor de energia, devido à crescente entrada das fontes renováveis intermitentes e da geração distribuída, além da necessidade de armazenamento de energia e aplicação de novas tecnologias no setor.

Entre outras frentes, a iniciativa engloba o desenvolvimento de metodologias e aprimoramento de ferramentas computacionais que irão auxiliar a avaliação do planejamento do sistema, considerando a análise de um portfólio de tecnologias que maximizem a flexibilidade da rede de transmissão.

O projeto foi desenvolvido no âmbito do programa de P&D da Aneel e tem investimento previsto de aproximadamente R$ 5 milhões. Além da EPE, conta com a participação das empresas de soluções tecnológicas no setor de energia elétrica PSR, HPPA e MRTS.

Firmamos acordo para início do projeto "Planejamento Integrado e Flexível de Sistemas de Transmissão"

Transformação digital na operação e manutenção

A fim de garantir a confiabilidade de nossos empreendimentos, investimos tempestivamente em tecnologias para a operação e manutenção de nossos ativos.

Novos recursos e interfaces para a operação do sistema elétrico Centro de Operação de Transmissão.

Análise inteligente de dados como suporte à tomada de decisão *Dashboard* de Acompanhamento da Operação e da Manutenção.

Aplicação de tecnologias nas atividades de manutenção em Linhas de Transmissão.

No centro de operação, desenvolvemos um projeto de Inteligência Artificial que contempla o tratamento de alarmes para apoio na identificação de anomalias em nosso sistema, o que proporciona maior segurança e agilidade nas manobras para controle dos ativos e promove maior confiabilidade, produtividade e auditabilidade na execução de manobras coordenadas entre o Centro de Operação de Transmissão (COT) e as instalações. Contamos, ainda, com projeto de teleassistência na operação, que tem como objetivo dotar as subestações de recursos tecnológicos complementares, como videomonitoramento, para aumentar a confiabilidade da operação via Centro de Operação, além de mitigar a necessidade de deslocamento até essas subestações.

Também merece destaque a plataforma responsável pela digitalização da gestão do nosso patrimônio. Por meio de imagens de satélite monitoramos toda a nossa área de concessão, de forma a otimizar a identificação de possíveis ocupações e usos irregulares dos terrenos e faixas de linha de transmissão.

QR *Code* para verificação de equipamentos elétricos

Em 2021, iniciamos um projeto capaz de auxiliar as equipes técnicas em inspeções detalhada nos equipamentos instalados em subestações. Por meio de um QR *Code* fixado nos equipamentos e com um aparelho leitor, informações sobre o estado operacional dos equipamentos são enviadas, em tempo real, para um sistema integrado de gestão. Com dados atualizados é possível emitir relatórios de manutenção planejada de todos os equipamentos.

Drones: tecnologia a favor da segurança e da confiabilidade

Como parte de nossa jornada de transformação digital e para garantir maior segurança de nossos colaboradores que realizam a manutenção do sistema, em 2021 desenvolvemos, em parceria com a *Drone Power* e de forma pioneira no Brasil, um *drone* que incinera objetos que caem nas linhas de transmissão e podem afetar o fornecimento de energia elétrica à sociedade, como balões e pipas.

O *drone* possui um dispositivo acoplado que, com um sopro rápido e direcionado, consegue incinerar os objetos. Homologada no ano pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a tecnologia contribui para a redução em mais de 80% do tempo para a remoção de objetos.

As soluções deveriam atender aos seguintes temas: monitoramento e gestão de gases; redução no tempo de paradas para manutenção e substituição de ativos; gestão de manutenção em sistemas de proteção; e gestão de obras, infraestrutura e construção para energia. Como resultado, 158 *startups* aplicaram suas soluções aos desafios propostos, com a realização de 54 propostas (*pitches*) de novas tecnologias, das quais duas foram selecionadas para provas de conceito.

Inovação aberta

Para a ISA CTEEP, a inovação nasce de um ambiente diverso, potencializado por meio de colaborações com *startups,* universidades e outras empresas. Em 2021, em parceria com a 100 *Open Startups*, plataforma líder de inovação aberta no Brasil, lançamos desafios para *startups* relativos a soluções voltadas à sustentabilidade, gestão de obras, infraestrutura e construção para energia e excelência na manutenção.

Ranking 100 Open Startups

Em 2021, figuramos mais uma vez no *Ranking das TOP 100 Open Corps*, promovido pela plataforma 100 *Open Startups*. O reconhecimento é concedido às empresas que possuem maior interação com o ecossistema de *startups* e de inovação aberta. A ISA CTEEP já havia ocupado o segundo e o quarto lugares do *ranking*, em 2018 e 2019, respectivamente.

As pessoas estão no centro do processo de inovação e são elas que fazem esse processo acontecer

Ana Paula Brentan de Oliveira Engenheira de análise, de Bom Jardim (SP).

Temos buscado eliminar processos repetitivos e operacionais por meio de robotização

Jornada de transformação digital

Com o intuito de mapear e planejar ações que promovam a transformação para que a companhia seja eficiente e escalável, estabelecemos em 2021 um Comitê de Transformação Digital, que se reúne mensalmente.

Como parte de nossa jornada, temos buscado eliminar processos repetitivos e operacionais por meio de robotização. Com apoio de consultoria externa, realizamos um mapeamento para identificação de oportunidades, que posteriormente foram priorizadas.

Entre os desdobramentos está um projeto de robotização dos processos operacionais financeiros da área de suprimentos, a automatização da entrada de notas fiscais e outro projeto de robotização para a área regulatória, para captura automatizada das regulações e apoio na tomada de decisão.

Para os próximos anos, nosso intuito é descentralizar a robotização da área de Tecnologia de Informação e empoderar os colaboradores para otimização de processos em suas áreas, por meio de capacitação. Nessa frente, temos a Semana da Transformação Digital, em que trazemos palestrantes referência em temas como robotização e *user experience* e instalamos laboratórios práticos.

Além disso, quinzenalmente promovemos o “15 minutos sou digital”, que consiste em uma apresentação de 15 minutos sobre temas digitais, como *planner* e *blockchain*, entre outros.

Liderança transformadora e capacidade de influência

GRI 102-12, 102-13

Nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável é alavancado, também, pela participação e apoio a iniciativas externas e associações, a fim de contribuirmos com o futuro do setor elétrico.

Além de manter a interlocução com as entidades reguladoras e autoridades governamentais, a companhia também atua em estreito relacionamento com instituições setoriais, buscando sinergia na atuação e convergência das ações perante os órgãos decisores e, primordialmente, a preservação de condições de operação e manutenção de qualidade e a justa remuneração por seus investimentos.

Nesse sentido, vem atuando junto ao Comitê de Transmissão da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) e na Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), onde conduziu e participou de maneira efetiva de discussões relativas a temas importantes para o setor, como a definição de metodologias para reconhecimento dos ativos extrapatrimoniais, revisão dos processos e normas de reforços e melhorias, e correção de reajuste anual, entre outros.

Desde 2011, somos signatários do Pacto Global das Nações Unidas e atuamos com base em princípios relacionados à proteção dos Direitos Humanos e do Trabalho, Meio Ambiente e ao Combate à Corrupção. Aderimos também ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção e passamos a integrar o Movimento Empresarial pela Integridade, Transparência e Combate à Corrupção do Instituto Ethos.

Desde 2011, somos signatários do Pacto Global das Nações Unidas

Adicionalmente, participamos das seguintes associações e entidades:

- **ABCE** | Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica;
- **ABDIB** | Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base;
- **Aberje** | Associação Brasileira de Comunicação Empresarial;
- **ABGR** | Associação Brasileira de Gerência de Riscos;
- **Abrasca** | Associação Brasileira das Companhias Abertas;
- **Abrate** | Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica;
- **AISCE** | Associação de Intercâmbio Sociocultural e empresarial Brasil-Colômbia;
- **Bracier** | Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Elétrica Regional;
- **Cepel** | Centro de Pesquisas de Energia;
- **Cigre** | Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica;
- **Crea-SP** | Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – São Paulo;
- **IBGC** | Instituto Brasileiro de Governança Corporativa;
- **Instituto Ethos**.

Participação na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26)

O Grupo ISA marcou presença na edição número 26 da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26) em 2021. Durante o evento, que aconteceu em Glasgow, Escócia, participamos ativamente da agenda acadêmica para apresentar ações e iniciativas desenvolvidas no combate às mudanças do clima e em prol da proteção da biodiversidade na América Latina, região de atuação da empresa.

Entre os destaques está o Conexão Jaguar, nosso programa bandeira de sustentabilidade, por meio do qual endereçamos a preservação de mais de 141 mil hectares na região da Serra do Amolar, no Pantanal.

Contribuições no contexto regulatório

Buscamos participar ativamente das discussões no ambiente regulatório acerca do futuro do setor elétrico, a fim de alavancar as contribuições para a agenda, promover avanços relativos ao *compliance* regulatório e à mitigação de riscos, bem como contribuir para os objetivos da companhia.

Adicionalmente, em 2021, iniciamos um projeto estratégico para revisão de registros no ambiente regulatório, de forma a otimizar o atendimento e a conformidade às regulações.

Diretoria de Regulação

Em 2021, a gerência de Regulação foi alçada a diretoria executiva, a fim de maximizar a contribuição da área às discussões acerca de temas regulatórios. A Diretoria executa papel estratégico, contribuindo para a gestão de riscos regulatórios, para a captura de oportunidades e para a conformidade com leis e regulamentos do setor.

Entre os principais destaques do ano está a conquista da ISA CTEEP da autorização pela Aneel para a instalação do primeiro sistema de armazenamento de energia em baterias em larga escala do sistema de transmissão brasileiro. Saiba mais em Antecipação e inovação.

Outro fato relevante para a companhia em 2021 foi a alteração no perfil de pagamento do passivo financeiro associado a ativos de transmissão da Rede Básica Existente (RBSE). A medida anunciada pela Aneel tem como finalidade atenuar os custos para os consumidores de energia elétrica nos reajustes de 2021, mantendo os aumentos tarifários das distribuidoras abaixo de dois dígitos.

Em 2021, também houve a publicação pela Aneel da Resolução Homologatória Nº 2.851, de 22 de abril de 2021, que altera a Resolução Homologatória nº 2.714, de 30 de junho de 2020, que homologa o resultado da revisão periódica de 2018 da Receita Anual Permitida (RAP) associada ao Contrato de Concessão nº 059/2001, sob responsabilidade da ISA CTEEP. Na ocasião, a Aneel decidiu reconhecer os principais Pedidos de Reconsideração emitidos pela companhia.

Com relação aos temas setoriais, houve a Consulta Pública para definição de metodologia de cálculo do Fator X e do ganho de eficiência empresarial para o segmento de transmissão. Participamos ativamente das discussões, junto à Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), com o desenvolvimento de um trabalho técnico para mitigar possíveis riscos no setor de transmissão do país.

Adicionalmente, a Aneel decidiu, em 2021, abrir a segunda fase da Consulta Pública nº 30/2020 para discutir o relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre avaliação e aprimoramento da regulamentação associada a reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica e propostas de aprimoramento normativo associadas.

Entre as propostas a serem debatidas nessa segunda fase estão o estabelecimento de definição explícita de reforços de grande e de pequeno porte e melhorias de grande e pequeno porte; desvinculação integral de reforços de grande porte e de pequeno porte, que passariam a ser autorizados separadamente independentemente do caso; e novo conceito normativo de melhorias, baseado na lógica contábil de investimento, diferenciando-as de atividades de operação e manutenção.

Claudio Hernan Domingorena, diretor de gestão da regulação.

Contribuições e desafios ambientais globais

GRI 103-2, 103-3 | 307, 307-1

A ISA CTEEP está comprometida com a excelência e liderança na melhoria das condições ambientais no País. Nesse sentido, tem evoluído constantemente a gestão dos impactos de seu negócio a partir de uma contribuição proativa e transcendente para adaptação e combate às mudanças climáticas e proteção e conservação dos ecossistemas e sua biodiversidade.

O cuidado com o meio ambiente e com a sociedade está expresso em nossa Política Ambiental. O documento traz diretrizes acerca do uso sustentável e eficiente dos recursos naturais, bem como da garantia da qualidade e da excelência da gestão ambiental em todo o ciclo de vida dos ativos, reforçando o nosso compromisso com o atendimento aos requisitos legais vigentes no país. A gestão desses requisitos, inclusive, passou a ser realizada em 2021 por meio de ferramenta eletrônica, o que tem contribuído para maior eficiência nos processos.

O cuidado com o meio ambiente e com a sociedade está expresso em nossa Politica Ambiental

Nesse contexto, promovemos a gestão sustentável desde a etapa de planejamento de nossos projetos – com a elaboração de estudo para diagnóstico, identificação dos possíveis impactos e construção das medidas preventivas e/ou mitigadoras – até a etapa de implantação e operação dos empreendimentos. Todos os empreendimentos devem contar com Licença Ambiental Prévia (LP), Licença Ambiental de Instalação (LI) e Licença Ambiental de Operação (LO), em que são expressas condicionantes ambientais a fim de prevenir, mitigar ou corrigir os impactos gerados pelo empreendimento sobre o meio ambiente.

Todas as diretrizes seguidas pela ISA CTEEP e nossas subsidiárias são praticadas por todos os colaboradores e terceirizados, que desenvolvem suas atividades com foco na minimização dos impactos negativos ao meio ambiente, bem como na potencialização dos impactos positivos.

Nos subcapítulos a seguir, apresentamos nossa abordagem de gestão e principais iniciativas relativas à gestão de aspectos materiais relevantes.

Conexão Jaguar

Principal programa de sustentabilidade e proteção à biodiversidade, o Conexão Jaguar foi eleito em 2020 o melhor programa corporativo de compensação de emissões pelo *ranking Environmental Finance Awards*. Por meio dele, o Grupo ISA e suas empresas endossam o compromisso com o desenvolvimento sustentável dos negócios, contribuindo com grandes causas mundiais, que incluem o cumprimento da Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB) e os compromissos firmados pelos países na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26).

Iniciada em 2017, a iniciativa engloba a implementação de projetos florestais de redução de emissões de Gases do Efeito Estufa, em áreas prioritárias para a proteção, recuperação e conexão do *habitat* e corredores do jaguar (onça-pintada, em espanhol) em territórios onde a ISA está presente.

Ao final de 2021, o Conexão Jaguar somava oito projetos contemplados na América Latina, sendo um projeto no Brasil para a proteção de 76 mil hectares na Serra do Amolar, localizado no Pantanal do Mato Grosso em parceria com o Instituto Homem Pantaneiro (IHP). No período, houve a aprovação da ampliação do projeto no Brasil, com expansão da área de proteção de 76 mil para 141 mil hectares. Além disso, cabe destacar que o projeto, enquadrado como REDD+ (Redução de Emissões Proveniente de Desmatamento e Degradação Florestal) será elegível para geração de créditos de carbono no primeiro semestre de 2022. Saiba mais aqui.

Parceria para conservação da biodiversidade e mitigação das mudanças de clima

Em 2021, firmamos uma parceria com a Reservas Votorantim para somar esforços em prol da conservação da biodiversidade e da mitigação das mudanças do clima. Por meio do Conexão Jaguar, a cooperação foi desenhada com o intuito de promover e executar ações conjuntas que possam contribuir com a agenda de conservação da fauna e flora nos 31 mil hectares de floresta do Legado das Águas. Essa reserva está localizada no Vale do Ribeira – no sul do estado de São Paulo —, e faz parte dos 12,4% da floresta que existia originalmente nesse bioma em todo o Brasil.

- Preservação da onça pintada
- Redução de emissões
- Conservação da biodiversidade e conectividade ecológica
- Mitigação das mudanças climáticas
- Melhoria das condições de vida e fortalecimento das organizações sociais
- Proteção e melhoria dos serviços ecossistêmicos
- Sensibilização e consciência
- Aumento das ações, benefícios e parcerias

Meta de reduzir 2 milhões de tCO_2e de emissões potenciais até 2030

PARCEIRO

Instituto Homem Pantaneiro

ALIADOS TÉCNICOS:

Panthera

south pole

Mitigação de impactos e proteção à biodiversidade

GRI 103-2, 103-3 | 304, 304-1, 304-2, 304-3, 304-4

Prezamos pela melhoria contínua nos processos e na gestão dos nossos empreendimentos, com foco na proteção dos ecossistemas e da biodiversidade. Dessa forma, a prevenção, mitigação e compensação dos impactos causados à biodiversidade envolvem ações em todas as fases de nossos projetos.

Gestão dos empreendimentos

- **Planejamento** – nessa fase, para a definição da localização de futuros empreendimentos, avaliamos critérios socioambientais, visando minimizar os impactos em áreas ambientalmente sensíveis, como unidades de conservação, Áreas de Preservação Permanente (APP), vegetação nativa, comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, faxinais, ribeirinhos etc.), assentamentos rurais, sítios arqueológicos e cavidades naturais, dentre outros. Dependendo da interferência mapeada, podem ser realizadas alterações na localização proposta para o futuro empreendimento, assim como alteamento de estruturas.

- **Implantação** – nessa etapa, executamos programas de gestão ambiental, a fim de prevenir e/ou mitigar os possíveis impactos negativos, assim como potencializar os efeitos positivos, ambos identificados na etapa de planejamento. Entre eles, estão os programas ambiental de construção, de prevenção e controle de processos erosivos, de recuperação de áreas degradadas, de gerenciamento de resíduos, de comunicação social, de educação ambiental para a população lindeira e para trabalhadores, de afugentamento e resgate de fauna, de monitoramento de fauna, de resgate de germoplasma, de reposição florestal, de compensação ambiental, dentre outros. Além disso, utilizamos tecnologias para minimizar impacto à biodiversidade, como o lançamento de cabos por meio de veículos aéreos não tripulados (VANTs) em áreas ambientalmente sensíveis.

- **Operação** – na fase de operação, implementamos programas de gestão ambiental com ações direcionadas ao relacionamento com as comunidades lindeiras, gestão de resíduos, gerenciamento do uso da faixa de segurança, manejo de vegetação, prevenção e mitigação de processos erosivos, compensação florestal, dentre outros. As atividades de operação e manutenção realizadas não acarretam impactos significativos na biodiversidade, mas pontuais, em razão da necessidade de manejo de vegetação para garantia e segurança das operações. **GRI 304-2**

Preservação, mitigação e compensação de impactos causados à biodiversidade em todas as fases dos projetos

Com foco na preservação da biodiversidade das localidades onde atuamos, também desenvolvemos ações preventivas e mitigadoras, como a execução de inspeções periódicas para identificação de possíveis não conformidades; realização de campanhas de comunicação social, a fim de orientar a população lindeira para prevenção de queimadas e uso consciente da faixa de segurança.

Cabe ressaltar que priorizamos, sempre que possível, a poda em detrimento da supressão de vegetação, e roçada/capina em áreas antropizadas. Em caso de necessidade de supressão de vegetação, solicitamos previamente a autorização do órgão ambiental licenciador, assim como realizamos sua respectiva compensação florestal por impacto na flora local.

Para potencializar as respostas ambientais de nossas eventuais compensações por supressão de vegetação, mantemos preservados maciços florestais que, somados, totalizam área superior a 46 hectares, cuja preservação garante a manutenção de uma floresta já estabelecida e em equilíbrio ecológico. **GRI 304-3**

Em 2021, dispomos de linhas de transmissão e subestações localizadas em 1.386 hectares em áreas de unidades de conservação de proteção integral reconhecidas pela legislação vigente. Mantemos *habitats* conservados e/ou preservados dos quais somos responsáveis, totalizando 46 hectares no ano. O total de áreas restauradas somente em 2021, por meio de plantio florestal, foi de 22,88 hectares. **GRI 304-1, 304-3**

Inovação e tecnologia para mitigação de impactos

A inovação e o uso de tecnologias também são aliados de nossa atuação para minimizar impactos. O uso de *drones* em atividades de inspeção e no lançamento de cabos contribui para a redução da necessidade de podas e supressão em espécies arbóreas para implantação de novos empreendimentos.

Também adotamos o alteamento e cabos especiais, ou seja, aumentamos a distância das torres, em relação ao solo, e utilizamos cabos leves que não requerem movimentações para reforços de estruturas.

Saiba mais em **Antecipação e inovação.**

Adaptação para a preservação

Entre os exemplos de nossa atuação, está a realocação do *layout* da Subestação Lorena para a preservação de exemplar de figueira branca com aproximadamente 300 anos de idade.

Na Subestação Ratones, merece destaque o levantamento da espécie de grama nativa da região para revegetação, a construção de horta orgânica para consumo dos trabalhadores, com insumo de composteira local utilizando matéria orgânica de resíduos dos refeitórios, bem como o reúso da água dos aparelhos de ar-condicionado nas instalações do canteiro de obras para irrigar a própria horta.

Já na linha de transmissão Biguaçu-Ratones, realizamos a contenção da pluma de sedimentos durante o enterramento dos cabos subaquáticos, a fim de mitigar os impactos à maricultura lindeira.

Emissões GRI 103-2, 103-3 | 305, 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-5

Pela natureza de nossos negócios, à medida que expandimos nossos ativos, contribuímos não somente para maior robustez ao Sistema Interligado Nacional, como também para a expansão da transmissão de energia a partir de fontes renováveis, em ascensão no País. Com isso, buscamos fomentar a transição energética para uma economia de baixo carbono. Além disso, publicamos, voluntariamente, nosso inventário de emissões de gases de efeito estufa que, pelo segundo ano, foi reconhecido como Selo Ouro pelo programa GHG *Protocol*. **Acesse o inventário aqui.**

Nossa contribuição envolve compromissos referentes à agenda climática. Desde 2016, mantemos metas de ecoeficiência, em nossas subsidiárias diretas, para a redução anual das emissões de SF_6, gás com propriedades isolantes, mas que também possui alto potencial de aquecimento global, consumo de energia e água. Em 2022, será incluída a meta de redução de geração de resíduos. Além disso, em 2021, as metas de redução de emissões passaram a ser contempladas na remuneração dos executivos.

Em 2021, a quantidade de vazamentos ficou acima da emissão máxima prevista (59,22 kg). Por meio de nossas ações, entre 2017 e 2021 alcançamos uma redução de 14% na quantidade de emissões de SF_6. No período, incorporamos uma máquina de regeneração de gás SF_6 *on-line* em subestações blindadas, o que, além de reduzir ainda mais as emissões, contribui com a redução da indisponibilidade e maior controle da *performance* dos ativos. Também contamos com câmeras para detecção de vazamento de SF_6, que atendem as subestações da companhia, diminuindo o tempo de resposta nas intervenções de vazamentos.

Realizamos, ainda, ações preventivas para eliminação de possíveis vazamentos a médio e longo prazo, que incluem eliminação de trechos de barramento de GIS por cabos isolados secos, monitoramento online e uso de equipamentos externos de contenção de vazamentos sem a necessidade de desligamentos por longos períodos. Também instalamos fita especial para contenção de vazamentos, sem necessidade de desligamentos.

Nossas emissões diretas (Escopo 1) somaram 20.083,33 tCO_2e e as indiretas (Escopo 2, que inclui consumo próprio de eletricidade e perdas técnicas) totalizaram 912.264,16 tCO_2e. Já as emissões indiretas (Escopo 3) totalizaram 22.796.356,61 tCO2e no ano.

De acordo com as medidas adotadas para proteger os colaboradores da pandemia de COVID-19, também foi calculada e monitorada a meta de emissões evitadas relacionadas aos colaboradores que foram mantidos em *home office* (teletrabalho) o que, por consequência, evitou o consumo de combustíveis fósseis.

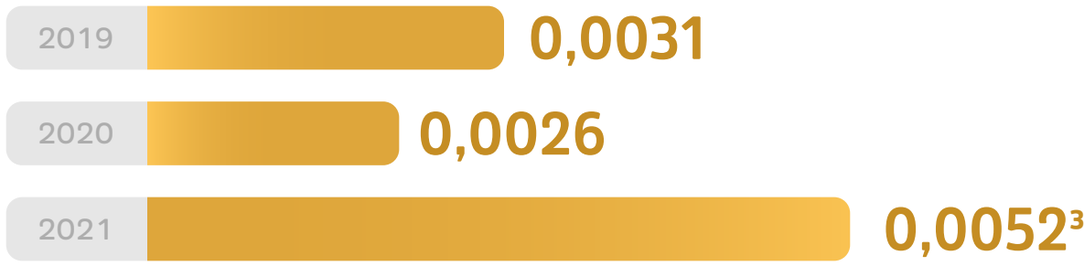
Nessa frente, também priorizamos o uso de combustíveis renováveis pela frota móvel. Ao fim de 2021, mais de 98,77% de nossa frota flex de veículos leves era abastecida com combustível renovável, menos poluente e iniciamos o projeto-piloto para a troca de veículos leves da frota administrativa da empresa para carros elétricos.

Carbono neutro

Assumimos, desde 2019, o compromisso com a neutralidade em carbono, que envolve a compensação integral de emissões de gases de efeito estufa (GEE) relativas ao Escopo 1 (diretas) e Escopo 2 (indiretas), exceto as relativas às perdas na transmissão. Para a compensação, ainda em 2021, efetivamos a comercialização e aposentadoria de 21 mil créditos de carbono em projetos florestais certificados por VCS e *CCB-Biodiversity Gold*; C*CB-Climate Gold*; *CCB-Community Gold*; *CCB-Gold*.

Intensidade de carbono GRI 305-4

Total de emissões[1,2]/Energia Transmitida (tCO_2e/MWh de energia transmitida)



[1] Os valores de emissão utilizados no cálculo são referentes a escopo 1 e 2
[2] Não contempla os dados de uso e ocupação do solo.
[3] Houve um acréscimo total de energia transmitida com relação aos anos anteriores, uma vez que novos ativos entraram em operação em 2021.

Riscos relativos às mudanças climáticas GRI 201-2

Nossa matriz corporativa compreende, atualmente, quatro riscos físicos relacionados às mudanças climáticas que podem impactar nossas operações: ventos, queimadas, erosão ou afundamento de solo e descargas atmosféricas.

A gestão de riscos está alinhada à Norma ISO 31000 e compreende as etapas de Comunicação, Contexto, Identificação, Análise, Avaliação, Tratamento, Monitoramento e Reporte. Todos os eventos são analisados quanto à sua probabilidade de ocorrência e impactos financeiros e reputacionais, considerando o histórico de ocorrências na companhia, e discutidos no Comitê de Análise Crítica de Riscos, com participação da alta administração.

Em 2021, realizamos um estudo para analisar o histórico de ocorrências em relação às mudanças climáticas que podem acontecer no horizonte até 2030. Foi utilizada a ferramenta de projeção SMAC/Climatempo, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), assim como estudos e publicações técnicas para avaliar a prospecção dos eventos.

O processo foi desdobrado em reuniões com especialistas das diversas áreas da companhia para mapeamento dos impactos dos riscos na operação. O estudo será revisado e incorporado nas análises de riscos em 2022.

Também em 2021, passamos a integrar o Grupo de Trabalho de Mudanças Climáticas da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate) para contribuir com discussões acerca do tema.

Vale destacar também os estudos de novos materiais para estruturas de torres de transmissão, a fim de aumentar a resistência mecânica com menor peso frente aos eventos climáticos. Adotamos, ainda, *software* para monitoramento de descargas atmosféricas em tempo real.

Uso eficiente de recursos

GRI 103-2, 103-3 | 302, 303, 306, 302-1, 302-4, 303-5, 306-1, 306-3

O uso eficiente e responsável de recursos naturais integra nosso compromisso com a mitigação de impactos ambientais e nossa Política Ambiental.

Em algumas instalações, passamos a utilizar lâmpadas LED, mais econômicas, e em 2021 a gestão do consumo de energia por instalação passou a integrar nosso *Power BI*, que foca no monitoramento periódico de consumo e tratativas de desvios.

Em nossas instalações, também investimos no aproveitamento e reúso de água de chuva, e nossa sede é localizada em um prédio certificado pelo *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED), na categoria *Gold*.

Ao final de 2021, nosso consumo de energia totalizou 3.398.228,26 kWh. O total de água consumida foi de 70.688,85 metros cúbicos. **GRI 302-4, 303-5**

Quanto aos resíduos gerados, por sua vez, fechamos com o total de 3.612,77 toneladas (3.567,88 toneladas somente dos comercializados), representando 99% do total de resíduos destinados, o que gerou uma receita de R$ 3.250.863,59. Os demais resíduos foram destinados de forma ambientalmente correta, em linha com as legislações aplicáveis.

Merece destaque no período a evolução no tratamento de equipamentos para destinação adequada de óleo PCB – atingimos 22,5% do total de equipamentos contaminados no ano frente à meta de descontaminação completa até 2025, conforme legislação vigente.

Os resíduos oriundos das nossas operações são acondicionados e destinados de forma ambientalmente correta, atendendo às legislações aplicáveis e às diretrizes corporativas.

A partir do próximo ano, será estabelecida uma meta de redução para os resíduos orgânicos e recicláveis. As unidades são monitoradas periodicamente e a gestão é realizada por meio de ferramenta eletrônica com acompanhamento da área especialista. Os dados são auditados anualmente por terceira parte. **GRI 306-1**

Meta atrelada à remuneração

Em 2021, as metas de ecoeficiência relativas à redução do consumo de água e de energia passaram a ser atreladas à remuneração dos executivos. Para ambos os indicadores, foi estabelecida a redução em 1% do consumo em 2021 frente ao ano base 2019.

Principais ações desenvolvidas

Consumo de água

- Instalação de sistema piloto de detecção de vazamento de água em subestações;
- Reforma do sistema hidrossanitário de instalação visando à redução de vazamentos;
- Substituição de torneiras convencionais por torneiras com fechamento automático em lavatórios, banheiros e copa/cozinha;
- Utilização de sistema de captação de água de chuva para lavagem de isoladores na Subestação Baixada Santista, com redução de consumo equivalente a 200 metros cúbicos de água de abastecimento por concessionária;
- Implantação de projeto-piloto nas Subestações de Santo Angelo, Bauru e São Carlos, para coleta automática dos dados e monitoramento inteligente do consumo nas instalações.

Consumo de energia

- Substituição dos sistemas existentes por tecnologia LED;
- Implantação de projeto-piloto nas Subestações de Santo Angelo, Bauru e São Carlos, para coleta automática dos dados e monitoramento inteligente do consumo nas instalações.

Resíduos

- Projeto de logística reversa que envolve a lavagem dos panos de manutenção na Regional Taubaté;
- Realização de compostagem de resíduos orgânicos durante a etapa de construção de projetos;
- Aquisição de balanças, para pesagem de resíduos orgânicos e recicláveis nos locais que ainda não possuíam monitoramento;
- Reaproveitamento de uniformes que seriam descartados na confecção de novas peças que foram entregues na campanha do agasalho de 2021.

Compromisso com o desenvolvimento socioeconômico

GRI 103-2, 103-3 | 203, 413, 203-2, 413-1, 413-2

Pela natureza de nosso negócio de transmissão e com foco na criação de Conexões que Inspiram, contribuímos efetivamente para a transformação social, por meio do progresso econômico e bem-estar da sociedade. Mas para além disso, buscamos promover iniciativas que gerem valor e impactos positivos para as comunidades onde atuamos.

Para potencializar nossas ações, mantemos um modelo estruturado de governança de Investimento Social Privado (ISP), alinhado à nossa Estratégia 2030, que contempla critérios sociais para a seleção de projetos e ações a serem apoiados a cada ano.

Nossos pilares de investimento social

Protagonismo jovem – investimos e preparamos o futuro das comunidades

Desenvolvimento local – empoderamos as pessoas e construímos soluções para os problemas locais

Meio ambiente – realizamos iniciativas para melhorar a biodiversidade e combater as mudanças climáticas

No ano, investimos mais de R$ 3 milhões em iniciativas em prol da sociedade, sendo R$ 1,5 milhão em projetos de incentivo e R$ 1,6 milhão entre doações com recursos próprios e investimentos sociais no entorno de nossas operações, incluindo campanhas de conscientização e educação ambiental. Ao todo, possuímos 21 projetos sociais em andamento que vão fomentar ações de desenvolvimento socioeconômico com foco em educação e conscientização ambiental.

Painel "Proteger sem Possuir: a importância da biodiversidade no contexto da agenda ESG" patrocinado pela ISA CTEEP no Festival Virada Sustentável.

R$ 3 milhões

investidos em prol da sociedade

INVESTIMENTO SOCIAL

Projetos incentivados 2021	Investimento (R$)
Jaguar Parade SP e NYC 2022	1.500.000,00
Doações Recursos Próprios	72.500,00
Investimentos sociais e ambientais	1.567.416,42
Total em 2021	**3.139.916,42**

Veja a seguir as principais iniciativas desenvolvidas.

R$ 5 milhões

doados para ações em prol da sociedade desde o início da pandemia de COVID-19

Iniciativas de combate à COVID-19

Desde o início da pandemia, somamos R$ 5 milhões doados para iniciativas de apoio à sociedade, com a criação do movimento "Todos Somos Um". Em 2020, doamos cerca de R$ 3,2 milhões para a construção do Centro Multipropósito de Produção de Vacinas do Instituto Butantan (CMPV), obra concluída em 2021, por meio do governo do Estado de São Paulo, da InvestSP e da Fundação Butantan em parceria com a organização da sociedade civil Comunitas. Nossas ações frente à pandemia foram reconhecidas pelo Governo do Estado de São Paulo, que concedeu à companhia em dezembro de 2021 a medalha de Empresa Solidária.

Em 2021, participamos em conjunto com nossos colaboradores da 13ª edição da Maratona Mundial de Voluntariado *Stop Hunger*, em prol do combate à fome e à má nutrição com a doação de cestas básicas que beneficiaram 2.860 famílias e 125 instituições distribuídas pelo Brasil.

Também realizamos a doação de cobertores, roupas de cama, travesseiros e toalhas de banho, além de camas, colchões e outros itens que haviam sido comprados para utilização nos acampamentos dos técnicos de subestação durante a fase vermelha da pandemia, no isolamento social. Ao todo, foram doados 1.299 itens, higienizados e distribuídos para 16 instituições no entorno de nossas regionais.

Esporte e educação

Em 2021, firmamos uma parceria com o Instituto Guga Kuerten, com o Programa de Esporte e Educação – Campeões da Vida, que atua com a transformação social e o apoio às ações de educação no estado de Santa Catarina. Ao todo, 420 pessoas, entre crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, da rede pública de ensino dos municípios de Biguaçu, Palhoça, São José e Florianópolis, em Santa Catarina serão beneficiadas.

Com o Instituto Esporte e Educação (IEE) também apoiamos o Projeto Rede de Parceiros Multiplicadores em Esporte Educacional, em parceria com as Prefeituras e Secretarias de Educação de diversos municípios do Maranhão, Piauí e Tocantins. Mais de 200 profissionais da educação de escolas públicas dessas cidades serão capacitados gratuitamente, selecionados pela própria Secretaria de Educação.

CONEXÕES PARA O DESENVOLVIMENTO | isa

Para 2022, todos os projetos de educação serão desenvolvidos e enquadrados sob o âmbito do Programa Corporativo Conexões para o Desenvolvimento, voltado à educação e que busca contribuir com as gerações presentes e futuras para o fortalecimento das capacidades do ecossistema comunitário para gerar transformação nos territórios de influência.

Apoio ao empreendedorismo social

Em 2021, apoiamos a iniciativa promovida pela Yunus Negócios Sociais, braço brasileiro da Yunus *Social Business*, e a Associação de Intercâmbio Sociocultural e Empresarial Brasil Colômbia (AISCE) focada no apoio ao empreendedorismo social como forma apoiar o desenvolvimento de negócios que ofereçam soluções para problemas comuns aos dois países e a toda a América Latina. Saiba mais aqui.

Veja nossa campanha de prevenção a queimadas aqui.

Conscientização e segurança das comunidades

Com o objetivo de prevenir riscos e estreitar o relacionamento com a população do entorno das linhas de transmissão, dispomos do Programa de Comunicação Social (PCS) junto à comunidade lindeira dos nossos empreendimentos. Coordenado pela área de Meio Ambiente, tem como objetivo promover o diálogo com a comunidade, levando informações sobre riscos relativos às queimadas, formas de prevenção de incêndios e uso adequado da faixa de servidão.

A área também conduz iniciativas de comunicação social no entorno dos projetos. Em 2021, para prevenir incêndios, queimadas e a soltura de balões irregulares, que estão entre as principais causas de desligamentos forçados na rede de transmissão de energia elétrica, elaboramos uma série de dicas reunidas no *site*.

Durante o período, investimos R$ 17 milhões na prevenção de queimadas, entre ações que contemplavam campanha de conscientização à população e roçada de vegetação das faixas de servidão da companhia.

Outras ações

- **Virada Sustentável:** pelo terceiro ano consecutivo, a ISA CTEEP marcou presença no evento, com destaque para a realização do painel "Proteger sem Possuir: a importância da biodiversidade no contexto da agenda ESG".

- **Festival Conhecendo os ODS Digital:** em 2021, participamos do painel ODS 13, sobre mudanças climáticas. Na ocasião, apresentamos nosso programa ambiental, o Conexão Jaguar, que atua na preservação da biodiversidade.

- **Balaio Encantado:** com o intuito de valorizar a cultura local, bem como para tornar o habito da leitura uma forma de inclusao social, o Balaio Encantado da Amazonia lancou em 2021 o livro "O Lendario dos Tapajoara e os Contos caboclo", com patrocinio da ISA CTEEP.

- **Jaguar Parade:** em comemoração ao Dia Internacional da Onça-pintada, convidamos artistas profissionais e amadores de todo o mundo para enviarem suas ideias de customização para as esculturas que vão integrar a edição 2022 do evento. Com patrocínio da ISA CTEEP, o evento vai reunir esculturas de cerca de 40 onças-pintadas estilizadas por artistas na exposição, que vai ocorrer nas ruas e praças de São Paulo e, pela primeira vez, em Nova Iorque, Estados Unidos.

- **Onçafari:** em 2021, apoiamos o primeiro concurso de fotografia idealizado pela ONG Onçafari, que reuniu trabalhos de fotógrafos profissionais e amadores de todo o Brasil com o tema "a natureza brasileira". Foram duas premiações com direito à visitação da sede do Onçafari, no Caiman Pantanal, localizado no Pantanal, Mato Grosso do Sul.

Direitos dos povos indígenas GRI 103-2, 103-3 | 411, 411-1

Como parte do processo de licença ambiental dos nossos empreendimentos, há a análise acerca da interferência do empreendimento sobre as comunidades tradicionais, como as indígenas e quilombolas.

Nos casos em que o empreendimento esteja localizado próximo a essas comunidades, são realizados o Estudo de Componente Quilombola/Indígena e o Plano Básico Ambiental Quilombola/Indígena, por meio dos quais são estudados a cultura, tradição, história, uso do solo pela comunidade, impactos gerados pelo empreendimento na comunidade e medidas mitigatórias e compensatórias. Com os resultados, são endereçadas medidas mitigatórias e/ou compensatórias.

Vale destacar que, no planejamento do empreendimento, para definição do traçado, é priorizada a diretriz que não intercepta em áreas indígenas e quilombolas, assim como em sua área de influência. Em 2021, não houve registro de violação de direitos de povos indígenas.

Direitos humanos e gestão dos impactos sociais

GRI 103-2, 103-3 | 410, 412, 413, 419, 410-1, 412-1, 412-2, 413-1, 413-2, 419-1

Nós prezamos pela garantia da preservação dos direitos humanos. Esse compromisso é endossado por nossa participação voluntária ao Pacto Global das Nações Unidas e os dez princípios universais, assim como por meio de nosso Código de Ética e Conduta, que determina diretrizes relativas a práticas trabalhistas justas e direitos humanos, incluindo proibições de trabalho forçado ou infantil, que se aplicam internamente e em nossa cadeia de valor.

Quanto aos impactos sociais, realizamos o engajamento com comunidades locais em todas as fases dos empreendimentos, do planejamento à operação. As iniciativas incluem diagnóstico socioambiental participativo junto à comunidade lindeira em sua área de influência e diversos programas de engajamento, como o Programa de Comunicação Social, Programa de Educação Ambiental, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Prevenção e controle de Processos erosivos e Prevenção e Medição de Níveis de Ruído nos Receptores Críticos, entre outros, bem como campanhas de conscientização e segurança. Saiba mais em Conscientização e segurança das comunidades.

Em 2021, 100% de nossas operações foram submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos. Além disso, 98% de nosso quadro funcional foi capacitado em direitos humanos. Não foram identificadas violações sobre esse aspecto em 2021, tampouco foram identificadas operações com impactos negativos e significativos nas comunidades locais.

100%

das operações submetidas a avaliações de direitos humanos

Ação conjunta com a prefeitura de Itaúnas (ES) para plantio de mudas em área da ISA CTEEP para recuperação ambiental.

Atração e desenvolvimento de talentos

GRI 102-8, 102-41, 103-2, 103-3 | 401, 404, 410, 412, 401-1, 404-1, 404-2, 410-1, 412-2, EU14

Nossa gestão de capital humano é voltada para a atração, desenvolvimento e retenção de talentos. Nos últimos anos, traçamos uma jornada que envolveu a reorganização de nossa gestão com foco nas habilidades necessárias para o cumprimento da nossa Estratégia 2030 e alinhadas à nossa Marca de Liderança, revisada em 2021, que reúne atributos essenciais para os atuais e futuros líderes que contribuirão para nossos objetivos e para o protagonismo frente às transformações do setor em que atuamos.

Gestão orientada para atração, desenvolvimento e retenção de talentos

Objetivos estratégicos talento organizacional

Promover a **Cultura de Segurança** em nossa organização e em nossos aliados estratégicos, atuando de maneira preventiva e buscando a qualidade de vida no trabalho e bem-estar das equipes.

Impulsionar a **Cultura de Valor Sustentável** valorizando a gestão da *performance* e da meritocracia, desenvolvendo nossos líderes para serem modelos de nossa marca de liderança e fazendo da estratégia uma tarefa de todos

ESTRATÉGIA 2030 – PLANO DE NEGÓCIOS
• Capacidades •
• Marca da Liderança •
• Estratégia de Talento •

Assegurar a **Sustentabilidade dos Talentos**, alavancando o desenvolvimento das capacidades individuais e organizacionais e atraindo os melhores talentos do mercado, por meio de ações que promovam um ambiente de trabalho inovador, desafiador, diverso e de aprendizagem contínua.

Potencializar a **Efetividade Organizacional** por meio de uma arquitetura orientada à produtividade e à eficiência, que suporte o crescimento do negócio, a melhoria contínua dos processos e a gestão do conhecimento.

Capacidades organizacionais

GRI 102-16

Para que todos os nossos colaboradores estejam alinhados aos nossos propósitos, criamos e divulgamos as chamadas capacidades organizacionais, descritas a seguir, que trazem as iniciativas de formação, engajamento, comunicação e reconhecimento. Os temas são desenvolvidos ao longo do ano, por meio de uma curadoria.

- **Adaptabilidade** – adaptamos nosso conhecimento para enfrentar as adversidades.
- **Trabalho em rede** – construímos alianças e relações sustentáveis.
- **Inovação e empreendedorismo** – aprimoramos e criamos soluções para agregar valor sustentável aos negócios.
- **Orientação ao cliente** – oferecemos soluções de acordo com as necessidades de nossos clientes.
- **Desenvolvimento do talento e aprendizagem contínua** – desenvolvemos os talentos e os potencializamos.
- **Excelência operacional** – asseguramos altos níveis de eficiência, considerando custo, risco e desempenho.
- **Transformação digital** – mantemos a eficiência dos processos por meio das tecnologias digitais, para responder aos cenários futuros e incluir novos modelos de negócio.
- **Gestão ambiental e social** – asseguramos soluções com viabilidade ambiental e social.
- **Ética** – agimos em coerência com nosso propósito superior.
- **Corresponsabilidade** – assumimos a responsabilidade por nossos compromissos e apoiamos outras pessoas na construção de um propósito comum.

Encerramos 2021 com 1.324 colaboradores, 100% cobertos por acordos de negociação coletiva

Encerramos o ano com 1.324* colaboradores, sendo 99,6% cobertos por acordos de negociação coletiva, dos quais 1.140 homens e 184 mulheres. Nossa taxa de rotatividade foi de 11,22 %, representando uma redução de 2,98% em relação a 2020 em razão de variação normal do quadro. A seguir, apresentamos as principais ações voltadas para nosso capital humano no ano. GRI 102-8, 102-41, 401-1

* Apenas colaboradores CLT. Não estão contemplados conselheiros, aprendizes e estagiários. GRI 102-8, 102-41, 401-1

Liberdade de associação e negociação coletiva

GRI 103-2, 103-3 | 407 e 407-1

Garantimos a todos os colaboradores o pleno direito ao exercício da associação sindical. As negociações coletivas são devidamente respeitadas em todo o seu âmbito, sendo garantido a todas as entidades sindicais que regem a categoria: envio de pauta de negociação; participação dos negociadores sindicais nas reuniões de negociação; condução de todo o processo negocial e fechamento do acordo coletivo de trabalho.

Cultura de segurança

GRI 103-2, 103-3 | 403, 410, 403-4, 403-9, 410-1, EU16, EU18

Conectados com a Vida

Para a ISA CTEEP, a segurança é um valor inegociável e faz parte de nosso compromisso assegurar que as pessoas que trabalham direta ou indiretamente para a ISA CTEEP possam voltar para as suas casas e famílias da mesma forma que saíram: sãs e salvas. Em 2021, a fim de reafirmar essa missão, lançamos o Conectados com a Vida, um programa que engloba não somente nossas ações para a promoção da segurança como o cuidado com a vida de nossas pessoas, incluindo colaboradores próprios e terceiros.

Como parte dessa frente, promovemos maior robustez na governança em saúde e segurança em 2021. Capitaneado pelo nosso CEO, instituímos o Comitê Conectados com a Vida, que culminou na revisão das principais ferramentas de gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), na implementação das Regras de Ouro, Diálogos Semanal e Diários de Segurança, desenvolvimento de plano específico voltado para as empresas contratadas, Caminhadas de Segurança dentre outras ações.

Além de uma gerência dedicada a Saúde e Segurança, nossa estrutura contempla ainda 16 Comissões Internas de Prevenção a Acidentes de Trabalho (Cipas), que promovem Encontros de Segurança, dos quais participam funcionários próprios e de empresas contratadas, para discussão dos temas mais relevantes, previamente definidos, com vistas à consolidação da cultura de segurança. **GRI 403-4**

Cabe ressaltar que nossos acordos coletivos de trabalho, em sua totalidade, abrangem temas de saúde e segurança ocupacional, a exemplo de comunicação de acidente de trabalho, eleição da Cipa e reuniões regulares sobre SST.

Também dispomos de uma Política de Saúde e Segurança do Trabalho, revisada em 2020, que estabelece o foco na melhoria contínua de todos os processos de segurança e saúde ocupacional, tanto para colaboradores próprios quanto terceiros. Na ISA CTEEP acreditamos que o comportamento seguro está diretamente relacionado a um ambiente de trabalho favorável em que todos estejam treinados e capacitados para executar suas atividades com segurança.

Além disso, como forma de reconhecer o compromisso com a segurança, há o + Segurança com Você, uma das iniciativas do + Conexões com Você, que visa incentivar a adoção de hábitos e comportamentos seguros. Em 2021, 80% dos trabalhadores contratados e subcontratados, receberam treinamento em saúde e segurança. **GRI EU16, EU18**

Cientes do risco nas atividades de construção de novos ativos, executadas por empresas terceiras, além das cláusulas contratuais que estabelecem requisitos de segurança a serem cumpridos, elaboramos um plano robusto para aumento da fiscalização e controle nas diversas frentes de trabalho, além de um programa a longo prazo de melhoria da cultura. O ano foi iniciado com 16 fiscais de obra e esse número dobrou no encerramento do período em razão do aumento da demanda na área de projetos. Assim, foi possível intensificar as ações de disseminação das Regras de Ouro.

Há também o envolvimento da área de *Compliance* e Auditoria Interna que, além de integrar o comitê, tem apoiado nos planos de ação e *feedbacks* para as áreas sobre as atividades. Em 2021, foi criada uma seção no canal Linha Ética exclusiva para reporte e esclarecimento de dúvidas específicas sobre temas de segurança. Para 2022, estão previstas auditorias *in loco* nas obras e projetos para fiscalização de práticas de segurança.

As medidas, além de reforçarem nosso compromisso com a segurança do trabalho, são uma resposta aos inadmissíveis acidentes fatais que registramos com profissionais de empresas contratadas no período. Nesse momento difícil, buscamos prestar todo o apoio às famílias envolvidas com a atuação de uma equipe multidisciplinar. Além disso, trabalhamos para identificar todas as oportunidades de melhoria nos nossos processos com o intuito de não permitir a recorrência de eventos dessa magnitude.

Realizamos um processo de investigação detalhado para cada acidente e aprimoramos as análises de risco referentes às atividades, bem como reforçamos a capacitação e a reciclagem de diversos treinamentos com foco na eliminação dos acidentes. Outras ações foram a Parada de Segurança, que envolve diálogos entre nosso CEO, a alta liderança e as equipes administrativas e de campo, e *workshop* com fornecedores de obras e manutenção sobre as Regras de Ouro.

Em 2021, o percentual do pessoal de segurança que recebeu capacitação formal nas políticas ou nos procedimentos específicos da organização em direitos humanos e sua aplicação na segurança foi de 60%. **GRI 410-1**

Linha Ética

exclusiva para reporte e esclarecimento de dúvidas específicas sobre temas de segurança

Deliberação de assuntos críticos

Por meio do Comitê Central do Programa Conectados com a Vida, instituímos cinco mesas de trabalho para discussão de assuntos críticos, como a investigação de acidentes, cultura e liderança, riscos críticos, gestão de terceiros e continuidade de negócios. As reuniões acontecem mensalmente e são apoiadas por uma consultoria externa. Além disso, o tema também passou a ser tratado como a primeira pauta nas reuniões do Conselho de Administração.

98%

do nosso time imunizado em 2021

A inovação também é uma aliada na promoção da segurança. Nessa frente, destacamos o uso de *drones* para inspeções, que contribuem para a segurança nas manutenções, pois evitam as escaladas. Também temos evoluído em ferramentas digitais para treinamentos, com uso de conceitos de realidade virtual e aumentada.

No período, houve sete acidentes com afastamento no quadro de colaboradores e três sem afastamento, com uma taxa de frequência de 3,79 e nenhuma fatalidade. Com relação aos profissionais terceiros, houve 18 acidentes com afastamento, 10 sem afastamento e uma taxa de frequência de 7,18 e três fatalidades. GRI 403-9

Combate à COVID-19

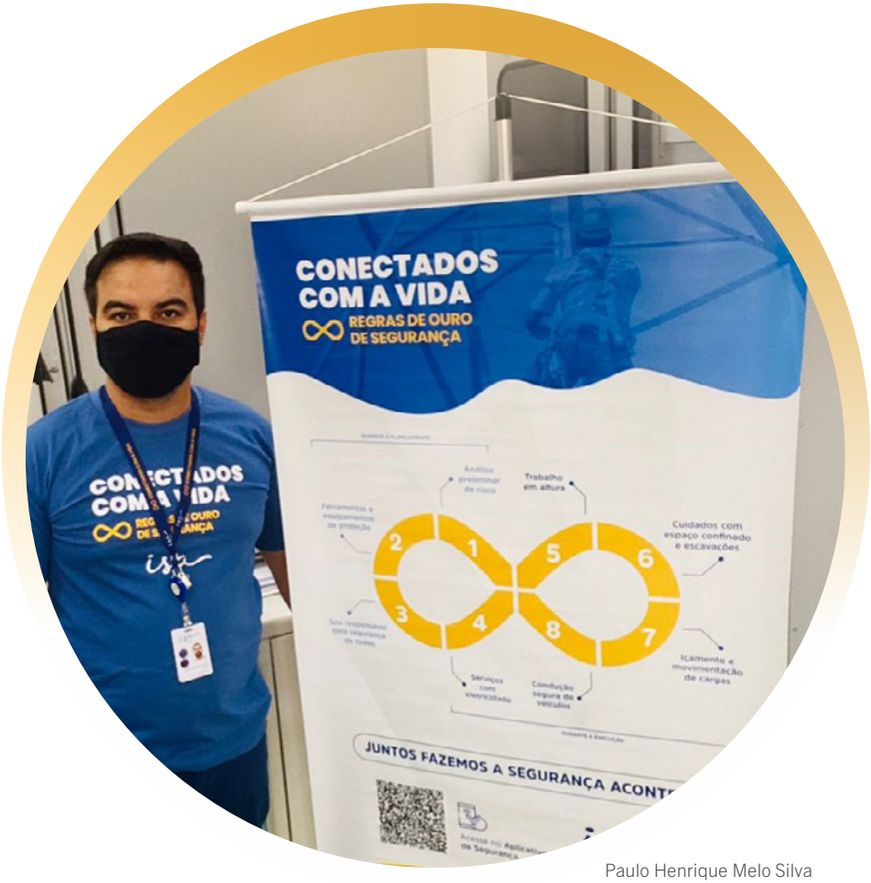
Em 2021, diante da pandemia de COVID-19, que não cessou, seguimos com os protocolos para garantir a saúde e segurança dos nossos colaboradores e evitar a propagação do coronavírus SARS-CoV-2 no ambiente de trabalho.

Entre as principais frentes de atuação adotadas pela companhia, destacam-se: implantação do trabalho remoto para funções específicas; plano de contingência com redistribuição dos turnos nas subestações e centros de controle nos momentos críticos para reduzir o deslocamento das equipes e eventualmente colocar a própria saúde e a de seus familiares em risco; programas voltados para saúde mental a exemplo de sessões de terapia *on-line*; um aplicativo focado em telemedicina; um portal exclusivo com informações confiáveis sobre saúde, segurança e qualidade de vida e Canal da Saúde.

Além disso, lançamos o vacinômetro e fizemos campanhas de sensibilização e incentivo à vacinação. Com isso, chegamos ao fim do ano com 98% do nosso time imunizado (dose única ou duas doses).

Desde o início da pandemia em 2020, instituímos e mantivemos um comitê interno composto pela diretoria executiva e alta liderança, em prol da saúde e segurança dos colaboradores. Com reuniões quinzenais, o comitê acompanha a evolução da doença no País e se adapta a fim de garantir a continuidade das atividades essenciais para a sociedade. Durante toda a pandemia, até o momento da produção deste relatório, contabilizamos uma fatalidade causada pela doença entre os nossos colaboradores próprios.

Para 2022, estamos acompanhando atentamente o cenário e estruturando todas as medidas para o retorno seguro aos escritórios.



Paulo Henrique Melo Silva
Técnico de subestações instalação, da regional Expansão Nacional (ES).

Priscila Bernardeli Miranda, engenheira Eletricista, do escritório sede (SP).

Qualidade de Vida – Vida 360º

Como parte do pilar Cultura em Segurança, também endereçamos iniciativas voltadas à saúde e bem-estar de nossos colaboradores. Nesse sentido, em 2021, relançamos o programa Qualidade de Vida – Vida 360º, que propõe atuação integral para adoção de hábitos mais saudáveis, dentro e fora do ambiente corporativo, considerando os quatro pilares da Organização Mundial da Saúde (OMS): saúde física, saúde profissional, saúde mental e saúde financeira.

O programa contemplou aulas de ginástica laboral e meditação guiada semanalmente a todos os colaboradores e atendimento nutricional direcionado a doentes crônicos, além de webinários como "Infância na pandemia" para dar suporte a pais e mães no equilíbrio entre a vida profissional e familiar, esclarecimentos sobre saúde com médico infectologista, além de apresentações expositivas sobre saúde financeira. Foram realizadas também campanhas de conscientização como setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul.

Também implementamos o Questionário Psicossocial, com orientação e atendimento individualizado por psicóloga ocupacional, bem como reforçamos o serviço "Apoio *Pass*", que garante o atendimento psicológico e serviços de assessoria jurídica, consultoria financeira e assistência social para colaboradores e familiares.

Após dois anos de grandes adaptações em virtude da pandemia, realizamos um projeto-piloto de retorno aos escritórios. Em 2022, retornaremos ao modelo híbrido, com trabalho presencial três vezes por semana, buscando sempre um equilíbrio entre o virtual e o presencial.

Cultura de valor sustentável

Valorizar a gestão da *performance* e da meritocracia e desenvolver nossos líderes para serem modelos de nossa marca de liderança são elementos que compõem nossa estratégia para os próximos anos.

Nesse contexto, renovamos nossa liderança no período, com a contratação de 26 líderes alinhados à nossa Marca de Liderança. Adicionalmente, implementamos iniciativas de desenvolvimento com foco nas ferramentas de gestão das pessoas: *feedback*, desempenho, remuneração, diversidade, entre outros tópicos.

Na frente de meritocracia e gestão de *performance*, realizamos a gestão de desempenho atrelada aos nossos objetivos estratégicos e buscamos valorizar o bom desempenho. No período, foram concedidos 330 méritos e 185 promoções.

Sustentabilidade dos talentos

GRI 103-2, 103-3 | 404, 404-1, 404-2, 404-3, EU14

Buscamos alavancar o desenvolvimento das capacidades individuais e organizacionais e atrair os melhores talentos do mercado. Apostamos no conhecimento e investigamos a fundo as necessidades e competências de todas as áreas da empresa, a fim de criar uma grade de formação específica e um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Entre as iniciativas de destaque, lançamos o *LinkedIn Learning* em 2021, ferramenta que traz conteúdo que proporciona aprendizado em diversas áreas, concedemos mais de 50 incentivos para educação e demos atenção especial à Diretoria de Operações, com treinamentos técnicos e em *soft skills*.

Adicionalmente, o cenário de pandemia acelerou projetos de transformação digital, com reflexos importantes nas ações de capacitação dos colaboradores. Lançamos o Espaço do Conhecimento, no qual concentramos, de forma *on-line*, quase a totalidade de nossos processos de formação, conhecimento e desenvolvimento. O ambiente virtual permite o armazenamento, compartilhamento e a divulgação de conhecimentos por meio da utilização de diferentes sistemas e ferramentas para a gestão do conhecimento. **GRI EU14**

A fim de assegurar a sustentabilidade dos talentos e sua valorização, dispomos de uma política de aproveitamento interno. Em 2021, 60% das vagas foram preenchidas seguindo essa premissa.

A identificação de potenciais e o preparo para sucessão foram outras importantes frentes de trabalho em 2021. A partir dessa análise, realizamos planos de ação com colaboradores potenciais e com os líderes, de forma que os processos de desenvolvimento sejam acelerados. Investimos R$ 1,4 milhão em ações de desenvolvimento em 2021 e encerramos o ano com mais de 47.438 horas de capacitação (média de 35,8 por colaborador), a maioria focada em saúde e segurança. Cerca de 47% ocorreram no formato *on-line*. Do nosso quadro total, 1.295 colaboradores recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento. **GRI 404-1, 404-3**

Diversidade & Inclusão

GRI 103-2, 103-3 | 401, 405, 401-4, 405-1, 405-2

Valorizamos a diversidade e a inclusão e desejamos construir uma empresa que represente a sociedade em toda sua multiplicidade. Queremos desenvolver um ambiente acolhedor, onde as pessoas possam se sentir seguras para ser quem são e para construir um legado a partir das diferenças.

Nossa estratégia para alavancar esse compromisso é coroada pelo programa Outros Olhares, que visa à promoção de discussões e conscientização sobre o tema, com foco nos pilares de equidade de gênero; pessoas com deficiência; LGBTI+ e étnico-racial, bem como os temas de geração e multiculturalidade que se intersecionam entre as demais ações dos pilares.

Pesquisa interna de clima

Na pesquisa de clima organizacional promovida com nossos colaboradores no ano, obtivemos 95% de adesão. O resultado apontou um índice de favorabilidade de 83%, o que representa a satisfação com nossas iniciativas de gestão da organização.

Luciana Florêncio, secretária da gerência, da regional Cabreúva (SP).

OUTROS OLHARES:
Nosso Programa de Diversidade e Inclusão

OUTROS OLHARES

Aspiração:

Fazermos da Diversidade e da Inclusão componentes essenciais para potencializar nossa essência multicultural e a nossa missão de desenvolvimento humano e inovação, atuando como uma empresa catalisadora do tema no setor elétrico.

Motivadores:

Acreditamos que diversidade e inclusão são ***ACELERADORAS*** da inovação, fomentando ambientes mais humanizados e inspiradores que fortalecem a conexão com o nosso propósito e a nossa relação com todos os *stakeholders*;

Acreditamos que diversidade e inclusão geram um ambiente de maior segurança psicológica, proporcionando a todas as pessoas a oportunidade para trazerem a melhor versão de si mesmas, atuando como agentes de transformação no trabalho;

Acreditamos que nossas ações têm o potencial de impactar positivamente a sociedade na medida em que empoderamos nossos(as) colaboradores(as) e promovemos a inclusão e a valorização das diversidades.

Pilares

Equidade de gênero:
atratividade e retenção, desenvolvimento de talentos e novos modelos de trabalho e políticas de flexibilidade.

Raça e Etnia:
atratividade e retenção, desenvolvimento de talentos e desenvolvimento de parcerias para projetos de impacto social.

Pessoas com deficiência:
acessibilidade física e digital, atratividade e retenção, e desenvolvimento de parcerias para projetos de impacto social.

LGBTI+
atratividade e retenção, engajamento de pessoas aliadas e revisão de políticas e processos.

Direcionadores transversais de D&I:

Engajamento e educação de lideranças, mudança cultural e estabelecimento de KPIs (indicadores-chave de talentos, na sigla em inglês)

Focamos na conscientização e na criação de ações afirmativas sob quatro pilares

Em 2021, lançamos o Comitê Estratégico de Diversidade, composto por cinco Diretores e outros executivos, com o objetivo de discutir e endereçar políticas afirmativas de diversidade e inclusão.

Após uma análise de documentos institucionais, implementamos uma série de recomendações e atualizamos nosso Censo ISA CTEEP. Entre os destaques do período, evoluímos na sensibilização de nossos colaboradores e líderes e na integração e inclusão de pessoas com deficiência.

A iniciativa envolveu medidas como revisão do processo de recrutamento, formação de recrutadores, rodas de conversas com nossos colaboradores com deficiência, análises dos postos e revisão de processos e políticas e sensibilização.

Ainda no pilar de pessoas com deficiência, trabalhamos tanto a acessibilidade física quanto a digital, para que os profissionais pudessem dar continuidade às suas atividades, e oferecemos ferramentas digitais para as novas admissões (programas, sistemas, telas maiores etc.). Já em atratividade e retenção, realizamos a revisão da experiência do candidato de forma mais inclusiva durante o processo seletivo e firmamos parcerias com ONGs para divulgação de vagas direcionadas a esse público. Além disso, oferecemos para os funcionários com filhos com deficiência 12 auxílios no valor de R$ 902 mensais. Em 31 de dezembro de 2021, registramos 3,7% de nosso quadro formado por pessoas com deficiência, frente à meta de 5%.

Em equidade de gênero, atualmente, somos a empresa do setor elétrico brasileiro com a maior participação de mulheres em cargos de diretoria, alcançando 60% do quadro. A representação feminina no corpo gerencial é de 29%, contra uma média de 18% em empresas da América Latina, segundo pesquisa realizada, em 2020, pela *International Business Review*. Realizamos ainda a mentoria para mulheres executivas e webinários e palestras com foco na mulher e seus papéis na sociedade-carreira-família. **GRI 405-1**

Além disso, temos salas de apoio a amamentação; rodas de conversas; e benefícios de saúde geral e odontológica para cônjunges incluindo uniões homoafetivas. **GRI 401-3**

Adicionalmente, pela primeira vez nosso programa de estágio priorizou a diversidade e a inclusão, com um processo seletivo voltado majoritariamente para mulheres, pretos e pardos e pessoas com deficiência. Sob o tema “A sua energia transforma o futuro”, o idioma estrangeiro também deixou de ser um critério obrigatório para ocupar uma das 35 vagas existentes. Foram contratados 43 estagiários, dentre os quais 54% são mulheres e 30% pessoas negras.

Com o intuito de fortalecer o *pool* de talentos da companhia, para que possam assumir posições-chave e estratégicas em um curto período, lançamos o nosso programa de *trainee*, o Jovens Talentos, que contou com 60% de mulheres.

A partir de 2022, os novos colaboradores passam a ter a oportunidade de vivenciar a troca de experiências e praticar uma imersão no negócio; desenvolver suas *expertises* em diversas áreas; passar por mentorias e avaliações individuais; além de treinamento destinado ao ganho de habilidades de *soft skill*.

+ de 108
líderes treinados em diversidade todos os níveis

+ de 50
pessoas treinadas de áreas influenciadoras dos processos de inclusão

+ de 70
horas de mentoria para Executivas

Treinamentos
exclusivos para mulheres no mês de março com foco em diversidade

Clodoaldo Morais Pinto, técnico de manutenção e comandos de controles TELECOM, na reginal Cabreúva (SP).

Iniciamos um projeto voltado para a gestão do conhecimento e garantia da efetividade organizacional

Efetividade organizacional

A fim de garantir uma estrutura direcionada para responder aos objetivos e desafios organizacionais, bem como às transformações do setor, essa frente envolve a construção de uma arquitetura orientada à produtividade e à eficiência, que suporte o crescimento do negócio, a melhoria contínua dos processos e a gestão do conhecimento.

Nesse contexto, em 2021 dedicamo-nos a projetar nossa organização do futuro frente aos desafios do negócio. Como fruto desse pilar, realizamos a revisão das estruturas das diretorias de Projetos, Operações, Finanças e Centro de Serviços (CS).

Também iniciamos um projeto voltado para a gestão do conhecimento na companhia. Mapeamos as necessidades de competências para áreas-chave, incluindo operadores e técnicos de manutenção. O diagnóstico serviu de subsídio para a estruturação de uma grade de formação com treinamentos atrelados à estratégia organizacional, com conexão ao Plano de Desenvolvimento Individual.

Para os próximos anos, estamos atentos às tendências e desafios que envolvam a gestão de nosso capital humano, incluindo o modelo híbrido, que deve ser iniciado a partir de 2022, ambições e expectativas de carreira de talentos no período pós-pandemia e novas capacidades necessárias ao *business*. Também estamos atentos ao futuro do negócio, com a possível integração com outras empresas, e aos riscos e oportunidades atrelados à agenda ESG.

Alianças estratégicas para transformação

GRI 102-9, 102-10, 103-2, 103-3 | 204, 308, 408, 414, 204-1, 308-1, 308-2, 408-1, 414-1

Criar valor sustentável envolve, também, estabelecer parcerias responsáveis e de longo prazo com nossa cadeia de fornecedores, composta por parceiros de fornecimento de materiais e equipamentos, profissionais terceiros para atuar na construção de novos ativos e prestação de serviços. Em 2021, contávamos com 699 fornecedores ativos, sendo que 98,28% são locais e despendemos um gasto total de R$ 2,3 bilhões nessa frente. GRI 102-9, 204-1

Atentos às parcerias de longo prazo, prezamos por fortalecer o relacionamento com fornecedores e, ao mesmo tempo, apoiar nossos parceiros comerciais. No período, a pandemia de COVID-19, que ainda não cessou, provocou dificuldades relativas à compra de insumos básicos e de escassez de mão de obra, especialmente para obras de construção. Em resposta, seguimos com a renegociação de contratos com estratégias de aquisição (*strategic sourcing*) de acordo com cada categoria de compra, com o estabelecimento de soluções de longo prazo. Cabe destacar que, devido às medidas adotadas, não houve impactos relevantes na entrega de equipamentos. GRI 102-10

Ao final de 2021, contávamos com 86 categorias de compras, sendo 70% contempladas pela estratégia de aquisição (*strategic sourcing*), uma evolução de 20% em relação ao ano anterior. Também seguimos com contratos guarda-chuva para os diferentes itens a serem adquiridos, de forma a mitigar possíveis impactos aos negócios e contribuir com nossa estratégia de crescimento sustentável. Com o objetivo de suportar a estratégia de investimento de longo prazo, a área de suprimentos foi reestruturada em termos de recursos para se adequar ao aumento da demanda.

699 fornecedores ativos, dos quais 98,28% são locais

Avaliação e monitoramento GRI 103-2, 103-3 |308, 408, 409, 414, 308-1, 308-2, 408-1, 409-1, 414-1

Nossa gestão da cadeia de suprimentos compreende avaliações, anuais ou ao final dos contratos, das atividades e dos serviços prestados, com *feedbacks* aos parceiros. São analisados critérios como qualidade, prazo, saúde e segurança do trabalho e gestão, além de temas como ética e *compliance*.

Além disso, as diretrizes do Código de Ética e Conduta, aplicadas a 100% dos contratos, exigem conformidade com a legislação e englobam diretrizes em relação às práticas trabalhistas justas e direitos humanos, incluindo proibições de trabalho forçado ou infantil. Em 2021, 741 contratos incluíam cláusulas relativas a direitos humanos e inibição de trabalho forçado ou análogo ao escravo. GRI 408-1, 409-1

De acordo com a sua categoria de compra, os fornecedores passam por análises detalhadas em relação aos aspectos financeiros e *due diligence* reputacional, ambas realizadas por empresas terceiras, especialistas na área. Para 2022, estão previstas auditorias de sustentabilidade nos fornecedores pré-selecionados para a verificação de práticas de ESG.

Além disso, 100% da base de cadastro passa por uma pré-avaliação, acerca de tópicos como práticas anticorrupção e lavagem de dinheiro. As cláusulas contratuais contemplam esses tópicos, bem como itens de combate ao financiamento do terrorismo, direitos humanos e relativos à LGPD. Em 2021, lançamos o Código de Conduta específico para fornecedores, que é obrigatório para a realização do cadastro na ISA CTEEP.

A área de *Compliance* é responsável, ainda, por realizar investigações em caso de ausência de informações válidas por parte dos fornecedores. Em 2021, o mesmo setor criou indicadores que envolvem análise de questões relativas a direitos trabalhistas, segurança ocupacional e certificações de treinamentos.

Também exigimos certificações ambientais de acordo com o tipo de serviço contratado, que englobam aspectos relativos à destinação de resíduos, contaminação, emissões, e certificações ISO. Em 2021, 74,91% dos fornecedores foram contratados com base em avaliações acerca de aspectos ambientais e 76,74% em aspectos sociais. GRI 308-1, 414-1

Para os próximos anos, estão em desenvolvimento oito práticas relacionadas à gestão de fornecedores: desenvolvimento de fornecedores, auditoria de sustentabilidade, vigilância de fornecedores, acompanhamento pontual, auditorias prévias, fornecedor do fornecedor, auditoria de execução e transferência de boas práticas.

Gestão de estoques

Em 2021, demos continuidade ao processo de planejamento estratégico de gestão de ativos e à reorganização dos equipamentos nos diversos pátios do Centro de Distribuição, bem como à substituição de itens sem utilidade ou desatualizados após análises técnicas.

Foi implementado um piloto de processo com os principais equipamentos visando garantir a qualidade dos equipamentos em estoque a longo prazo. O projeto prevê a expansão deste piloto em 2022.

Além disso, foi concluída a revisão da base cadastral de materiais, trazendo maior confiabilidade na informação do sistema e segurança no atendimento às regras da Aneel (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico). No período, realizamos pela primeira vez um leilão de sucata, que contribuiu para ganhos financeiros e para a correta destinação final.

74,91% dos fornecedores foram contratados com base em avaliações acerca de aspectos ambientais e 76,74% em aspectos sociais

Resultados econômico-financeiros

GRI 103-2, 103-3 | 201, 201-1, 201-4

- Indicadores financeiros
- Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)
- *Green bonds*

Rafaela da Silva, engenheira auditora, do escritório sede (SP).

A ISA CTEEP está comprometida com a sustentabilidade no sentido mais amplo, da mitigação de impactos ambientais na construção, operação e manutenção de ativos, buscando a geração de valor sustentável para a sociedade e para o acionista.

Um avanço importante ocorreu em 2021, com a aprovação, pela Aneel, do reperfilamento da Rede Básica Sistema Existente (RBSE). A medida encerra a discussão regulatória de quase uma década sobre o pagamento do RBSE e, embora reflita o descasamento do fluxo financeiro estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.714/2020, preserva o valor econômico para ISA CTEEP, garante o pagamento do componente financeiro da RBSE até 2028 e mantém a remuneração pelo custo de capital (WACC) regulatório definido na Revisão Tarifária Periódica de 2018.

A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela Aneel retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020. Com isso, cabe ressaltar que a medida não altera nossa estratégia de crescimento sustentável, investimento e a austeridade em custos na busca pela maximização de geração de valor para nossos acionistas e *stakeholders*.

Outro destaque em 2021 foi a conclusão da aquisição da PBTE (Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia), que passou a compor o resultado econômico-financeiro da companhia a partir de março de 2021.

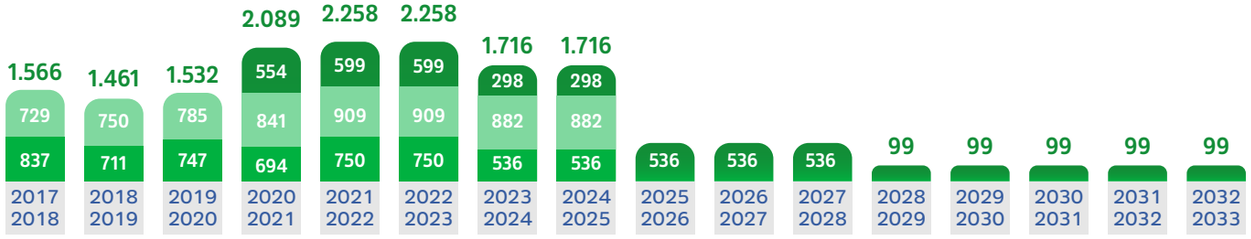
Adicionalmente, cabe ressaltar que, mais uma vez, a *Fitch Ratings*, agência de classificação de risco de crédito, reafirmou nosso *Rating* Nacional de Longo Prazo em 'AAA(bra)', refletindo nossa forte qualidade de crédito, decorrente do baixo risco de negócios do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, bem como nossa atuação com disciplina de capital e crescimento com geração de valor sustentável.

Reperfilamento da RBSE

Manutenção da estratégia de crescimento sustentável e austeridade em custos para maximização da geração de valor

Antigo Fluxo da RBSE[1] (R$ milhões)

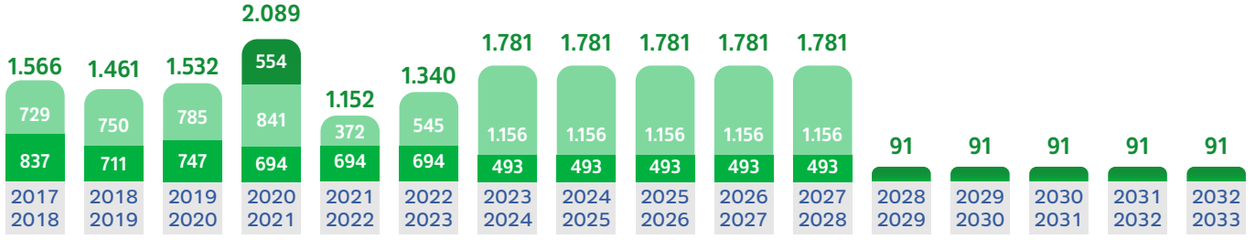
∑ Ke + Comp. Financeiro 2021-2025 = **R$ 5,4 bi**



[1]Valores do gráfico representam montantes definidos para os ciclos 2017/2018 (REH ANEEL nº 2.258), 2018/2019 (REH ANEEL nº 2.408), 2019/2020 (REH ANEEL nº 2.565) e 2020/2021 (REH ANEEL nº 2.725). Premissas para ciclo futuro conforme REN ANEEL nº 762/2017 e com base nas planilhas publicadas no encerramento da CP nº 22/2020. Valores nominais - data base: junho de 2021

Novo Fluxo da RBSE[1, 2] (R$ milhões)

∑ Ke + Comp. Financeiro 2021-2025 = **R$ 7,2 bi**



Ke (Parcela de remuneração do custo de capital) | Componente Financeiro ex-Ke | Componente Econômico

DRE Consolidado IFRS

(R$ milhões)	2020	2021	vs (%)
Receita Operacional Bruta	**4.241,0**	**6.335,7**	**49,4%**
Receita de Infraestrutura	1.135,5	1.150,2	1,3%
Receita bruta de Operação e Manutenção	1.071,1	1.130,0	5,5%
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	153,0	142,2	-7,1%
Remuneração dos ativos de concessão	1.846,1	3.867,7	109,5%
Outras Receitas	35,2	45,6	29,5%
Deduções à Receita Operacional	**(544,6)**	**(801,6)**	***47,2%***
Receita Operacional Líquido	**3.696,4**	**5.534,1**	***49,7%***
Custos e Despesas Operacionais	(1.389,5)	(1.636,5)	*17,8%*
Receitas - Revisão Tarifária Periódica (RTP)	1.477,6	54,8	-96,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	170,2	(33,8)	-119,9%
Equivalência patrimonial	472,5	518,5	9,7%
Resultado financeiro	(209,2)	(631,0)	201,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(835,4)	(768,4)	-8,0%
Lucro líquido	***3.382,6***	***3.037,7***	***-10,2%***
EBITDA	***4.449,6***	***4.460,1***	***0,2%***
Endividamento bruto	4.535,7	7.416,5	63,5%
Remuneração aos acionistas (*)	747,4	2.656,5	255,4%

(*) valores pagos no ano de Dividendos e JCP.

Demonstrações do valor adicionado (DVA) GRI 201-1

Em 2021, o Valor Adicionado totalizou R$ 5,73 bilhões (R$ 5,7 bilhões em 2020), cuja distribuição é apresentada a seguir:

Receitas	Unidade	2019	2020	2021
Operacionais	R$ mil	3.788.758	5.718.617	6.390.455
Outras operacionais	R$ mil	16.892	192.760	24.718
	R$ mil	3.805.650	5.911.377	6.415.173
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	R$ mil	(43.613)	(57.837)	(1.083.328)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	R$ mil	(751.761)	(970.429)	(188.508)
	R$ mil	(795.374)	(1.028.266)	(1.271.836)
Valor adicionado bruto	R$ mil	3.010.276	4.883.111	5.143.337
Retenções				
Depreciação e amortização	R$ mil	(19.963)	(19.791)	(22.802)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	R$ mil	2.990.313	4.863.320	5.120.535
Recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	R$ mil	179.788	472.525	518.548
Receitas financeiras	R$ mil	439.041	371.349	87.530
Valor adicionado total a distribuir	R$ mil	3.609.142	5.707.194	5.726.613
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	R$ mil	(174.409)	(191.638)	(179.049)

Benefícios	R$ mil	(62.948)	(69.106)	(109.843)
F.G.T.S	R$ mil	(21.435)	(16.254)	(22.148)
		(258.792)	(276.998)	(311.040)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	R$ mil	(906.556)	(1.424.598)	(1.615.078)
Estaduais	R$ mil	(1.385)	(1.507)	(1.019)
Municipais	R$ mil	(34.988)	(38.566)	(38.942)
		(942.929)	(1.464.671)	(1.655.039)
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	R$ mil	(5.994)	(3.265)	(6.369)
Juros e variações monetárias e cambiais	R$ mil	(621.976)	(579.610)	(716.357)
		(627.970)	(582.875)	(722.726)
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio e dividendos	R$ mil	(917.459)	(1.670.630)	(1.309.030)
Lucros retidos	R$ mil	(861.992)	(1.712.020)	(1.728.778)
		(1.779.451)	(3.382.650)	(3.037.808)
Valor adicionado total distribuído	R$ mil	3.609.142	5.707.194	5.726.613

Saiba mais no *Framework* de ***Green Bonds*** da ISA CTEEP

Green bonds

Atuamos ativamente para a transmissão de energia renovável e nos ecossistemas de inovação, por meio do desenvolvimento de iniciativas para a criação de uma sociedade com infraestrutura inovadora e que proporcione acesso à energia com confiabilidade e segurança para a população.

Nesse contexto, reforçamos nossos compromissos com o desenvolvimento sustentável e com a transição para uma economia de baixo carbono por meio de emissões de debêntures verdes (*green bonds*), desde 2018, para financiar a execução de reforços, melhorias e investimentos em novos projetos.

Em 2021, captamos recursos por meio da emissão de títulos verdes no valor de R$ 672,5 milhões, destinados integralmente aos novos projetos de linha de transmissão (*greenfield*) de Três Lagoas (SP e MS), Triângulo Mineiro (MG) e Minuano (RS), arrematados no leilão de dezembro de 2019.

Adicionalmente, aderimos à Plataforma de Transparência de Título Verdes (*Green Bond Transparency Platform* – GBTP). A ferramenta foi desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a divulgação de informações de forma padronizada acerca do uso dos recursos, impactos, metodologias e padrões empregados nas emissões dos títulos verdes.

Anexos

Jonathas Jose Dos Santos, operador de sistema potencial tempo real, do escritório de Bom Jardim (SP).

- Complemento de indicadores GRI
- Sumário de Conteúdo GRI
- Carta de asseguração
- Créditos e informações corporativas

Complemento de indicadores GRI

GRI 102-7 Porte da organização

		ISA CTEEP			Serra do Japi			Evrecy			IEMG			Pinheiros			IENNE		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Total de energia transmitida	GWh	140.013,40	134.933,03	136.812,30	7.008	7.008	7.008	1.314	1.314	1.314	1.799,63	1.799,63	1.799,63	17.082	17.082	17.082	3.599,27	3.599,27	3.599,27
Capacidade instalada de transformação	MVA	48.804,93	48.824,93	50.057,40	2.000	2.000	2.000	450	450	450	-	-	-	4.200	4.200	4.500	-	-	-
Número de subestações	Número	110	110	110	2	2	2	2	2	2	-	-	-	6	6	5	-	-	-
Número de municípios	Número	402	86	87	12	2	2	7	3	2	13	-	-	6	6	5	19	-	-

		IE SUL			IE Itaquerê			IE Aguapeí			IE Itapura			IE Tibagi		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Total de energia transmitida	GWh	3.285	3.285	3.285	-	-	110,48	-	-	5.601,60	-	-	1.520,84	-	-	2.190,00
Capacidade instalada de transformação	MVA	900	900	900	-	-	900	-	-	1.400	-	-	1.450	-	-	500
Número de subestações	Número	2	2	2	-	-	0	-	-	2	-	-	1	-	-	0
Número de municípios	Número	17	7	2	-	-	0	-	-	2	-	-	1	-	-	0

As empresas IE Itaquerê, IE Aguapeí, IE Itapura e IE Tibagi entraram em operação em 2021, por isso os dados estão representados por um - nos anos anteriores. Já as empresas IENNE e IEMG não possuem ativos próprios.

GRI 102-8. Informações sobre empregados e outros trabalhadores

Empregados por tipo de contrato de trabalho e gênero

Tipo de contrato	2019			2020			2021[1]		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Permanente	1.206	191	1.397	1.216	192	1.408	1.140	184	1.324
Temporário	23	16	39	16	16	32	0	0	0
Total	**1.229**	**207**	**1.436**	**1.217**	**194**	**1.440**	**1.140**	**184**	**1.324**

[1] Para 2021 a premissa foi revisada e não estão contemplados no cálculo conselheiros, estagiários e aprendizes, como nos anos de 2019 e 2020.

GRI 102-8. Informações sobre empregados e outros trabalhadores[1]

ISA CTEEP

Categoria funcional	2019	2020	2021	2021		< 30 anos		30 a 50 anos		> 50 anos	
	Total	Total	Total	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Presidente	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0
Conselheiros[1]	21	19	9	7	2	0	0	2	1	5	1
Diretores	2	7	8	4	4	0	0	4	4	0	0
Gerentes	30	27	26	21	5	0	0	14	4	7	1
Coordenadores	71	70	69	57	12	1	0	40	12	16	0
Especialistas	28	22	22	13	9	1	1	10	8	2	0
Administrativo	277	266	255	121	134	21	31	84	98	16	5
Operacional	968	999	943	923	20	119	13	614	6	190	1
Aprendizes	10	8	9	3	6	3	6	0	0	0	0
Estagiários	28	21	5	4	1	4	1	0	0	0	0
Total	**1.436**	**1.440**	**1.347**	**1.154**	**193**	**149**	**52**	**768**	**133**	**237**	**8**

[1] Para 2021 a premissa foi revisada e não estão contemplados no cálculo conselheiros, estagiários e aprendizes, como nos anos de 2019 e 2020.

GRI 203-1. Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços

Investimento Social Privado (incentivado e próprio – R$)

	2019	2020	2021
Educação	990.293,00	5.393.402,00	0,00
Fortalecimento institucional	3.003.252,40	6.489.481,00	0,00
Desenvolvimento local	100.000,00	0,00	2.500,00
Infraestrutura	0,00	347.147,00	1.567.416,42
Saúde e bem-estar	2.193.305,38	6.652.552,00	70.000,00
Apoio à cultura e ao esporte	1.807.595,00	0,00	1.500.000,00
Total	**8.094.445,78**	**18.882.582,00**	**3.139.916,42**

GRI 204-1. Proporção de gastos com fornecedores locais[1]

		ISA CTEEP			Serra do Japi			Evrecy			IEMG		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Percentual de gastos com fornecedores locais	%	99,69	99,81	99,18	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	99,93	100,00	100,00	99,86
Valor de compras locais	R$	301.584.843,20	1.106.090.090,36	1.442.957.400,77	1.249.648,87	2.125.836,91	4.907.247,65	1.367.555,81	442.370.356,19	125.592.639,74	1.661.088,53	418.003.684,88	61.759.530,93
Valor total em compras	R$	302.515.915,92	1.108.192.113,69	1.454.846.160,10	1.249.648,87	2.125.836,91	4.907.247,65	1.367.555,81	442.370.356,19	125.676.639,74	1.661.088,53	418.003.684,88	61.843.530,93

		Pinheiros			IENNE			IE SUL		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Percentual de gastos com fornecedores locais	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Valor de compras locais	R$	14.632.827,85	14.709.063,24	12.910.816,04	5.370.530,00	24.248.808,04	11.568.570,25	809.644,44	9.710.377,21	45.986.902,20
Valor total em compras	R$	14.632.827,85	14.709.063,24	12.910.816,04	5.370.530,00	24.248.808,04	11.568.570,25	809.644,44	9.710.377,21	45.986.902,20

[1] As empresas IE Aguapeí, IE Itapura, IE Itaquerê, IE Tibagi entraram em operação em 2021. As empresas IE Itaúnas,IE Biguaçu, IE Riacho Grande não possuem dados anteriores a 2021 pois ainda estão em construção.

		IE Aguapeí			IE Biguaçu			IE Itapura			IE Itaquerê		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Percentual de gastos com fornecedores locais	%	-	-	100,00	-	-	95,66	-	-	100,00	-	-	100,00
Valor de compras locais	R$	-	-	29.952.294,18	-	-	60.938.033,34	-	-	12.585.372,20	-	-	7.754.055,58
Valor total em compras	**R$**	**-**	**-**	**29.952.294,18**	**-**	**-**	**63.703.283,34**	**-**	**-**	**12.585.372,20**	**-**	**-**	**7.754.055,58**

		IE Itaúnas			IE Riacho Grande			IE Tibagi		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Percentual de gastos com fornecedores locais	%	-	-	99,46	-	-	95,12	-	-	100,00
Valor de compras locais	R$	-	-	51.740.538,69	-	-	461.028.594,32	-	-	22.286.829,02
Valor total em compras	**R$**	**-**	**-**	**52.020.538,69**	**-**	**-**	**484.662.628,65**	**-**	**-**	**22.286.829,02**

[1] As empresas IE Aguapeí, IE Itapura, IE Itaquerê, IE Tibagi entraram em operação em 2021. As empresas IE Itaúnas,IE Biguaçu, IE Riacho Grande não possuem dados anteriores a 2021 pois ainda estão em construção.

EU4. Comprimento de linhas de transmissão e distribuição aéreas e subterrâneas, discriminadas por sistema regulatório – 2021

	Linhas de Transmissão (km)	Circuito (km)	Subestações	Capacidade (MVA)
Operacionais	**19.045**	**26.140**	**126**	**71.721**
ISA CTEEP	14.632	19.285	110	50.057
IENNE	710	710	-	-
Evrecy	163	163	2	450
IEMG	173	173	-	-
Pinheiros	1	1	5	4.500
Serra do Japi	137	137	2	2.000
IE SUL	179	202	2	900
Itapura – Bauru – Lorena[2]	-	-	1	1.450
Madeira[1]	2.385	4.770	-	7.464
Garanhuns[1]	633	633	2	2.100
Itaquerê	-	-	-	900
Tibagi	17	34	-	500
Aguapeí[2]	-	-	2	1.400
PBTE	15	30	-	-

	Linhas de Transmissão (km)	Circuito (km)	Subestações	Capacidade (MVA)
Em Construção	**1.661**	**2.324**	**11**	**9.729**
Biguaçú	27	57	1	300
Itaúnas	79	79	1	1.350
Paraguaçú[1]	338	338	-	-
Aimorés[1]	208	208	-	-
Ivaí[1]	600	1.200	3	2.988
Minuano (Evrecy)	169	169	1	2.691
Três Lagoas (Tibagi)	37	37	-	-
Triângulo Mineiro (IEMG)	172	173	4	1.600
Riacho Grande	31	63	1	800
Total (Operação + em construção)	**20.707**	**28.463**	**137**	**81.450**

[1] Informação do projeto 100%.
[2] Valores de linhas e circuito zerados devido à transferência não onerosa de ativos para ISA CTEEP.

GRI 302-1. Consumo de energia dentro da organização

Consumo de combustíveis (L)[1]			
	2019	**2020**	**2021**
Gasolina	19.816,20	9.131,97	23.665,17
Diesel	477.643,24	522.426,13	689.988,07
Etanol[3]	722.992,14	652.229,11	674.287,06
Total	**1.220.451,58**	**1.183.787,21**	**1.387.940,30**
Consumo de combustíveis (GJ)[2]			
Gasolina	638,87	294,41	762,97
Diesel	16.956,34	18.546,13	24.494,58
Etanol[2]	16.166,10	14.583,84	15.077,06
Total	**33.761,31**	**33.424,39**	**40.334,60**

[1] O consumo de combustível não é segregado por empresa. Os dados referem-se ao consolidado de cada ano.
[2] A partir de 2021, o critério de cálculo foi ajustado para adequar-se ao padrão do Balanço Energético Nacional dos anos correspondentes.
[3] Combustível de fonte renovável.

		ISA CTEEP			Serra do Japi			Evrecy			IEMG		
		2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Energia consumida (KWh)													
Consumo total de eletricidade	KWh	3.738.548,66	2.768.868,60	2.740.789,86	0	0	0	63.550,00	63.058,00	74.330,00	191.815,00	188.380,00	186.332,00
Energia consumida (GJ)[1]													
Consumo total de eletricidade	GJ	13.458,78	9.967,93	9.866,84	0	0	0	228,78	227,01	267,59	690,53	678,17	670,80

		PINHEIROS			IENNE			IE SUL			ITAPURA[2]		
		2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Energia consumida (KWh)													
Consumo total de eletricidade	KWh	4.878,50	6.083,22	0	360.034,00	356.310,00	303.384,00	46.251,00	47.394,00	*46.101,00*	*0*	*0*	*47.291,40*
Energia consumida (GJ)[1]													
Consumo total de eletricidade	GJ	17,56	21,90	0	1.296,12	1.282,72	1.092,18	166,50	*172,56*	*165,96*	*0*	*0*	170,25

[1] A partir de 2021, o critério de cálculo foi ajustado para adequar-se ao padrão do Balanço Energético Nacional dos anos correspondentes.
[2] IE Itapura entrou em operação em 2021, por isso não estão disponíveis os dados de 2019 e 2020.

GRI 303-5 (2019). Consumo de água

		ISA CTEEP			Serra do Japi			Evrecy			IEMG		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Água de poço	m^3	55.535,60	46.600,90	48.993,08	94,85	115,47	274,09	0	0	2,27	0	0	52
Água de distribuidora	m^3	19.519,06	12.926,83	18.990,40	132	127	105	62	63,3	68,3	74	60	81,8
Água proveniente de caminhão-pipa	m^3	410	250	140	0	0	0	0	0,01	0	0	0	0
Água da captação de chuva	m^3	9,83	3	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0

		Pinheiros			IENNE			IE SUL			IE Itapura[1]		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Água de poço	m^3	483	493	692	0	0	208,45	0	262,44	266	-	-	118,00
Água de distribuidora	m^3	1.979	1.262	559	0	0	0	0	218,87	121,19	-	-	0
Água proveniente de caminhão-pipa	m^3	0	0	0	0	0	0	0	0	0,40	-	-	0
Água da captação de chuva	m^3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0

[1] IE Itapura entrou em operação em 2021, por isso não estão disponíveis os dados de 2019 e 2020.

GRI 304-1, 304-2 e 304-3. Áreas protegidas/restauradas/impactadas

			ISA CTEEP			Serra do Japi			Evrecy			IEMG			Pinheiros			IENNE			IE SUL
	Unidade	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Extensão das áreas que sofreram impactos	Indivíduos arbóreos suprimidos	7	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Extensão das áreas de Proteção/Conservação	Hectares	46,43	46,43	46,43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Extensão das áreas Restauradas	Hectares	14	17,6	22,88	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

GRI 305-1, 305-2 e 305-3. Emissões de gases de efeito estufa (GEE)

		Emissões diretas de gases de efeito estufa (t CO_2 equivalente)[1,2,3]		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**
Escopo 1 – Emissões diretas[1]	tCO2e	19.371,79	17.908,37	20.083,33
Escopo 2 – Emissões indiretas	tCO2e	522.914,71	417.524,57	912.264,16
Escopo 3 – Outras emissões indiretas	tCO2e	13.058.342,18	10.433.193,13	22.796.356,61

[1] Escopo 1 - não foram contabilizadas as emissões de mudança de uso e ocupação de solo. Esse dado será apresentado no Registro Público de Emissões.
[2] Em 2021, a ferramenta de cálculo do GHG Protocol atualizou o GWP de algumas fontes de emissão.
[3] Houve um acréscimo com relação aos anos anteriores, uma vez que novos ativos entraram em operação em 2021.

GRI 305-4. Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

	Intensidade de carbono		
	2019	**2020**	**2021**
Total de emissões/Energia Transmitida (tCO2e/Mwh de energia transmitida)	0,0031	0,0026	0,0052

306-3 – Peso total de resíduos por tipo e disposição (toneladas)[1]

				ISA CTEEP
	Destinação	**2019**	**2020**	**2021**
Resíduo Perigoso	Reciclagem	541,61	348,63	465,72
Resíduo Perigoso	Coprocessamento	2,88	26,51	27,49
Resíduo Perigoso	Aterro	0	16,1	0,12
Resíduo Perigoso	Reutilização	0	0	0
Resíduo Perigoso	Refino	950,29	2,57	0
Resíduo Perigoso	Incineração	0	0	14,50
Resíduo Perigoso	Outro tipo de destinação	0	0	0,28
Resíduo não Perigoso	Reciclagem	2.307,9	1.083,36	2.932,59
Resíduo não Perigoso	Compostagem	0	0	0
Resíduo não Perigoso	Coprocessamento	0	0,55	1,32
Resíduo não Perigoso	Aterro	13,27	330,41	170,26
Resíduo não Perigoso	Outro tipo de destinação	0	0	0,50

[1] Para a contabilização da quantidade de resíduos gerados, foi considerada a destinação de resíduos valorizáveis e não valorizáveis.

GRI 308-1. Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais; GRI 308-2. Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas; GRI 414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais

		ISA CTEEP			Serra do Japi			Evrecy			IEMG			Pinheiros			IENNE			IE SUL		
	Unidade	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Aspectos ambientais																						
Número total de fornecedores com os quais foram assinados contratos no ano do reporte	Número	143	231	226	5	14	21	5	27	37	7	27	37	13	23	30	11	20	33	5	24	34
Percentual de novos fornecedores avaliados e selecionados de acordo com os critérios ambientais	%	53,15	70,56	77,43	40	57,14	66,67	40	59,26	78,38	57,14	62,96	78,38	53,85	69,57	73,33	72,73	60	72,73	40	58,33	79,41
Número de fornecedores avaliados em relação aos impactos ambientais	Número	133	198	277	2	9	19	2	17	34	4	18	35	7	20	27	8	14	30	2	14	33
Critérios de Direitos Humanos[1]																						
Número total de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas relativas aos direitos humanos ou que tenham sido objeto de uma análise dos direitos humanos	Número	116	227	386	2	9	23	3	18	37	5	22	45	11	20	39	7	14	34	3	14	34
Percentual de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas relativas aos direitos humanos ou que tenham sido objeto de uma análise dos direitos humanos	%	66,67	76,17	83,73	40	64,29	74,19	60	64,29	74	71,43	73,33	80,36	78,57	80	81,25	63,64	58,33	75,56	75	58,33	79,07

		IE Aguapeí			IE Biguaçu		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Aspectos ambientais							
Número total de fornecedores com os quais foram assinados contratos no ano do reporte	Número	-	-	18	-	-	20
Percentual de novos fornecedores avaliados e selecionados de acordo com os critérios ambientais	%	-	-	72,22	-	-	70
Número de fornecedores avaliados em relação aos impactos ambientais	Número	-	-	14	-	-	21
Avaliações Sociais[1]							
Percentual de novos fornecedores avaliados e selecionados de acordo com os critérios sociais	%	-	-	77,78	-	-	75
Número de fornecedores avaliados em relação aos impactos sociais	Número	-	-	15	-	-	20
Critérios de Direitos Humanos[1]							
Número total de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas relativas aos direitos humanos ou que tenham sido objeto de uma análise dos direitos humanos	Número	-	-	19	-	-	27
Percentual de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas relativas aos direitos humanos ou que tenham sido objeto de uma análise dos direitos humanos	%	-	-	73,08	-	-	79,41

		IE Itapura			IE Itaquerê		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Número total de fornecedores com os quais foram assinados contratos no ano do reporte	Número	-	-	14	-	-	18
Percentual de novos fornecedores avaliados e selecionados de acordo com os critérios ambientais	%	-	-	57,14	-	-	77,43
Número de fornecedores avaliados em relação aos impactos ambientais	Número	-	-	11	-	-	14
Avaliações Sociais[1]							
Percentual de novos fornecedores avaliados e selecionados de acordo com os critérios sociais	%	-	-	64,29	-	-	72,22
Número de fornecedores avaliados em relação aos impactos sociais	Número	-	-	12	-	-	14
Critérios de Direitos Humanos[1]							
Número total de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas relativas aos direitos humanos ou que tenham sido objeto de uma análise dos direitos humanos	Número	-	-	17	-	-	17
Percentual de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas relativas aos direitos humanos ou que tenham sido objeto de uma análise dos direitos humanos	%	-	-	73,91	-	-	73,91

		IE Itaúnas			IE Riacho Grande		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Número total de fornecedores com os quais foram assinados contratos no ano do reporte	Número	-	-	20	-	-	17
Percentual de novos fornecedores avaliados e selecionados de acordo com os critérios ambientais	%	-	-	70	-	-	14
Número de fornecedores avaliados em relação aos impactos ambientais	Número	-	-	14	-	-	14
Avaliações Sociais[1]							
Percentual de novos fornecedores avaliados e selecionados de acordo com os critérios sociais	%	-	-	75	-	-	82,35
Número de fornecedores avaliados em relação aos impactos sociais	Número	-	-	22	-	-	14
Critérios de Direitos Humanos[1]							
Número total de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas relativas aos direitos humanos ou que tenham sido objeto de uma análise dos direitos humanos	Número	-	-	20	-	-	18
Percentual de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas relativas aos direitos humanos ou que tenham sido objeto de uma análise dos direitos humanos	%	-	-	68,97	-	-	81,82

				IE Tibagi
	Unidade	***2019***	***2020***	***2021***
Número total de fornecedores com os quais foram assinados contratos no ano do reporte	Número	-	-	21
Percentual de novos fornecedores avaliados e selecionados de acordo com os critérios ambientais	%	-	-	61,9
Número de fornecedores avaliados em relação aos impactos ambientais	Número	-	-	24
Avaliações Sociais[1]				
Percentual de novos fornecedores avaliados e selecionados de acordo com os critérios sociais	%	-	-	66,67
Número de fornecedores avaliados em relação aos impactos sociais	Número	-	-	25
Critérios de Direitos Humanos[1]				
Número total de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas relativas aos direitos humanos ou que tenham sido objeto de uma análise dos direitos humanos	Número	-	-	25
Percentual de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas relativas aos direitos humanos ou que tenham sido objeto de uma análise dos direitos humanos	%	-	-	69,44

[1] Em relação aos itens sobre identificação de fornecedores com impactos negativos solicitados pelo indicador GRI, no momento não possuímos processos de avaliação que possam respondê-los. Por essa razão, os dados não estão disponíveis nesse momento.

[2] As empresas IE Aguapeí, IE Itapura, IE Itaquerê, IE Tibagi entraram em operação em 2021. IE Itaúnas,IE Biguaçu, IE Riacho Grande não possuem dados anteriores a 2021 pois ainda estão em construção.

GRI 401-1. Novas contratações e rotatividade de empregados

	Rotatividade[1]		
	2019	2020	2021
	Nº	Nº	Nº
Novas contratações	98	207	115
Total de desligamentos	161	202	182
Taxa de contratação (%)	7,12	14,38	8,71
Taxa de rotatividade – Total (%)	9,40	14,20	11,22
Taxa de rotatividade – Homens (%)	7,90	9,65	9,44
Taxa de rotatividade – Mulheres (%)	19,15	4,55	22,65
Número de desligamentos voluntários – Homens	21	45	61
Número de desligamentos voluntários – Mulheres	18	19	29
Total número de desligamentos voluntários – Homens + Mulheres	101	64	90
Número de demissões ou términos de contratos – Homens	21	92	77
Número de demissões ou términos de contratos – Mulheres	128	46	14
Total número de demissões ou términos de contratos – Homens + Mulheres	144	138	91
Percentual de vagas ocupadas por recrutamento interno	7,02	0,00	17,39
Permanência média dos colaboradores ativos	13,20	12,20	11,89

[1] *Foram considerados apenas colaboradores CLT. Não estão contemplados conselheiros, aprendizes e estagiários.*

GRI 401-3. Licença maternidade/paternidade

		Licença maternidade/paternidade
		2021
Empregados que tiraram a licença (nº)	homens	26
	mulheres	7
Empregados que retornaram ao trabalho, no período do relatório, após o término da licença (nº)	homens	26
	mulheres	7
Empregados que retornaram a trabalhar após a licença e continuaram empregados 12 meses após o retorno ao trabalho (nº)	homens	23
	mulheres	6
Taxa de retorno (%)	homens	100
	mulheres	100

GRI 404-1. Média de horas de capacitação por ano, por empregado

Média de horas de capacitação de empregados por gênero

	2019	2020	2021
Homens	89,50	48,67	39,47
Mulheres	28,90	31,43	13,19

Média de horas de capacitação de empregados por categoria funcional

	2019	2020	2021
Conselheiros	0	0	0
Presidente	0	1	4
Diretores	51	4,76	9,25
Gerentes	41,03	13,22	12,64
Coordenadores	61,95	31,34	23,16
Especialistas	34,07	19,18	17,95
Administrativos	20,83	22,20	9,16
Técnicos operacionais	104,34	53,19	43,89
Estagiários	0	210,16	268
Aprendizes	0	3,69	1,88

GRI 403-9 (2019). Acidentes de trabalho

Indicador Colaboradores próprios

	2019	2020	2021
Número de acidentes com afastamento	5	5	7
Número de acidentes sem afastamento	6	2	3
Número de acidentes fatais	0	0	0

Indicador Colaboradores próprios

	2019	2020	2021
Taxa de frequência	4,76	2,8	3,79
Taxa de dias perdidos	23,78	28,01	51,48

Indicador Colaboradores Terceiros

	2019	*2020*	*2021*
Número de acidentes com afastamento	17	17	18
Número de acidentes sem afastamento	8	10	10
Número de acidentes fatais	0	1	3
Taxa de frequência	11,01	8,94	7,18

	Indicador Colaboradores próprios		
	2019	**2020**	**2021**
Número de acidentes com afastamento	22	22	25
Número de acidentes sem afastamento	14	12	13
Número de acidentes fatais	0	1	3
Taxa de frequência	7,85	6,21	5,89

**Conforme diretrizes do grupo ISA, para o cálculo da taxa de frequência de acidentes, considera o total de acidentes registrados, dividido pelo total de Horas Homem Trabalhadas, multiplicado por 1.000.000*

GRI 404-3. Total de colaboradores que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira

	2021	
	Homens	**Mulheres**
Conselheiros	0	0
Presidente	1	0
Diretores	5	3
Gerentes	22	5
Coordenadores	53	11
Especialistas	13	8
Administrativos	112	128
Operacional	874	17
Estagiários	20	4
Aprendizes	3	6

GRI 405-1. Diversidade em órgãos de governança e empregados

Indivíduos dentro dos órgãos de governança da organização, por gênero (%)

		Membros dos órgãos de governança
2020	Homens	20
	Mulheres	7
	Total	**27**
2021	Homens	12
	Mulheres	6
	Total	**18**

Indivíduos dentro dos órgãos de governança da organização, por faixa etária (%)

		Membros dos órgãos de governança
2020	Abaixo de 30 anos	0
	Entre 30 e 50 anos	11
	Acima de 50 anos	16
	Total	**27**
2021	Abaixo de 30 anos	0
	Entre 30 e 50 anos	11
	Acima de 50 anos	7
	Total	**18**

Empregados dos grupos de sub-representados, por gênero

			2021
	Pretos e Pardos	**Pretos e Pardos em cargos gerenciais**	**Pessoas com deficiência**
Homens	236	1	28
Mulheres	46	0	21
Total	**282**	**1**	**49**

GRI 405-2. Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens

Razão matemática entre o salário-base para as mulheres e homens por categoria funcional (%)

	2019	2020	2021
Conselheiros	1,00	1,00	0,64
Presidente	NA	0,00	0,00
Diretores	NA	0,90	1,10
Gerentes	1,03	0,97	0,82
Coordenadores	1,07	0,98	1,06
Especialistas	1,02	0,98	0,95
Administrativos	0,96	0,93	0,97
Técnicos operacionais	1,41	1,34	1,42

GRI 408-1. Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil;

GRI 409-1. Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo

	Fornecedores contratados com base em critérios humanos		
	2019	**2020**	**2021**
Percentual de fornecedores/ operações com risco significativo de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo (%)	ND	ND	ND
Medidas adotadas que tenham como objetivo abolir o trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo nos fornecedores	Código de conduta de fornecedores, cláusulas contratuais, avaliação de desempenho do fornecedor	Código de conduta de fornecedores, cláusulas contratuais, avaliação de desempenho do fornecedor	Código de conduta de fornecedores, cláusulas contratuais, avaliação de desempenho do fornecedor
Número total de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas relativas aos direitos humanos ou que tenham sido objeto de uma análise dos direitos humanos	116	227	741
Percentual de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas relativas aos direitos humanos ou que tenham sido objeto de uma análise dos direitos humanos	66,67	76,17	79,18

EU8. Atividade de pesquisa e desenvolvimento e despesas destinadas a fornecer energia elétrica confiável e Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

ISA CTEEP

	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**
FA – Fontes alternativas de geração de energia elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GT – Geração Termelétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GB – Gestão de Bacias e Reservatórios	R$	0,00	0,00	0,00
MA – Meio Ambiente	R$	1.812.792,65	542.198,56	93.669,74
SE – Segurança	R$	1.841.982,50	0,00	0,00
EE – Eficiência Energética	R$	0,00	0,00	0,00
PL – Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	2.683.378,00	2.216.777,46
OP – Operação de Sistemas de Energia Elétrica	R$	7.097.246,08	4.459.771,16	4.616.630,04
SC – Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	3.709.657,80	9.182.770,43
QC – Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
MF – Medição, faturamento e combate a perdas comerciais	R$	0,00	0,00	0,00
OU – Outro	R$	2.631.371,63	2.093.263,21	3.319.790,08
Total	R$	**13.383.392,86**	**13.488.268,73**	**19.429.637,75**

				Serra do Japi
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**
FA – Fontes alternativas de geração de energia elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GT – Geração Termelétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GB – Gestão de Bacias e Reservatórios	R$	0,00	0,00	0,00
MA – Meio Ambiente	R$	0,00	0,00	0,00
SE – Segurança	R$	0,00	0,00	0,00
EE – Eficiência Energética	R$	0,00	0,00	0,00
PL – Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
OP – Operação de Sistemas de Energia Elétrica	R$	300.400,00	233.600,00	40.000,00
SC – Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
QC – Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
MF – Medição, faturamento e combate a perdas comerciais	R$	0,00	0,00	0,00
OU – Outro	R$	0,00	0,00	117.426,00
Total	R$	**300.400,00**	**233.600,00**	**157.426,00**

				Evrecy
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**
FA – Fontes alternativas de geração de energia elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GT – Geração Termelétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GB – Gestão de Bacias e Reservatórios	R$	0,00	0,00	0,00
MA – Meio Ambiente	R$	0,00	0,00	0,00
SE – Segurança	R$	0,00	0,00	0,00
EE – Eficiência Energética	R$	0,00	0,00	0,00
PL – Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
OP – Operação de Sistemas de Energia Elétrica	R$	75.000,00	79.000,00	0,00
SC – Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
QC – Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
MF – Medição, faturamento e combate a perdas comerciais	R$	0,00	0,00	0,00
OU – Outro	R$	0,00	0,00	66.956,00
Total	R$	**75.000,00**	**79.000,00**	**66.956,00**

IEMG

	Unidade	2019	2020	2021
FA – Fontes alternativas de geração de energia elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GT – Geração Termelétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GB – Gestão de Bacias e Reservatórios	R$	0,00	0,00	0,00
MA – Meio Ambiente	R$	0,00	0,00	0,00
SE – Segurança	R$	0,00	0,00	0,00
EE – Eficiência Energética	R$	0,00	0,00	0,00
PL – Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
OP – Operação de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	103.000,00	0,00
SC – Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
QC – Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
MF – Medição, faturamento e combate a perdas comerciais	R$	0,00	0,00	0,00
OU – Outro	R$	0,00	0,00	0,00
Total	R$	**0,00**	**103.000,00**	**0,00**

Pinheiros

	Unidade	2019	2020	2021
FA – Fontes alternativas de geração de energia elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GT – Geração Termelétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GB – Gestão de Bacias e Reservatórios	R$	0,00	0,00	0,00
MA – Meio Ambiente	R$	0,00	0,00	0,00
SE – Segurança	R$	0,00	0,00	0,00
EE – Eficiência Energética	R$	0,00	0,00	0,00
PL – Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
OP – Operação de Sistemas de Energia Elétrica	R$	263.040,00	308.900,00	17.700,00
SC – Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
QC – Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
MF – Medição, faturamento e combate a perdas comerciais	R$	0,00	0,00	0,00
OU – Outro	R$	0,00	0,00	0,00
Total	R$	**263.040,00**	**308.900,00**	**17.700,00**

IENNE

	Unidade	2019	2020	2021
FA – Fontes alternativas de geração de energia elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GT – Geração Termelétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GB – Gestão de Bacias e Reservatórios	R$	0,00	0,00	0,00
MA – Meio Ambiente	R$	0,00	0,00	0,00
SE – Segurança	R$	0,00	0,00	0,00
EE – Eficiência Energética	R$	0,00	0,00	0,00
PL – Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
OP – Operação de Sistemas de Energia Elétrica	R$	265.000,00	0,00	0,00
SC – Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
QC – Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
MF – Medição, faturamento e combate a perdas comerciais	R$	0,00	0,00	0,00
OU – Outro	R$	0,00	0,00	90.360,00
Total	R$	**265.000,00**	**0,00**	**90.360,00**

IE SUL

	Unidade	2019	2020	2021
FA – Fontes alternativas de geração de energia elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GT – Geração Termelétrica	R$	0,00	0,00	0,00
GB – Gestão de Bacias e Reservatórios	R$	0,00	0,00	0,00
MA – Meio Ambiente	R$	0,00	0,00	0,00
SE – Segurança	R$	0,00	0,00	0,00
EE – Eficiência Energética	R$	0,00	0,00	0,00
PL – Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
OP – Operação de Sistemas de Energia Elétrica	R$	134.000,00	0,00	0,00
SC – Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
QC – Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica	R$	0,00	0,00	0,00
MF – Medição, faturamento e combate a perdas comerciais	R$	0,00	0,00	0,00
OU – Outro	R$	0,00	0,00	0,00
Total	R$	**134.000,00**	**0,00**	**0,00**

EU12. Percentual de perda de transmissão e distribuição em relação ao total de energia

		ISA CTEEP			Serra do Japi			Evrecy			IEMG		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Total de perdas na transmissão	GWh	5.600,54	5.397,32	5.472,49	280,32	280,32	280,32	52,56	52,56	52,56	71,99	71,99	72,00
Total de perdas na transmissão	%	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00

		Pinheiros			IENNE			IE SUL		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Total de perdas na transmissão	GWh	683,28	683,28	683,28	143,97	143,97	143,96	131,4	131,4	131,40
Total de perdas na transmissão	%	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00

		IE Aguapeí			IE Itaquerê			IE Itapura			IE Tibagi		
	Unidade	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**	**2019**	**2020**	**2021**
Total de perdas na transmissão	GWh	-	-	224,08	-	-	4,40	-	-	60,84	-	-	87,60
Total de perdas na transmissão	%	-	-	4	-	-	4	-	-	4	-	-	4

Sumário de conteúdo GRI GRI 102-55

DIVULGAÇÕES GERAIS

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Asseguração
Perfil organizacional					
GRI 102: Divulgações gerais 2016	102-1 Nome da organização	14			
	102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	14			
	102-3 Localização da sede	15 e 16			
	102-4 Localização das operações	15 e 16			
	102-5 Natureza da propriedade e forma jurídica	14			
	102-6 Mercados atendidos	9 e 14		7, 8, 9	
	102-7 Porte da organização	9, 14, 15, 16 e 82		7, 8, 9	
	102-8 Informações sobre empregados e trabalhadores	12, 14, 66, 67 e 83		8, 10	
	102-9 Cadeia de fornecedores	11 e 75		9, 11	
	102-10 Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores	9, 11 e 75		7, 8, 9	Sim
	102-11 Abordagem ou princípio da precaução	9 e 35		7, 8, 9, 11	Sim
	102-12 Iniciativas desenvolvidas externamente	11 e 53			
	102-13 Participação em associações	53		11	

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Asseguração
Estratégia					
GRI 102: Divulgações gerais 2016	102-14 Declaração do tomador de decisão sênior	3			
	102-15 Principais impactos, riscos e oportunidades	10, 35 e 36		7, 8, 9, 11	Sim
Ética e integridade					
GRI 102: Divulgações gerais 2016	102-16 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	9, 17, 25 e 67		16	
	102-17 Mecanismos de aconselhamento e preocupações sobre ética	9 e 27		16	Sim
Governança					
GRI 102: Divulgações gerais 2016	102-18 Estrutura da governança	9 e 19		16	
	102-19 Delegação de autoridade	Regimento Interno do Conselho de Administração – disponível aqui.		16	
	102-20 Nível executivo responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais	9, 21 e 22		16	
	102-21 Consulta a partes interessadas sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais	8, 9 e 11		16	
	102-22 Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês	9, 21 a 23		5, 16	
	102-23 Presidente do mais alto órgão de governança	9 e 21		16	
	102-24 Selecionando e nomeando o mais alto órgão de governança e seus comitês	9 e 21		5, 16	
	102-25 Conflitos de interesse	9, 11 e 26		11, 16	Sim

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Asseguração
GRI 102: Divulgações gerais 2016	102-26 Papel do mais alto órgão de governança na definição do propósito, valores e estratégias	21		16	
	102-27 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	A alta liderança (diretores) está abrangida em nossas iniciativas de capacitação. Cada diretor possui seu plano de desenvolvimento, como todos os colaboradores.		16	
	102-28 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	9 e 20		16	
	102-30 Eficácia dos processos de gestão de risco	9, 10 e 35		16	Sim
	102-33 Comunicação de preocupações críticas	9 e 27		16	Sim
	102-34 Natureza e número total de preocupações críticas		Restrições de Confidencialidade – As informações não foram reportadas para preservar a identidade dos relatores.	16	Sim
Engajamento de *stakeholders*					
GRI 102: Divulgações gerais 2016	102-40 Lista de grupos de *stakeholders*	8 e 11		16	
	102-41 Acordos de negociação coletiva	12, 66 e 67		8	
	102-42 Identificação e seleção de *stakeholders*	8 e 11		16	
	102-43 Abordagem para engajamento de *stakeholders*	8 e 11		16	
	102-44 Principais tópicos e preocupações levantadas	8 e 11		16	

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Asseguração
Práticas de reporte					
GRI 102: Divulgações gerais 2016	102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	7			
	102-46 Definindo o conteúdo do relatório e limites do tópico	8 e 9			
	102-47 Lista dos tópicos materiais	8 e 9			
GRI 102: Divulgações gerais 2016	102-48 Reformulações de informações	As reformulações em premissas dos indicadores estão descritas ao longo do relatório como notas de rodapé com a marcação deste indicador.			
	102-49 Mudanças no relatório	Não houve mudanças.			
	102-50 Período do relatório	7			
	102-51 Data do relatório mais recente	2020			
	102-52 Ciclo do relatório	7			
	102-53 Ponto de contato para perguntas sobre o relatório	7 e 128			
	102-54 Opção de acordo com o GRI Standards	Este relatório foi preparado em conformidade com as Normas GRI opção “Essencial”.			
	102-55 Índice de Conteúdo GRI	107			
	102-56 Asseguração externa	7			

TÓPICOS MATERIAIS

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
Desempenho econômico						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 77				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	77				
GRI 201: Desempenho econômico 2016	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	9, 10, 77 e 79		7, 8, 9		
	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades em decorrência de mudanças climáticas	10, 37 e 60		7, 13, 15	IF-EU-110a.3: Discussão da estratégia ou plano de longo e curto prazo para gerenciar as emissões de Escopo 1, metas de redução de emissões e uma análise da *performance* em relação a essas metas	sim
Presença de mercado						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	22 e 27				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	22				
GRI 202: Presença de mercado 2016	202-2 Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local	11 e 22		8, 11, 16		

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
Impactos econômicos indiretos						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 62				
	GRI 103-3 Evolução da abordagem de gestão	62				
GRI 203: Impactos econômicos indiretos 2016	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	9, 10, 40, 45 e 84		7, 8, 9		
	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	9 e 62		7, 8, 9, 11		
Práticas de compra						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 75				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	75				
GRI 204: Práticas de compra 2016	204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	11, 75 e 85		11		

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
Combate à corrupção						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	25 e 27				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	25				
GRI 205: Combate à corrupção 2016	205-1 Operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	9, 25 e 26		16		sim
	205-2 Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	9, 25 e 28		16		sim
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	9, 25 a 27		16		sim
Concorrência desleal						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	25 e 27				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	25				
GRI 206: Concorrência desleal 2016	206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	9, 25 e 26		16		

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
Energia						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 61				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	61				
GRI 302: Energia 2016	302-1 Consumo de energia dentro da organização	10, 61 e 88		7, 13, 15		sim
	302-4 Redução do consumo de energia	10 e 61		7, 13, 15		sim
Água						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 61				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	61				
GRI 303: Água e efluentes 2018	303-5 Consumo de água	10, 61 e 90		7, 13, 15	IF-EU-140a.1: Total de água retirada, (2) total de água consumida, porcentagem de cada um em regiões com estresse hídrico de linha de base alto ou extremamente alto	
Biodiversidade						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 57				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	57				

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
GRI 304: Biodiversidade 2016	304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegida	10, 57, 58 e 91		7, 13, 15		
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade	10, 57 e 91		7, 13, 15		
	304-3 *Habitats* protegidos ou restaurados	10, 57, 58 e 91		7, 13, 15		
	304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com *habitats* em áreas afetadas por operações da organização	Não foram realizados estudos de monitoramento de fauna e flora para os empreendimentos em operação da ISA CTEEP no ano de 2021.	sim	7, 13, 15		
Emissões						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 59				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	59				
GRI 305: Emissões 2016	305-1 Emissões diretas de gases de efeito estufa (Escopo 1)	10, 59 e 92		7, 13, 15	IF-EU-110a.1: (1) Emissões globais brutas de Escopo 1, porcentagem coberta por (2) regulamentos de limitação de emissões e (3) regulamentos de relatórios de emissões	sim
	305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (Escopo 2)	10, 59 e 92		7, 13, 15	IF-EU-110a.2: Emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas ao fornecimento de energia	sim
	305-3 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (Escopo 3)	10, 59 e 92		7, 13, 15		sim

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
GRI 305: Emissões 2016	305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa	10, 59, 60 e 92	sim	7, 13, 15	IF-EU-110a.3: Discussão da estratégia ou plano de longo e curto prazo para gerenciar as emissões de Escopo 1, metas de redução de emissões e uma análise da *performance* em relação a essas metas	sim
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	10 e 59		7, 13, 15	IF-EU-110a.3: Discussão da estratégia ou plano de longo e curto prazo para gerenciar as emissões de Escopo 1, metas de redução de emissões e uma análise da *performance* em relação a essas metas	sim
Efluentes e resíduos						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 61				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	61				
GRI 306: Resíduos 2020	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	61				
	306-3 Resíduos gerados	10, 61 e 92		7, 13, 15		sim
Conformidade ambiental						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 55				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	55				

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
GRI 307: Conformidade ambiental 2016	307-1 Não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	Em 2021, registramos nove sanções não monetárias em decorrência de não conformidades ambientais relacionadas a danos ambientais, supressão de vegetação e queimada, uma das quais foi encerrada no próprio período. Não registramos multas significativas (valor acima de US$10 mil).		7, 13, 15		
Avaliação ambiental de fornecedores						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 76				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	76				
GRI 308: Avaliação ambiental de fornecedores 2016	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	11, 75, 76 e 93		9, 11		
	308-2 Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	11, 75, 76 e 93		9, 11		
Emprego						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 66				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	66				

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
GRI 401: Emprego 2016	401-1 Taxas de novas contratações de e rotatividade de empregados	12, 66, 67, 98 e 99		5, 8, 10		
	401-3 Licença maternidade/paternidade	12, 73 e 98		3, 5, 8		
Saúde e segurança ocupacional						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 68				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	68				
GRI 403: Saúde e segurança ocupacional 2018	403-4 Participação, consulta e comunicação sobre saúde e segurança ocupacional com os trabalhadores	12 e 68		8		
	403-9 Lesões relacionadas ao trabalho	12, 68, 69 e 98		8	IF-EU-320a.1: (1) Taxa total de incidente registrável (TRIR), (2) taxa de fatalidade e (3) taxa de frequência de quase acidente (NMFR)	sim
Treinamento e educação						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 70				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	70				
GRI 404: Treinamento e educação 2016	404-1 Média de horas de treinamento por ano por empregado	12, 66, 70, 71 e 99		4, 5, 8, 10		
	404-2 Programas de melhoria do conhecimento dos funcionários e programas para transição de carreira	12, 66 e 70		8		
	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	12, 70, 71 e 100		5, 8, 10		

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
Diversidade e igualdade de oportunidades						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 71				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	71				
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016	405-1 Diversidade nos órgãos de governança e empregados	9, 12, 21, 22, 71, 73 e 101		5, 8, 16		
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	12, 71 e 101		5, 8, 10		
Não-discriminação						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	27				
GRI 406: Não-discriminação 2016	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	12 e 27		5, 8		
Liberdade de associação e negociação coletiva						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 67				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	67				
GRI 407: Liberdade de associação e negociação coletiva 2016	407-1 Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possam estar sendo violados	12 e 67		8		

8, 16

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
Trabalho infantil						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 76				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	76				
GRI 408: Trabalho infantil 2016	408-1 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil	12, 75, 76 e 102				sim
Trabalho forçado ou análogo ao escravo						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 76				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	76				
GRI 409: Trabalho forçado ou análogo ao escravo 2016	409-1: Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo	12, 76 e 102		8		sim
Práticas de segurança						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 68				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	68				

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
GRI 410: Práticas de segurança 2016	410-1 Pessoas que trabalham com segurança que receberam treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos	11, 65, 66 e 68		16		
Direitos dos povos indígenas e tradicionais						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 65				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	65				
GRI 411: Direitos dos povos indígenas e tradicionais 2016	411-1 Casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais	11 e 65		11, 16		sim
Avaliação em direitos humanos						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 65				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	65				
GRI 412: Avaliação em direitos humanos 2016	412-1 Operações que foram sujeitas a revisões ou avaliações de impacto em direitos humanos	11 e 65		11, 16		sim
	412-2 Empregados treinados em políticas e práticas de direitos humanos	11, 65 e 66		11, 16		

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
Comunidades locais						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 65				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	65				
GRI 413: Comunidades locais 2016	413-1 Operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	11, 62 e 65	sim	11, 16		sim
	413-2 Operações com impactos potenciais significativos ou impactos negativos reais sobre as comunidades locais	11, 62 e 65		11, 16		sim
Avaliação social de fornecedores						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 65				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	65				

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
GRI 414: Avaliação social de fornecedores 2016	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	11, 75, 76 e 93	Dados não disponíveis por não termos um processo interno que responda aos itens sobre avaliações sociais.	5, 8, 11, 16		sim
Políticas públicas						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	25 e 27				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	27				
GRI 415: Políticas públicas 2016	415-1 Contribuições políticas	Não realizamos contribuição para partidos políticos, um compromisso firmado em nosso Código de Ética.		16		
Privacidade do cliente						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 28				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	28				
GRI 418: Privacidade do cliente 2016	418-1 Queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	10 e 28		7, 8, 11	IF-EU-550a.1: Número de incidentes de não conformidade (*non-compliance*) com os padrões ou normas de segurança física e/ ou cibernética	

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
Conformidade socioeconômica						
GRI 103: Abordagem de gestão 2016	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	9				
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	27 e 65				
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	65				
GRI 419: Conformidade socioeconômica 2016	419-1 Não-conformidade com leis e regulamentos sociais e econômicos	Em 2021, não registramos multas ou sanções não monetárias pela falta do cumprimento de leis e/ ou regulamentos nas áreas econômicas e sociais. Para esse indicador, consideramos multas e sanções relacionadas a casos de: trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil e cotas legais (jovem aprendiz e PcD).		7, 8, 9, 11		
Perfil organizacional						
Suplemento Setorial de Energia – Perfil organizacional	EU3 Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais	11 e 14		7, 9, 11		
	EU4 Comprimento de linhas de transmissão e distribuição aéreas e subterrâneas, discriminadas por sistema regulatório	10, 14 e 87		7, 9, 11	IF-EU-000.C: Comprimento das linhas de transmissão e distribuição	
Disponibilidade e confiabilidade						
Suplemento Setorial de Energia – Disponibilidade e confiabilidade	EU6 Abordagem da gestão para garantir a disponibilidade e a confiabilidade da energia no curto e longo prazo	10 e 45		7, 9, 11	IF-EU-000.D: Total de eletricidade gerada, porcentagem da principal fonte de energia, porcentagem em mercados regulamentados	

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
Gerenciamento da demanda						
Suplemento Setorial de Energia – Gerenciamento de demanda	EU7 Programas de gestão de demanda, incluindo programas residenciais, comerciais, institucionais e industriais	10 e 45	sim	7, 8, 9, 11		
Pesquisa e desenvolvimento						
Suplemento Setorial de Energia – Pesquisa e desenvolvimento	EU8 Atividade de pesquisa e desenvolvimento e despesas destinadas a fornecer energia elétrica confiável e Promoção do Desenvolvimento Sustentável	10, 47 e 102		7, 8, 9, 11		
Eficiência do sistema						
Suplemento Setorial de Energia – Eficiência do sistema	EU12 Percentual de perda de transmissão e distribuição em relação ao total de energia	10, 46 e 106		7, 8, 9, 11	IF-EU-550a.2: (1) Índice de duração média de interrupção do sistema (SAIDI), (2) Índice de frequência média de interrupção do sistema (SAIFI) e (3) Índice de duração média de interrupção do cliente (CAIDI), incluindo dias de eventos importantes	
Emprego						
Suplemento Setorial de Energia – Emprego	EU14 Programas e processos que asseguram a disponibilização de mão de obra qualificada	12, 66 e 70		7, 8, 9		
	EU16 Políticas e exigências referentes a saúde e segurança de empregados e de trabalhadores terceirizados e subcontratados	12 e 68		8		sim

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
Suplemento Setorial de Energia – Emprego	EU18 Porcentagem de trabalhadores terceirizados e subcontratados submetidos a treinamento relevante de saúde e segurança	12 e 68		8		sim
Planejamento e resposta para emergências e desastres						
Suplemento Setorial de Energia – Planejamento e resposta para emergências e desastres	EU19 Participação de *stakeholders* em processos decisórios relacionados a planejamento energético de desenvolvimento de infraestrutura	Os processos decisórios de planejamento energético e desenvolvimento da infraestrutura do setor de transmissão estão sob a responsabilidade de órgãos setoriais, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para o planejamento de médio e longo prazos, e o ONS, para o planejamento de curto prazo. Já o planejamento da expansão do sistema elétrico brasileiro é consolidado com base no Plano Decenal de Transmissão e no Programa de Expansão de Transmissão (PET). Há também um Plano de Ampliações e Reforços (PAR), com horizonte de três anos, desenvolvido pelo ONS, com base em uma visão de curto prazo		7, 9, 11		

GRI *Standard*	Divulgação	Página/URL	Omissão	ODS	Correlação SASB	Asseguração
Suplemento Setorial de Energia – Planejamento e resposta para emergências e desastres	EU21 Medidas de planejamento de contingência, planos de manejo de desastre / emergência e programas de treinamento e planos de recuperação / restauração	A ISA CTEEP tem por base a norma internacional ISO 14001:2015, em que além das normas estratégicas de gestão ambiental, há também as diretrizes e requisitos mínimos para o atendimento ao Plano de Preparação e Resposta a Emergências -PPRE nas instalações da companhia, com foco na mitigação desses riscos. O plano considera situações que podem ocorrer inesperadamente e que são susceptíveis de causar danos ao meio ambiente, como situação de emergência na instalação, as ocorrências de incêndios, explosão, vazamentos ou acidentes que exijam a aplicação de recursos materiais e humanos.		7, 8, 11		
	EU22 Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização, discriminados por tipo de projeto	Não houve compensações relativas a impactos nas propriedades por desapropriação.		11, 16		sim
	EU25 Número de acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da empresa, entre os quais decisões e acordos judiciais, além de casos judiciais pendentes relativos a doenças	Não houve demanda judicial no período. No entanto, a companhia mantém, para as infraestruturas que possuem condicionante de comunicação social, a execução deste Programa que visa criar e manter os canais de comunicação necessários para o bom relacionamento com os diversos atores sociais envolvidos. Para mais informações acesse aqui.				

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações não financeiras contidas no Relatório Anual de Sustentabilidade 2021

Ao Conselho de Administração e Acionistas

Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

São Paulo – SP

Introdução

Fomos contratados pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia" ou "CTEEP") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre as informações não financeiras constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade 2021 da CTEEP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossa asseguração limitada não se estende a informações de períodos anteriores ou a qualquer outra informação divulgada em conjunto com o Relatório Anual de Sustentabilidade 2021, incluindo quaisquer imagens, arquivos de áudio ou vídeos incorporados.

Responsabilidades da administração da CTEEP

A administração da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista é responsável por:

- selecionar ou estabelecer critérios adequados para a preparação e apresentação das informações constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade 2021;
- preparar as informações de acordo com os critérios e diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI-*Standards*) e com a base de preparação, elaborada pela própria Companhia;
- desenhar, implementar e manter controle interno sobre as informações relevantes para a preparação das informações constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade, que estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações não financeiras constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade 2021 com base nos trabalhos de asseguração limitada conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) , com base na NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – *Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information*, emitida pelo IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board. Essas normas requerem o cumprimento pelo auditor de exigências éticas, independência e demais responsabilidades referentes a ela, inclusive quanto à aplicação da Norma Brasileira de Controle de Qualidade (NBC PA 01) e, portanto, a manutenção de sistema de controle de qualidade abrangente, incluindo políticas documentadas e procedimentos sobre o cumprimento de requerimentos éticos, normas profissionais e requerimentos legais e regulatórios aplicáveis.

Adicionalmente, as referidas normas requerem que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações não financeiras constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade 2021 em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da CTEEP e outros profissionais da CTEEP que estão envolvidos na elaboração das informações, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir, na forma de asseguração limitada, sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações divulgadas no Relatório Anual de Sustentabilidade, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação, materialidade e apresentação das informações contidas no Relatório Anual de

Sustentabilidade 2021, de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre atividades e sobre os processos associados às informações materiais divulgadas no Relatório Anual de Sustentabilidade 2021, em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade 2021;

(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de indagações com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados no Relatório Anual de Sustentabilidade 2021; e

(d) para os casos em que os dados não financeiros se correlacionem com indicadores de natureza financeira, o confronto desses indicadores com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a análise da aderência às diretrizes e critérios da *Global Reporting Initiative* (GRI-*Standards*) e do disposto na base de preparação elaborada pela Companhia.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos executados em trabalho de asseguração limitada variam em termos de natureza e época e são menores em extensão do que em trabalho de asseguração razoável. Consequentemente, o nível de segurança obtido em trabalho de asseguração limitada é substancialmente menor do que aquele que seria obtido, se tivesse sido executado um trabalho de asseguração razoável. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguração razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade 2021. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitas a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

A preparação e apresentação das informações e indicadores não financeiros seguiu as definições da base de preparação elaborada pela Companhia e as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI-*Standards*), portanto, as informações apresentadas no Relatório Anual de Sustentabilidade 2021 não possuem o objetivo de assegurar o cumprimento de leis e regulações sociais, econômicas, ambientais ou de engenharia. Os referidos padrões preveem, entretanto, a apresentação e divulgação de eventuais descumprimentos a tais regulamentações quando da ocorrência de sanções ou multas significativas. Nosso relatório de asseguração deve ser lido e compreendido nesse contexto, inerente aos critérios selecionados e previamente mencionados neste parágrafo.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório e nas evidências que obtivemos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações não financeiras contidas no Relatório Anual de Sustentabilidade 2021 da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios e diretrizes estabelecidos pela base de preparação e pelas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI-*Standards*).

São Paulo, 20 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers Ltda.

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Colombari
Contador CRC 1SP195838/O-3

Créditos e informações corporativas

A elaboração deste *Relatório Anual de Sustentabilidade* é resultado de um esforço conjunto de toda a equipe da ISA CTEEP, com coordenação geral da Gerência de Comunicação, Sustentabilidade e Relações Institucionais.

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

isacteep@isacteep.com.br

sustentabilidade@isacteep.com.br

CONTEÚDO, *DESIGN* E CONSULTORIA

grupo report – rpt.sustentabilidade
Bárbara Calache e Adriana Braz – redação e edição
Renata Castellini e Helena Gurgel – consultoria GRI
Felipe Kaizer – projeto gráfico
Fábio de Assis – diagramação
Catalisando Conteúdo – revisão ortográfica
www.gruporeport.com.br

Fotografia
Lola Tachibana
Crédito:
Acervo ISA CTEEP
Cauê Diniz
Fabrizio Mariotti

Contatos corporativos GRI 102-53

ISA CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
Av. das Nações Unidas, 14.171 – Torre Crystal – 6º andar
São Paulo – SP – CEP 04794-000
Telefone: +55 11 3138-7000
E-mail: isacteep@isacteep.com.br / sustentabilidade@isacteep.com.br
Fale conosco: http://www.isacteep.com.br/pt/canais-e-servicos/fale-conosco
Website: http://www.isacteep.com.br/

BASE DE PREPARAÇÃO

RELATÓRIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE 2021

ASSEGURAÇÃO PwC

Abril – 2022

isa CTEEP

Sumário

1. Introdução..... 3
2. Limites organizacionais e exceções no escopo de reporte..... 5
3. Informações contábeis, moedas e conversão..... 6
4. Sistemas de reporte..... 7
5. Detalhamento dos critérios de reporte..... 8

1. Introdução

Somos a maior empresa privada de transmissão do setor elétrico brasileiro. Estamos presente em 17 estados, operando uma complexa rede de transmissão por onde trafegam 30% de toda energia elétrica transmitida no País e 92% para o Estado de São Paulo. Integramos a ISA, empresa multilatina pertencente ao Grupo Ecopetrol, composta por 47 empresas atuantes nos setores de transmissão de energia elétrica, concessões de rodovias, telecomunicações e gestão inteligente de sistemas em tempo real, presente na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e América Central.

Em nossa estratégia ISA 2030, temos como missão operar, manter e expandir sistemas de transmissão de energia elétrica com excelência na prestação de serviços, baseada no desenvolvimento do capital humano e na capacidade de inovação, para criar valor para nossos acionistas e demais stakeholders e contribuir para a geração de valor sustentável, formando Conexões que Inspiram.

Para garantir sucesso e excelência em nossa operação e, em linha com o compromisso da transparência, realizamos o processo de asseguração e auditoria externa independente com a PricewaterhouseCoopers LLP (PwC), que tem como objetivo obter evidências a respeito das informações descritas no Relatório Anual de Sustentabilidade 2021 e no Relatório do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa 2021 (GHG Protocol), fornecendo garantia limitada de medidas de nosso desempenho.

Como parte desse processo de asseguração, elaboramos este documento, denominado **Base de Preparação**, conforme a atualização da metodologia de asseguração da PwC, baseada na norma ISAE 3000, a fim de servir como um guia e orientar e complementar o reporte de informações de sustentabilidade contidas no **Relatório Anual de Sustentabilidade de 2021.**

As informações foram preparadas em conformidade com as Normas GRI: opção Essencial, da Global Reporting Initiative (GRI), atendendo, ainda, aos princípios do Relato Integrado, do Conselho Internacional para Relato Integrado (IIRC, na sigla em inglês). Adicionalmente, o relatório cumpre as determinações do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que norteia o Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão regulador de nossas atividades.

O estudo de **Materialidade,** utilizado no Relatório de 2021, foi realizado em 2019 pelo Grupo ISA e envolveu uma pesquisa com 985 representantes de nossos públicos de relacionamento: colaboradores, acionistas, investidores, profissionais de meios de comunicação, membros de associações e comunidades, clientes, analistas financeiros e representantes de Estado, de Organizações Não Governamentais (ONGs) e das novas gerações, em entrevistas por telefone, meios online, e grupos de discussão. Nas abordagens não foram mencionados temas e preocupações adicionais àqueles apresentados no escopo inicial da pesquisa pelo negócio.

O Relatório Anual de Sustentabilidade de 2021, contendo o estudo da materialidade, está disponível para consulta **aqui.**

A seguir, estão descritos os itens que compõem nossa Base de Preparação: - **limites organizacionais** considerados para o reporte das informações de sustentabilidade e as exceções a esses limites, quando aplicáveis; - **informações monetárias** reportadas e as informações contábeis em relação às Demonstrações Finananceiras; - os principais **sistemas utilizados para a coleta**, o registro e o reporte das informações de sustentabilidade e; os **critérios de reporte** para cada um dos indicadores da GRI Standards reportados.

2. Limites organizacionais e exceções no escopo de reporte

Neste item, detalhamos o escopo e suas exceções e os limites organizacionais da companhia descritos no Relatório Anual de Sustentabilidade de 2021.

O escopo do Relatório contempla os ativos em operação da ISA CTEEP e as subsidiárias nas quais possuímos participação integral (100%), exceto quando sinalizado em nota de rodapé. Também incluímos, ao longo do relato, alguns destaques de ativos em que detemos somente participação acionária e sobre os ativos em construção.

Em 2021, concluímos a aquisição da Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE), que passou a ser consolidada no resultado econômico-financeiro da Companhia a partir de março de 2021. Adicionalmente, concluímos dois projetos no ano, a Interligação Elétrica Aguapeí (IE Aguapeí) e a Subestação Lorena pelo empreendimento Interligação Elétrica (IE Itapura).

Todas as exceções e/ou alterações nos limites organizacionais de indicadores específicos listados na coluna "Exceções nos limites e período de reporte" da Tabela Indicadores e Critérios, estão disponibilizadas na própria Tabela do item 5 abaixo.

3. Informações contábeis, moedas e conversão

Para o Relatório Anual de Sustentabilidade de 2021, seguimos as orientações da Prestação Anual de Contas (PAC), do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) da ANEEL, no qual os resultados financeiros são demonstrados com base no societário, e não somente no regulatório, seguindo as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os dados econômico-financeiros estão apresentados no Relatório de 2021 de forma consolidada (subsidiárias integrais e das empresas com equivalência patrimonial), em alinhamento às nossas Demonstrações Financeiras do mesmo período, disponível para consulta **aqui.**

Vale ressaltar que nossas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2021 foram auditados por terceira parte independente.

Ainda com base nas Demonstrações Financeiras, para o Relatório de 2021, a moeda utilizada foi o real e não houve nenhuma conversão de valores.

4. Sistemas de reporte

Os principais sistemas utilizados para a obtenção dos dados primários que embasaram a construção dos indicadores reportados no Relatório Anual de Sustentabilidade de 2021 foram:

- **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade (SIS),** plataforma contratada pela ISA CTEEP para realizar gestão de indicadores e performance de sustentabilidade, realizando a obtenção dos dados que compõem os indicadores quantitativos reportados, sendo a área de Sustentabilidade responsável por gerir, consolidar os dados e administrar a ferramenta.

  As áreas operacionais e administrativas são responsáveis pela coleta, inserção e validação dos dados na plataforma. A periodicidade de inserção dos dados varia de acordo com os tipos, temas e demandas dos indicadores de processos e GRI, podendo ser mensal, trimestral ou anual.

- Especificamente para a gestão do indicador de hexafluoreto de enxofre (SF6) utilizamos, atualmente, o **SAP**, no qual as áreas técnicas e operacionais inserem as informações e depois repassam os dados consolidados para a área de Sustentabilidade. Está em fase de implementação a integração do SAP com o SIS para facilitar a gestão dos indicadores numa única ferramenta.

5. Detalhamento dos critérios de reporte

Este item contempla os critérios e premissas de reporte inclusos na “Tabela Indicadores e Critérios”, que foi elaborada seguindo as orientações da metodologia da PwC. Apresenta, ainda, os indicadores GRI *Standards* correspondentes ao nosso negócio, com a descrição e detalhamento dos critérios correspondentes a cada indicador, além de evidenciar as exceções e/ou alterações ocorridas nos limites e períodos do reporte (01 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021), quando aplicável.

Os conteúdos e indicadores definidos como obrigatórios para o reporte estão de acordo com as normas da GRI *Standards*, materialidade e disponíveis tanto ao longo do Relatório quanto na Tabela abaixo.

Buscando melhoria na transparência de nosso relato, neste ano, alguns indicadores foram reportados considerando não somente os ativos em operação, mas também toda cadeia de valor (projetos ainda em construção). Para estes casos foram indicadas notas explicativas no texto ou em rodapé.

Com relação às exceções e/ou alterações nos limites de reporte, estas foram inclusas e explicadas ao longo da tabela, quando aplicáveis a cada indicador.

Clique aqui para acessar a “Tabela Indicadores e Critérios”.

Indicador/ Disclosure/ Conteúdo GRI (Obs.: Foram consideradas as normas GRI Standards publicadas até setembro de 2021)	Nome	Descrição	Detalhamento do critério (Obs.: Aqui estão itens adicionais ao que a GRI já solicita, por exemplo se a GRI listou seis (a-f) itens para um indicador e considerarmos que o item b precisa de complementação, apenas o item b está nesta coluna, mas o reporte deverá considerar também os demais itens)	Exceções nos limites e período de reporte	Alterações nos limites e critérios desde o último reporte	Justificativa para as alterações nos limites e critérios desde o último reporte
102-1	Nome da Organização	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. Nome da organização.	a. Especificar se a empresa está reportando o nome fantasia ou a razão social.	n/a	n/a	n/a
102-7	Porte da organização	i., ii. e v.) Especificar o que está sendo contabilizado como "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizes, conselheiros, diretores, etc.), "operações" e "produtos ou serviços oferecidos". Considera-se apenas empregados próprios? Trata-se da média anual de empregados, ou é um espelho da data base? O que a empresa entende como operação? Em operações são consideradas unidades que já estão em funcionamento? O que caracteriza o funcionamento - unidades que já estão produzindo insumo e/ou entregando serviços? Em produtos e serviços oferecidos, considerou-se uma lista exaustiva ou apenas os principais?	i., ii. e v.) Especificar o que está sendo contabilizado como "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizes, conselheiros, diretores, etc.), "operações" e "produtos ou serviços oferecidos". Considera-se apenas empregados próprios? Trata-se da média anual de empregados, ou é um espelho da data base? O que a empresa entende como operação? Em operações são consideradas unidades que já estão em funcionamento? O que caracteriza o funcionamento - unidades que já estão produzindo insumo e/ou entregando serviços? Em produtos e serviços oferecidos, considerou-se uma lista exaustiva ou apenas os principais?	n/a	n/a	n/a
102-8	Informações sobre empregados e outros trabalhadores	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total de empregados por contrato de trabalho (permanentes e temporários), por gênero. b. Número total de empregados por contrato de trabalho (permanentes e temporários), por região. c. Número total de empregados por tipo de emprego (tempo integral ou período parcial), por gênero. d. Se uma parte significativa das atividades da organização é realizada por trabalhadores que não são empregados. Se aplicável, uma descrição da natureza e quantidade de trabalho realizado por trabalhadores que não são empregados. e. Quaisquer variações significativas nos números relatados nos Conteúdos 102-8-a, 102-8-b e 102-8-c (como variações sazonais nos setores de turismo ou agrícola). f. Uma explicação de como os dados foram compilados, inclusive quaisquer premissas adotadas.	Empregados: Trata-se da média anual de empregados, ou é o espelho de dezembro? (Obs.: o próprio indicador pede detalhamentos da premissa adotada) Outros conceitos a serem detalhados pela organização: "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizes, conselheiros, diretores, etc.) "trabalhadores" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: por qual regime de contratação e dentro de quais limites operacionais de atuação?) "tempo integral" "tempo parcial" d. Informar como a organização determina se uma parte significativa das suas atividades é realizada por trabalhadores que não são empregados (informar quais são os critérios considerados para se determinar se é significativo ou não e como o levantamento dessa informação é feito). Obs.: Conforme apresentado na letra "f" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Uma explicação de como os dados foram compilados, inclusive quaisquer premissas adotadas."	n/a	n/a	n/a
102-9	Cadeia de fornecedores	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. Uma descrição da cadeia de fornecedores da organização, incluindo seus principais elementos em relação às atividades da organização, suas principais marcas, seus principais produtos e serviços.	a. Informar o que a companhia entende por "principais elementos", "principais marcas", "principais produtos e serviços", assim como as categorias de fornecedores consideradas.	n/a	n/a	n/a
102-10	Mudanças significativas na organização e em sua cadeia de fornecedores	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Mudanças significativas no porte, estrutura, propriedade ou cadeia de fornecedores da organização, incluindo: i. Mudanças na localização ou nas operações da organização, tais como abertura, fechamento ou ampliação de instalações; ii. Mudança na estrutura do capital social e de outras atividades de formação, manutenção ou alteração de capital (para organizações do setor privado); iii. Mudanças na localização de fornecedores, na estrutura da cadeia de fornecedores ou nas relações com fornecedores, inclusive no seu processo de seleção e exclusão.	a. Especificar o critério adotado pela organização para definição de "mudanças significativas".	n/a	No reporte de 2020 havíamos previsto a realização de 100% do *Strategic Sourcing*, no entanto em 2021 chegamos a 70%.	Não foi possível alcançar 100% da estratégica ainda em 2021, devido aos desafios do fechamento da estratégia de contratação do grupo para um meio a um cenário de incertezas (COVID-19).
102-11	Princípio ou abordagem da precaução	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Se e como a organização aplica o princípio ou abordagem da precaução.	a. Informar o que a companhia entende por "princípio ou abordagem da precaução".	n/a	n/a	n/a
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. Uma descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	a. Fornecer uma breve descrição de quais são os critérios para a empresa determinar o que e quais são os principais impactos, riscos e oportunidades (eles são determinados em base no que? Em relação ao que? Qual o critério da companhia para determinar que eles são os principais?)	a. Projetos de Reforços e Melhorias não estão integrados nas análises empresariais	a. Revisão do apetite de risco financeiro e reputacional.	a. Revisão realizada para refletir o crescimento financeiro dos últimos anos.
102-22	Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês por: i. função executiva ou não executiva; ii. independência; iii. mandato dos membros do mais alto órgão de governança; iv. número de outras funções e compromissos importantes de cada indivíduo, bem como a natureza desses compromissos; v. gênero; vi. participação de grupos sociais sub-representados; vii. competências relacionadas a tópicos econômicos, ambientais e sociais; viii. participação de stakeholders.	Informar: a. Qual é o período considerado para o mandato da composição reportada? Informar se todos os membros são titulares ou se há também suplentes.	n/a	n/a	n/a
102-23	Presidente do mais alto órgão de governança	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Se o presidente do mais alto órgão de governança é também um diretor executivo da organização. b. Se o presidente for também um diretor executivo, descreva sua função na gestão da organização e os motivos para esse acúmulo de funções.	Informar qual o período considerado para o reporte do mandato do presidente considerado (ex: situação em 31/12, ao longo do ano, etc).	n/a	n/a	n/a
102-25	Conflitos de interesse	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir a prevenção e gestão de conflitos de interesse. b. Se conflitos de interesse são revelados aos stakeholders, incluindo, ao menos: i. Participação cruzada em outros órgãos de administração; ii. Participação acionária cruzada com fornecedores e outros stakeholders; iii. Existência de acionista controlador; iv. Divulgação de informações sobre partes relacionadas.	Definir o conceito adotado pela organização para "conflito de interesses".	n/a	n/a	n/a
102-30	Eficácia dos processos de gestão de risco	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. O papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos econômicos, ambientais e sociais.	Informar qual o critério da companhia para determinar a eficácia (ou Não) de um processo de gestão de risco (como a companhia determina se é eficaz ou Não? O que ela entende por eficácia nesse caso?)	n/a	n/a	n/a
102-33	Comunicação de preocupações cruciais	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. Processo adotado para comunicar preocupações cruciais ao mais alto órgão de governança.	a. Conceito de "preocupações cruciais" adotado pela organização.	n/a	n/a	n/a
102-34	Natureza e número total de preocupações cruciais	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Natureza e número total de preocupações cruciais comunicadas ao mais alto órgão de governança. b. Mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las.	a. Conceito de "preocupações cruciais" adotado pela organização.	n/a	n/a	n/a
102-36	Processo para determinação da remuneração	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Processo para determinação da remuneração. b. Se consultores de remuneração estão envolvidos na determinação de remunerações e se eles são independentes da administração. c. Quaisquer outras relações que os consultores de remuneração possuam com a organização.	a) qual remuneração está sendo considerada? Fixa, variável, remuneração base, remuneração incluindo benefícios, etc.			
102-37	Envolvimento dos stakeholders na remuneração	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Como são solicitadas e levadas em conta as opiniões dos stakeholders em relação à remuneração. b. Se aplicável, os resultados de votações sobre políticas e propostas de remuneração.	a) Opiniões em relação a quais tipos de remuneração? Fixa, variável, remuneração base, remuneração incluindo benefícios, etc.			
102-38	Proporção da remuneração total anual	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. Proporção entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possua operações significativas e a remuneração total anual média de todos os empregados (excluindo-se o mais bem pago) no mesmo país. 4.4 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 102-38, a organização relatora deverá, para cada país em que possua operações significativas: 4.4.1 identificar o indivíduo mais bem pago no período coberto pelo relatório, com base na remuneração total; 4.4.2 calcular a remuneração total anual média de todos os empregados, exceto o indivíduo mais bem pago; 4.4.3 calcular a proporção entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e a remuneração total anual média de todos os empregados.	a) apresentar a definição do que são consideradas: - "operações significativas"; - "remuneração total anual"; - "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizes, conselheiros, diretores, etc.); - "indivíduo mais bem pago" (se é definido pela pessoa ou pelo cargo, se considera alta administração/ comitês/ diretoria/ presidência ou se apenas empregados CLT, concursados, estatutários), determinando seus critérios e o motivo para esses critérios. Informar o racional (fórmula e seus componentes) utilizado pela companhia para o cálculo da proporção reportada.			
102-39	Proporção do aumento percentual na remuneração total anual	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. Proporção entre o aumento percentual na remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possua operações significativas e o aumento percentual médio na remuneração total anual de todos os empregados (excluindo-se o mais bem pago) no mesmo país. 4.6 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 102-39, a organização relatora deverá, para cada país em que possua operações significativas: 4.6.1 identificar o indivíduo mais bem pago no período coberto pelo relatório, com base na remuneração total; 4.6.2 calcular o aumento percentual na remuneração do indivíduo mais bem pago do período de relato anterior para o período atual; 4.6.3 calcular a remuneração total anual média de todos os empregados, exceto o indivíduo mais bem pago; 4.6.4 calcular o aumento percentual na remuneração total anual média do período de relato anterior para o período atual; 4.6.5 calcular a proporção entre o aumento percentual na remuneração total anual do indivíduo mais bem pago e o aumento percentual médio na remuneração total anual de todos os empregados.	a) apresentar a definição do que são consideradas - "operações significativas"; - "remuneração total anual"; "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizes, conselheiros, diretores, etc.); determinado seus critérios e o motivo para esses critérios. 4.6.2. especificar se o indivíduo mais bem pago do período de relato anterior é o mesmo do período coberto pelo relatório ou não. Informar o racional (fórmula e seus componentes) utilizado pela companhia para o cálculo da proporção reportada.			
102-41	Acordos de negociação coletiva	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva.	a. Definir o que está sendo contabilizado como "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizes, conselheiros, diretores, etc.)	n/a	n/a	n/a
102-49	Alterações no relato	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores na lista de tópicos materiais e em Limites de tópicos.	a) especificar o que é considerado como "alterações significativas". Quais os critérios para definir isso e motivo de adoção dos mesmos.	n/a	n/a	n/a
103-1	Explicação do tópico material e seu Limite	Para cada tópico material, a organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Uma explicação de por que o tópico é material. b. O Limite para o tópico material, que inclui uma descrição de: i. onde ocorrem os impactos; ii. o envolvimento da organização com os impactos. Por exemplo, se a organização causou ou contribuiu para os impactos, ou se está diretamente vinculada a esses impactos por meio de suas relações de negócio. c. Qualquer limitação específica quanto ao Limite do tópico.	Detalhar os critérios e premissas para determinar: b. i. onde ocorrem os impactos; b. ii. o nível de envolvimento da organização com os impactos.	n/a	n/a	n/a
201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. O valor econômico direto gerado e distribuído (EVG&D) em regime de competência, incluindo os componentes básicos das operações globais da organização listados abaixo. Se os dados forem apresentados no regime de caixa, relate a justificativa dessa decisão e os seguintes componentes básicos: i. Valor econômico direto gerado: receitas; ii. Valor econômico distribuído: custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao governo (por país) e investimentos na comunidade; iii. Valor econômico retido: "valor econômico direto gerado" menos "valor econômico distribuído". b. Quando significativo, relate o valor econômico gerado e distribuído separadamente por país, região ou mercado, e os critérios utilizados para definir essa relevância.	Especificar se o DVA está sendo apresentado conforme formato previsto nas Demonstrações Financeiras e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Se aplicável, listar quais são as empresas incluídas no DVA.	n/a	n/a	n/a
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Riscos e oportunidades apresentados pelas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais nas operações, receitas ou despesas, incluindo: i. uma descrição do risco ou da oportunidade e sua classificação como físico(a), regulatório(a) ou de outra natureza; ii. uma descrição do impacto associado ao risco ou à oportunidade; iii. as implicações financeiras do risco ou da oportunidade antes de serem tomadas medidas; iv. os métodos utilizados para gerenciar o risco ou a oportunidade; v. os custos das medidas tomadas para gerenciar o risco ou a oportunidade.	a. O conceito adotado pela organização para "mudanças substanciais". iii. as implicações financeiras do risco ou da oportunidade considerando qual horizonte de tempo e a aplicação de quais taxas de valor presente/futuro? v. os custos das medidas tomadas, sendo valores realizados ou provisionados? considerando qual horizonte de tempo?	n/a	No Relatório de 2020 esse indicador foi omitido por não possuirmos, na época, uma avaliação das implicações financeiras e outros riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas.	No período de 2021, cabe destacar que iniciamos um trabalho para implementação, de forma positiva, da gestão de riscos para eventos climáticos, com análise regional e integral, observando os diversos aspectos que podem influenciar sua materialização e o alcance de suas consequências em nossos ativos. A integração da análise na Gestão Integral de Riscos contribuirá para o levantamento de informações e como apoio na tomada de decisões de curto, médio e longo prazo com foco em minimizar, mitigar e/ou endencar iniciativas para adaptação aos efeitos adversos em nossa negócio e objetivos. O processo será concluído em 2022, em linha com o TCFD (Task Force on Climate-Related Financial Disclosures)
202-1	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Quando uma parcela significativa dos empregados for remunerada com base em salários sujeitos as regras do salário mínimo, relate a proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo, por gênero, em unidades operacionais importantes. b. Quando uma parcela significativa de outros trabalhadores (exceto os empregados) que realizam as atividades da organização for remunerada com base em salários sujeitos às regras do salário mínimo, descreva as medidas tomadas para determinar se esses trabalhadores são pagos acima do salário mínimo. c. Se um salário mínimo local não existe ou é variável em unidades operacionais importantes, por gênero. Em circunstâncias em que diferentes mínimos podem ser utilizados como referência, informe qual salário mínimo está sendo usado. d. A definição usada para "unidades operacionais importantes".	a. Definição do conceito adotado pela organização para: "parcela significativa". Salário mais baixo referente à qual categoria profissional (conforme definição do indicador 102-8)? Salário mínimo considerado a nível federal? b. Definição dos conceitos adotados pela organização para: "outros trabalhadores" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: por qual regime de contratação e dentro de quais limites operacionais de atuação?) e "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizes, conselheiros, diretores, etc.). Salário mínimo considerado a nível federal?			
203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. O nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que são significativos. b. Impactos atuais ou esperados nas comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos, quando relevantes. c. Se esses investimentos e serviços são comerciais, em espécie ou gratuitos.	a. Definição dos conceitos adotados pela organização para: "significativos", com relação a investimentos em infraestrutura e apoio a serviços . b. Definição dos conceitos adotados pela organização para: "impactos positivos", "impactos negativos" e "relevantes".	O projeto de baterias em Registro foi avaliado e aprovado pela ANEEL em 2021, mas sua implantação será concluída de 2022	Inclusão da aprovação de projetos inovadores e pioneiros, como o de Registro.	É importante destacar esse projeto pioneiro que visa fomentar o debate da inserção desse tipo de armazenamento na rede de transmissão. A tecnologia é capaz de contribuir com o avanço da descarbonização, da descentralização e da digitalização, pois facilita a inserção de fontes renováveis; reduz custos de operação e expansão do sistema, já que permite postergar a construção de grandes projetos, aumentar a integração de fontes energéticas econômicas e pode ser reutilizada em outros pontos do país que precisem de reforço no sistema elétrico.
203-2	Impactos econômicos indiretos significativos	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Exemplos de impactos econômicos indiretos significativos da organização já identificados, tanto positivos como negativos. b. A importância dos impactos econômicos indiretos no contexto de referências externas e prioridades para os stakeholders, tais como normas, protocolos e agendas de políticas nacionais e internacionais.	a. Definição do conceito adotado pela organização para: "impactos econômicos indiretos significativos".	n/a	n/a	n/a
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Percentual do orçamento de compras utilizado em unidades operacionais importantes que é gasto com fornecedores locais (tais como o percentual de produtos e serviços comprados localmente). b. A definição geográfica de "local" usada pela organização. c. A definição usada para "unidades operacionais importantes".	a. Informar o racional de cálculo (fórmula e seus componentes) utilizado para a porcentagem reportada. Informar se houver alguma categoria de fornecedor não considerada no cálculo.			
205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total e percentual de operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção. b. Riscos significativos relacionados a corrupção identificados por avaliação de riscos.	a. Definição do conceito adotado pela organização para "operações" e esclarecimento sobre se o conceito é o mesmo adotado no indicador 102-7. Descrição das atividades (comporão as avaliações citadas no indicador. b. Definição do conceito adotado pela organização para: "riscos significativos".	n/a	n/a	n/a
205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total e percentual de membros do órgão de governança aos quais foram comunicados as políticas e os procedimentos de combate à corrupção adotados pela organização, discriminados por região. b. Número total e percentual de empregados aos quais foram comunicados as políticas e os procedimentos de combate à corrupção adotados pela organização, discriminados por categoria funcional e região. c. Número total e percentual de parceiros de negócios aos quais foram comunicados as políticas e os procedimentos de combate à corrupção adotados pela organização, discriminados por tipo de parceiro e região. Descreva se as políticas e os procedimentos de combate à corrupção da organização foram comunicados a quaisquer outras pessoas ou organizações. d. Número total e percentual de membros do órgão de governança que receberam capacitação em combate à corrupção, discriminados por região. e. Número total e percentual de empregados que receberam capacitação em combate à corrupção, discriminados por categoria funcional e região.	Explicar se os números e percentuais reportados no indicador referem-se ao período de reporte apenas ou se consideram bases acumuladas de comunicação/capacitação de anos anteriores. a., b. e c. Definição do conceito adotados pela organização para: "comunicação das políticas e procedimentos de combate à corrupção" (quais atividades compõem a base de comunicação e como são contabilizadas?) -"empregados" (categorias profissionais contidas ou Não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizes, conselheiros, diretores, etc.) -"parceiros de negócios". b e e. Detalhar como foram estratificadas as categorias funcionais. d. e e. Definição do conceito adotado pela organização para: "capacitação em combate à corrupção" (quais atividades compõem a base de capacitação e como são contabilizadas?) "empregados" (categorias profissionais contidas ou Não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizes, conselheiros, diretores, etc.)	n/a	Sim	Lançamento do novo Código de Ética e Conduta aprovado pelo Conselho de Administração e atingimento de mais de 97% de realização do treinamento e-learning de ética e aceite aos termos de compromisso do Código.
205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total e natureza dos casos confirmados de corrupção. b. Número total de casos confirmados em que empregados foram demitidos ou punidos por corrupção. c. Número total de casos confirmados em que contratos com parceiros de negócios foram rescindidos ou não renovados em decorrência de violações relacionadas à corrupção. d. Processos judiciais relacionados à corrupção movidos contra a organização ou seus empregados no período coberto pelo relatório e o resultado desses processos.	a. Definição dos conceitos adotados pela organização para: "casos confirmados" e "corrupção". b. e d. Definição do conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou Não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizes, conselheiros, diretores, etc.).	n/a	n/a	n/a
206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número de ações judiciais pendentes ou encerradas durante o período coberto pelo relatório referentes a concorrência desleal e violações de leis antitruste e antimonopólio em que a organização tenha sido identificada como participante. b. Principais resultados das ações judiciais concluídas, incluindo quaisquer decisões ou sentenças.	a. Descrever o que compõs a base de ações judiciais referentes a concorrência desleal e violações de leis antitruste e antimonopólio utilizada pela organização (ex.: categorias filtradas nos sistemas internos de busca). b. Descrever o que são considerados como "principais resultados".	n/a	n/a	n/a
301-1	Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Peso ou volume total de materiais utilizados para produzir e embalar os principais produtos e serviços da organização no decorrer do período coberto pelo relatório, discriminados por: i. materiais não renováveis utilizados; ii. materiais renováveis utilizados.	a. racional de cálculo (fórmula e seus componentes) para o reporte de peso/volume (ex.: algum grau de estimativa?); conceito adotado pela organização para "principais produtos e serviços". i e ii. conceito adotado pela organização para "materiais renováveis" e "materiais não renováveis".			
301-2	Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. Percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados na fabricação de seus principais produtos e serviços. 2.2 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 301-2, a organização relatora deverá: 2.2.1 usar o peso ou volume total de materiais utilizados conforme especificado no Conteúdo 301-1; 2.2.2 calcular o percentual de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados aplicando a seguinte fórmula: (VIDE FÓRMULA NA NORMA)	a. conceito adotado pela organização para "principais produtos e serviços". 2.2.2. racional de cálculo (fórmula e seus componentes) para o reporte do "Total de matérias-primas ou materiais reciclados utilizados" (ex.: algum grau de estimativa?).			
301-3	Produtos e suas embalagens recuperados	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Percentual de produtos e suas embalagens recuperados para cada categoria de produto. b. Como os dados usados para compor este conteúdo foram coletados. 2.4 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 301-3, a organização relatora deverá: 2.4.1 excluir produtos rejeitados e recalls; 2.4.2 calcular o percentual de produtos e suas embalagens recuperados para cada categoria de produto aplicando a seguinte fórmula: (VIDE FÓRMULA NA NORMA)	a. conceito adotado pela organização para "produtos e embalagens recuperados". i e ii. racional de cálculo (fórmula e seus componentes) para o reporte dos itens "Produtos e suas embalagens recuperados durante o período coberto pelo relatório" e "Produtos vendidos no período coberto pelo relatório" (ex.: algum grau de estimativa?).			

Indicador/ Disclosure/ Conteúdo GRI (Obs.: Foram consideradas as normas GRI Standards publicadas até setembro de 2021)	Nome	Descrição	Detalhamento do critério (Obs.: Aqui estão itens adicionais ao que a GRI já solicita, por exemplo se a GRI trouxe seis (a-f) itens para um indicador e consideramos que o item b precisa de complementação, apenas o item b está nesta coluna, mas o reporte deverá considerar também os demais itens)	Exceções nos limites e período de reporte	Alterações nos limites e critérios desde o último reporte	Justificativa para as alterações nos limites e critérios desde o último reporte
302-1	Consumo de energia dentro da organização	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Consumo total de combustíveis dentro da organização oriundos de fontes Não renováveis, em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados. b. Consumo total de combustíveis dentro da organização oriundos de fontes renováveis, em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados. c. Em joules, watts-hora ou múltiplos, o total do seguinte: i. consumo de eletricidade ii. consumo de aquecimento iii. consumo de resfriamento iv. Consumo de vapor d. Em joules, watts-hora ou múltiplos, o total do seguinte: i. eletricidade vendida ii. aquecimento vendido iii. resfriamento vendido iv. vapor vendido e. Consumo total de energia dentro da organização em joules ou seus múltiplos. f. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. g. Fonte dos fatores de conversão usados. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 302-1, a organização relatora deverá: 2.1.1 evitar a contagem dupla do consumo de combustíveis ao relatar consumo de energia autoprazada. Se a organização gera eletricidade a partir de fontes de combustível Não-renováveis ou renováveis e depois consome a eletricidade gerada, o consumo de energia deverá ser contado apenas uma vez dentro de consumo de combustíveis; 2.1.2 relatar o consumo de combustíveis separadamente por fontes de combustível Não renováveis e renováveis;	Especificar os critérios para determinar o que é energia consumida dentro da organização, para as diferentes fontes de energia. Exemplo: todas as operações próprias, escritórios próprios ou andares de prédios alugados, etc. Obs.: Conforme apresentado na letra "f" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas."	Em 2020 foi desativado o consumo de energia da instalação do jato de areia da Regional Cabreúva e o Consumo da SE Itapetininga passou a ser exclusivamente do serviço auxiliar e não mais da concessionária de energia.	Em 2021 incluímos o monitoramento da SE Governador Valadares e SE Lorena	Em 2021 incluímos o monitoramento da SE Governador Valadares que não havia medidor instalado no ano de 2020, monitoramento inicíou em fevereiro/21 e SE Lorena que entrou em operação em 2021 e passou a ser monitorada a partir de jun/21.
302-2	Consumo de energia fora da organização	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Consumo de energia fora da organização, em joules ou seus múltiplos. b. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. c. Fonte dos fatores de conversão utilizados. 2.3 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 302-2, a organização relatora deverá excluir a energia consumida relatada no Conteúdo 302-1.	Especificar os critérios para determinar o que é energia consumida fora da organização detalhando se são contabilizada todas as fontes de consumo de energia ou se é de conhecimento que alguma fonte não estaja contemplada. Obs.: Conforme apresentado na letra "b." do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas."			
302-4	Redução do consumo de energia	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Volume das reduções do consumo de energia obtidas diretamente em decorrência de melhorias na conservação e eficiência, em joules ou seus múltiplos. b. Tipos de energia incluídos nas reduções: se combustível, eletricidade, aquecimento, resfriamento, vapor ou todos. c. A base usada para o cálculo das reduções do consumo de energia, como ano-base ou linha de base, incluindo a justificativa para sua escolha. d. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. 2.7 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 302-4, a organização relatora deverá: 2.7.1 excluir as reduções resultantes da diminuição da capacidade de produção ou terceirização das atividades; 2.7.2 descrever se a redução de energia é estimada, modelada ou proveniente de medições diretas. Se for usada uma estimativa ou modelagem, a organização deverá relatar os métodos utilizados.	Conforme apresentado na letra "d." do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas."	n/a	Em 2021 incluímos o monitoramento da SE Governador Valadares que não havia medidor instalado no ano de 2020, monitoramento inicíou em fevereiro/21 e SE Lorena que entrou em operação em 2021 e passou a ser monitorada a partir de jun/21.
302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços vendidos durante o período coberto pelo relatório, em joules ou seus múltiplos. b. Base usada para calcular a redução do consumo de energia, como o ano-base ou linha de base, incluindo a justificativa para sua escolha. c. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas.	a. Apresentar o conceito adotado pela organização para "reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços vendidos". Obs.: Conforme apresentado na letra "c" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas."			
303-3	Captação de água	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Captação total de água em todas as áreas em megalitros, discriminando este total pelas seguintes fontes, se aplicável: i. Água de superfície; ii. Água subterrânea; iii. Água do mar; iv. Água produzida; v. Água de terceiros. b. Captação total de água em todas as áreas com estresse hídrico em megalitros, discriminando este total nas seguintes fontes, se aplicável: i. Água de superfície; ii. Água subterrânea; iii. Água do mar; iv. Água produzida; v. Água de terceiros, discriminando este total pelas fontes de captação listadas nos itens i a iv. c. Dados discriminados da captação total de água de cada uma das fontes listadas nos Conteúdos 303-3-a e 303-3-b em megalitros, separados nas seguintes categorias: i. Água doce (sólidos dissolvidos totais ≤1.000 mg/L); ii. Outros tipos de água (sólidos dissolvidos totais >1.000 mg/L). d. Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 303-3, a organização relatora deverá usar ferramentas e metodologias disponíveis ao público e confiáveis para a avaliação do estresse hídrico na área.	b. Informar qual é o critério utilizando pela companhia em seu entendimento do que são "áreas com estresse hídrico". c. i e ii. Informar como a companhia mensura as informações sobre "sólidos dissolvidos". 2.1. Informar quais as ferramentas e metodologias utilizadas para compilar as informações referentes a estresse hídrico. Obs.: Conforme apresentado na letra "d" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas."			
303-4	Descarte de água	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Descarte total de água em todas as áreas em megalitros, discriminando esse total pelos seguintes tipos de destinação, se aplicável: i. Água de superfície; ii. Água subterrânea; iii. Água do mar; iv. Água de terceiros, e o volume desse total enviado para uso para outras organizações, se aplicável. b. Uma discriminação do descarte total de água em todas as áreas em megalitros, separada pelas seguintes categorias: i. Água doce (sólidos dissolvidos totais ≤1.000 mg/L); ii. Outros tipos de água (sólidos dissolvidos totais >1.000 mg/L). c. Descarte total de água em todas as áreas com estresse hídrico em megalitros e uma discriminação desse total separada pelas seguintes categorias: i. Água doce (sólidos dissolvidos totais ≤1.000 mg/L); ii. Outros tipos de água (sólidos dissolvidos totais >1.000 mg/L). d. Substâncias prioritárias que suscitam preocupação para as quais há tratamento do descarte, incluindo: i. como as substâncias prioritárias que suscitam preocupação foram definidas e as normas internacionais, listas reconhecidas internacionalmente ou critérios utilizados; ii. a abordagem para estabelecer os limites de descarte para substâncias prioritárias que suscitam preocupação; iii. número de casos de não-conformidade com os limites de descarte. e. Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados tais como normas metodologias e premissas adotadas	b.i, b.ii, c.i e c.ii. Informar como a companhia mensura as informações sobre "sólidos dissolvidos". c. Informar qual é o critério utilizando pela companhia para determinar o que são "áreas com estresse hídrico". d. Informar qual o critério da companhia para determinar o que são "substâncias prioritárias que suscitam preocupação". 2.3. Informar quais as ferramentas e metodologias utilizadas para compilar as informações referentes a estresse hídrico. Obs.: Conforme apresentado na letra "e" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas."			
303-5	Consumo de água	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Consumo total de água de todas as áreas em megalitros. b. Consumo total de água de todas as áreas com estresse hídrico em megalitros. c. Mudanças no armazenamento de água em megalitros, se o armazenamento de água foi identificado como causador de um impacto significativo relacionado à água. d. Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas, inclusive se as informações foram calculadas, estimadas, modeladas ou provenientes de medições diretas, bem como a abordagem adotada para esse fim, como o uso de fatores específicos ao setor.	b. Informar qual é o critério utilizando pela companhia para determinar o que são "áreas com estresse hídrico". c. Informar qual o critério para determinar "impacto significativo". Obs.: Conforme apresentado na letra "d" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas, inclusive se as informações foram calculadas, estimadas, modeladas ou provenientes de medições diretas, bem como a abordagem adotada para esse fim, como o uso de fatores específicos ao setor."	n/a	Em 2021 incluímos o monitoramento de água nas seguintes instalações: SE Lorena, SE Aimorés, SE Colinas, SE Governador Valadares, SE Mesquita, SE Neves 1, SE Ribeiro Gonçalves, SE São João do Piauí e SE Tubarão Sul	Em 2021 incluímos o monitoramento das SE Aimorés, SE Colinas, SE Governador Valadares, SE Mesquita, SE Neves 1, SE Ribeiro Gonçalves, SE São João do Piauí e SE Tubarão Sul que entraram em operação em 2020 e SE Lorena que entrou em operação em 2021.
304-1	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Para cada unidade operacional própria, arrendada ou gerida dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental: i. Localização geográfica; ii. Áreas superficiais e subterrâneas próprias, arrendadas ou geridas pela organização; iii. Posição em relação à área de proteção ambiental (dentro da área, nas suas adjacências ou abrangendo partes da área de proteção ambiental) ou à área de alto valor de biodiversidade situada fora de áreas de proteção ambiental; iv. Tipo de operação (escritório, fabricação/produção ou operação extrativa); v. Tamanho da unidade operacional em km2 (ou outra unidade, se apropriada); vi. Valor de biodiversidade caracterizado pelo atributo da área de proteção ambiental ou área de alto valor de biodiversidade situada fora da área de proteção ambiental (ecossistema terrestre, de água doce ou marinho); vii. Valor de biodiversidade caracterizado pela presença em lista de proteção (como do Sistema IUCN de Categorias de Gestão de Áreas de Proteção Ambiental, da Convenção de Ramsar, da legislação nacional).	a. conceito adotado pela organização para "unidade operacional própria, arrendada ou gerida", "áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade" e, de fonte: SNUC. vi. premissas adotadas para a definição do "Valor de biodiversidade caracterizado pelo atributo da área de proteção ambiental ou área de alto valor de biodiversidade". vii. premissas adotadas para a definição do "Valor de biodiversidade caracterizado pela presença em lista de proteção".	n/a	Para esse indicador, em 2021 foram considerados os empreendimentos ÁA CTEEP (linhas de transmissão e subestações) que transpassam por unidades de conservação de proteção integral. Em 2020 foram considerados os empreendimentos ÁA CTEEP (linhas de transmissão e subestações) que transpassam por unidades de conservação de uso sustentável. Nesse sentido, buscando um alinhamento de expectativas, em 2021 reportou-se apenas os empreendimentos que transpassam unidades de conservação de proteção integral.	Em 2020, após sem insentos os dados quanto a esse indicador, foi decidido reduzir apenas os empreendimentos ÁA CTEEP que transpassam por unidades de conservação de proteção integral, desconsiderando assim os empreendimentos que transpassam por unidades de conservação de uso sustentável. Nesse sentido, buscando um alinhamento de expectativas, em 2021 reportou-se apenas os empreendimentos que transpassam unidades de conservação de proteção integral.
304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Natureza de impactos diretos e indiretos significativos na biodiversidade em relação a um ou mais dos seguintes pontos: i. Construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes; ii. Poluição (introdução de substâncias que não ocorrem naturalmente no habitat, oriundas de fontes pontuais e não pontuais); iii. Introdução de espécies invasoras, pragas e agentes patogênicos; iv. Redução de espécies; v. Conversão de habitats; vi. Mudanças em processos ecológicos fora da faixa natural de variação (ex.: salinidade ou mudanças no nível da água subterrânea). b. Impactos diretos e indiretos significativos, tanto positivos como negativos, em relação ao seguinte: i. Espécies afetadas; ii. Extensão das áreas impactadas; iii. Duração dos impactos; iv. Reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos.	a. e b. conceito adotado pela organização para "impactos diretos e indiretos significativos".	n/a	n/a	n/a
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Tamanho e localização de todas as áreas de habitat, sejam elas áreas de proteção ambiental ou áreas restauradas, e se o sucesso das medidas de restauração foi aprovado por especialistas externos independentes. b. Se há parcerias com terceiros para proteger ou restaurar áreas de habitat diferentes daquelas nas quais a organização supervisionou e implementou medidas de restauração ou proteção. c. Status de cada área com base em sua condição no final do período coberto pelo relatório. d. Normas, metodologias e premissas adotadas.	a. Especificar o que consideram como "especialistas externos independentes". Conforme apresentado na letra "d" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Normas, metodologias e premissas adotadas."	n/a	n/a	n/a
304-4	Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN (International Union for Conservation of Nature – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais) e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção: i. Criticamente ameaçadas de extinção ii. Ameaçadas de extinção iii. Vulneráveis iv. Quase ameaçadas v. Pouco preocupantes	a. no caso da lista da IUCN, especificar a data considerada para o levantamento; no caso de demais listas nacionais, especificar qual e a data considerada para o levantamento.	n/a	n/a	n/a
305-1	Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Total de emissões diretas (Escopo 1) de GEE em toneladas métricas de CO2 equivalente. b. Gases incluídos no cálculo; se CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos. c. Emissões biogênicas de CO2 em toneladas métricas de CO2 equivalente. d. Ano-base para o cálculo, se aplicável, incluindo: i. a justificativa para sua escolha; ii. emissões no ano-base; iii. O contexto de quaisquer mudanças significativas em emissões que geraram a necessidade de novos cálculos de emissões no ano-base. e. Fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) usados ou uma referência à fonte de GWP. f. A abordagem de consolidação escolhida para as emissões; se participação acionária, controle financeiro ou controle operacional. g. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-1, a organização relatora deverá: 2.1.1 excluir todas as negociações do mercado de carbono do cálculo de total de emissões diretas (Escopo 1) de GEE; 2.1.2 relatar as emissões biogênicas de CO2 derivadas da queima ou biodegradação de biomassa separadamente do total de emissões diretas (Escopo 1) de GEE. Excluir as emissões biogênicas de outros tipos de GEE (como CH4 e N2O) e emissões biogênicas de CO2 que ocorram no ciclo de vida da biomassa e que Não procedam da queima ou da biodegradação (como emissões de GEE derivadas do processamento ou transporte de biomassa).	Conforme apresentado na letra "g" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas."	Para as fontes de emissão escopo 1 não houveram excluídas no escopo no período.	Para as fontes de emissão escopo 1 - Combustível: houve a ampliação de 11 veículos na frota. SF6, compensadores síncronos e recarga de extintores não houveram alterações do escopo no período. Houve atualização no fator de emissão do hexafluoreto de enxofre (SF6), metano e óxido nitroso.	Combustível: Aquisição de 11 veículos na frota para atendimento aos empreendimentos em construção/operação. Fator de emissão: conforme publicação da nota técnica do GHG utilizamos a versão 4#5.
305-2	Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Total de emissões indiretas (Escopo 2) de GEE provenientes da aquisição de energia em toneladas métricas de CO2 equivalente calculadas com base na localização. b. Se aplicável, o total de emissões indiretas de GEE (Escopo 2) provenientes da aquisição de energia em toneladas métricas de CO2 equivalente calculadas com base no mercado. c. Se disponível, os gases incluídos no cálculo; se CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos. d. Ano-base para o cálculo, se aplicável, incluindo: i. a justificativa para sua escolha; ii. emissões no ano-base; iii. o contexto de quaisquer mudanças significativas em emissões que geraram a necessidade de novos cálculos de emissões no ano-base. e. Fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) usados ou uma referência à fonte de GWP. f. A abordagem de consolidação adotada para as emissões; se participação acionária, controle financeiro ou controle operacional. g. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. 2.3 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-2, a organização relatora deverá: 2.3.1 excluir todas as negociações do mercado de carbono do cálculo do total de emissões indiretas (Escopo 2) de GEE provenientes da aquisição de energia; 2.3.2 excluir outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE, que são relatadas no Conteúdo 305-3; 2.3.3 contabilizar e relatar as emissões indiretas (Escopo 2) de GEE provenientes da aquisição de energia de acordo com o método baseado na localização, se tver operações em mercados nos quais Não existam dados específicos de produtos ou fornecedores; 2.3.4 contabilizar e relatar as emissões indiretas (Escopo 2) de GEE provenientes da	Conforme apresentado na letra "g" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas."	n/a	Atualização no fator de emissão de energia. Inclusão das seguintes empresas: IE Tibagi, IE Itapura, IE Aquapei, IE Itaquere	Conforme atualização da ferramenta GHG versao 2022.01 As empresas entraram em operação em 2021.
305-3	Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Total de outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE em toneladas métricas de CO2 equivalente. b. Se disponível, os gases incluídos no cálculo; se CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos. c. Emissões biogênicas de CO2 em toneladas métricas de CO2 equivalente. d. Outras categorias e atividades de emissões indiretas (Escopo 3) de GEE incluídas no cálculo. e. Ano-base para o cálculo, se aplicável, incluindo: i. a justificativa para sua escolha; ii. emissões no ano-base; iii. o contexto de quaisquer mudanças significativas em emissões que geraram a necessidade de novos cálculos de emissões no ano-base. f. Fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) usados ou uma referência à fonte de GWP. g. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. 2.5 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-3, a organização relatora deverá: 2.5.1 excluir quaisquer negociações do mercado de carbono do cálculo do total de outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE; 2.5.2 excluir emissões indiretas (Escopo 2) de GEE, que são relatadas no Conteúdo 305-2; 2.5.3 relatar as emissões biogênicas de CO2 derivadas da queima ou biodegradação de biomassa que ocorrem em sua cadeia de valor separadamente do total de outras emissões indiretas (Escopo 3) de GEE. Excluir as emissões biogênicas de outros tipos de GEE (como CH4 e N2O) e emissões biogênicas de CO2 que ocorram no ciclo de vida da biomassa e que Não procedam da queima ou da biodegradação (como emissões de GEE derivadas do processamento ou transporte de biomassa).	e.iii. Definir o conceito de "mudanças significativas". Conforme apresentado na letra "g" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas."	n/a	Atualização no fator de emissão de energia.	Conforme ferramenta GHG versao 2022.1.0
305-5	Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Redução de emissões de GEE como resultado direto de iniciativas de redução, em toneladas métricas de CO2 equivalente. b. Gases incluídos no cálculo; se CO2, CH4, N2O, HFCs, PFCs, SF6, NF3 ou todos. c. Ano-base ou linha de base, incluindo a justificativa para sua escolha. d. Escopos em que as reduções ocorreram: se emissões diretas (Escopo 1), indiretas (Escopo 2) provenientes de aquisição de energia e/ou outras emissões indiretas (Escopo 3). e. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. 2.9 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-5, a organização relatora deverá: 2.9.1 excluir as reduções resultantes de diminuição da capacidade de produção ou de terceirização; 2.9.2 usar o método de Inventário ou de projeto para contabilizar as reduções; 2.9.3 calcular o total de redução das emissões de GEE de uma iniciativa pela soma de seus efeitos primários associados e quaisquer efeitos secundários significativos; 2.9.4 se relatar dois ou mais tipos de Escopo, indicar separadamente as reduções para cada um; 2.9.5 relatar separadamente as reduções provenientes de compensações (offsets).	Conforme apresentado na letra "e" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas." 2.9.3. Definir os conceitos de "efeitos primários associados" e "efeitos secundários significativos".	n/a	n/a	n/a
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio (SDO)	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Produção, importação e exportação de SDO em toneladas métricas de CFC-11 (triclorononafluorometano) equivalente. b. Substâncias incluídas no cálculo. c. Fonte dos fatores de emissão usados. d. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. 2.11 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-6, a organização relatora deverá: 2.11.1 calcular a produção de SDO como a quantidade de SDO produzida, menos a quantidade destruída por tecnologias aprovadas e menos a quantidade totalmente utilizada como matéria-prima na fabricação de outros produtos químicos; (VIDE FÓRMULA NA NORMA) 2.11.2 excluir as SDO recicladas e reutilizadas.	Conforme apresentado na letra "d" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas."			
305-7	Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Emissões atmosféricas significativas, em quilogramas ou seus múltiplos, para cada uma das seguintes categorias: i. NOX ii. SOX iii. Poluentes orgânicos persistentes (POP) iv. Compostos orgânicos voláteis (COV) v. Poluentes atmosféricos perigosos (HAP, na sigla em inglês) vi. Material particulado (MP) vii. Outras categorias-padrão de emissões atmosféricas identificadas em leis e regulamentos relevantes b. Fonte dos fatores de emissão usados. c. Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas. 2.13 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 305-7, a organização relatora deverá escolher uma das seguintes abordagens para calcular as emissões atmosféricas significativas: 2.13.1 Medição direta de emissões (como analisadores contínuos na linha de produção); 2.13.2 Cálculo baseado em fatores específicos do local; 2.13.3 Cálculo baseado em fatores de emissão publicados; 2.13.4 Estimativa. Se forem feitas estimativas devido à falta de valores-padrão, a organização deverá indicar em que base os valores foram estimados.	a. Definir o conceito de "Emissões atmosféricas significativas". Conforme apresentado na letra "c" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas."			
306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Para os impactos significativos – reais e potenciais – relacionados a resíduos, uma descrição de: i. entradas, atividades e saídas que causam ou poderiam causar esses impactos; ii. se esses impactos estão relacionados a resíduos gerados nas próprias atividades da organização ou a resíduos gerados upstream ou downstream na sua cadeia de valor.	a. conceito adotado pela organização para "impactos significativos – reais e potenciais".			

Indicador/ Disclosure/ Conteúdo GRI (Obs.: Foram consideradas as normas GRI Standards publicadas até setembro de 2021)	Nome	Descrição	Detalhamento do critério (Obs.: Aqui estão itens adicionais ao que a GRI já solicita, por exemplo se a GRI listou seis (a-f) itens para um indicador e considerarmos que o item b precisa de complementação, apenas o item b está nesta coluna, mas o reporte deverá considerar também os demais itens)	Exceções nos limites e período de reporte	Alterações nos limites e critérios desde o último reporte	Justificativa para as alterações nos limites e critérios desde o último reporte
306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Medidas tomadas, inclusive medidas de circularidade, para evitar a geração de resíduos nas próprias atividades da organização e upstream e downstream em sua cadeia de valor, e também para gerir impactos significativos dos resíduos gerados; b. Se os resíduos gerados pela organização em suas próprias atividades são gerenciados por um terceiro, uma descrição do processo usado para determinar se o gerenciamento dos resíduos é realizado em conformidade com obrigações contratuais ou legais. Os processos usados para coletar e monitorar dados relacionados a resíduos.	a. Informar o que a companhia entende por "impactos significativos dos resíduos gerados" e os critérios para determinar quais impactos são ou não significativos.			
306-3	Resíduos gerados	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Peso total dos resíduos gerados em toneladas métricas e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. b. Informações contextuais necessárias para entender os dados e como os dados foram compilados. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 306-3-a, a organização relatora deverá: 2.1.1 excluir os efluentes, salvo se for exigido pela legislação nacional que sejam relatados dentro do total de resíduos; 2.1.2 usar 1000 quilogramas como medida para uma tonelada métrica.	Conforme apresentado na letra "b" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Informações contextuais necessárias para entender os dados e como os dados foram compilados."	Não houve exceções. A destinação ocorre conforme a demanda, em 2021 nem todas as localidades destinação de resíduos	Não houve alterações. A destinação ocorre conforme a demanda, em 2021 nem todas as localidades destinação de resíduos.	n/a
306-4	Resíduos não destinados para disposição final	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Peso total em toneladas métricas dos resíduos não destinados para disposição e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. b. Peso total em toneladas métricas dos resíduos perigosos não destinados para disposição e uma discriminação deste total pelas seguintes operações de recuperação: i. Preparação para reutilização; ii. Reciclagem; iii. Outras operações de recuperação. c. Peso total em toneladas métricas dos resíduos não perigosos não destinados para disposição e uma discriminação desse total pelas seguintes operações de recuperação: i. Preparação para reutilização; ii. Reciclagem; iii. Outras operações de recuperação. d. Para cada operação de recuperação citada nos Conteúdos 306-4-b e 306-4-c, uma discriminação do peso total em toneladas métricas dos resíduos perigosos e dos resíduos não perigosos não destinados para disposição: i. dentro da organização; ii. fora da organização. e. Informações contextuais necessárias para entender os dados e como os dados foram compilados. 2.2 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 306-4, a organização relatora deverá: 2.2.1 excluir os efluentes, salvo se for exigido pela legislação nacional que sejam relatados dentro do total de resíduos; 2.2.2 usar 1000 quilogramas como medida para uma tonelada métrica.	Conforme apresentado na letra "a" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Informações contextuais necessárias para entender os dados e como os dados foram compilados."			
306-5	Resíduos destinados para disposição final	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Peso total em toneladas métricas dos resíduos destinados para disposição e uma discriminação desse total por composição dos resíduos. b. Peso total em toneladas métricas dos resíduos perigosos destinados para disposição e uma discriminação desse total pelas seguintes operações de disposição: i. Incineração (com recuperação de energia); ii. Incineração (sem recuperação de energia); iii. Confinamento em aterro; iv. Outras operações de disposição. c. Peso total em toneladas métricas dos resíduos não perigosos destinados para disposição e uma discriminação desse total pelas seguintes operações de disposição: i. Incineração (com recuperação de energia); ii. Incineração (sem recuperação de energia); iii. Confinamento em aterro; iv. Outras operações de disposição. d. Para cada operação de disposição citada nos Conteúdo 306-5-b e 306-5-c, uma discriminação do peso total em toneladas métricas dos resíduos perigosos e dos resíduos não perigosos destinados para disposição: i. dentro da organização; ii. fora da organização. e. Informações contextuais necessárias para entender os dados e como os dados foram compilados. 2.4 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 306-5, a organização relatora deverá: 2.4.1 excluir os efluentes, salvo se for exigido pela legislação nacional que sejam relatados dentro do total de resíduos; 2.4.2 usar 1000 quilogramas como medida para uma tonelada métrica	Conforme apresentado na letra "a" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Informações contextuais necessárias para entender os dados e como os dados foram compilados."			
307-1	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Multas significativas e sanções Não monetárias resultantes da Não conformidade com leis e/ou regulamentos ambientais em termos de: i. valor monetário total das multas significativas; ii. número total de sanções Não monetárias; iii. processos movidos por meio de mecanismos de arbitragem. b. Se a organização Não tiver identificado nenhum caso de Não conformidade com leis e/ou regulamentos ambientais, uma breve declaração desse fato será suficiente.	a. conceito adotado pela organização para "Multas significativas" e as premissas consideradas para "Não conformidade com leis e/ou regulamentos ambientais" (ex.: categorias filtradas nos sistemas internos de busca).	n/a	Incluída a subsidiária IE Itaúnas em 2021	Reporte feito englobando a ISA CTEEP + subsidiárias 100% (IE Itaúnas entrou em operação em 2021).
308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. Percentual de novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais.	a. conceito adotado pela organização para "novos fornecedores" e "critérios ambientais" e as premissas para a seleção. Informar a racional (fórmula e seus componentes) utilizado para o cálculo da percentagem.	Para o ano de 2021 não está sendo considerado os dados da IE Riacho Grande, visto que a empresa foi constituída no final de 2021, desta forma, ainda não temos indicadores para suportar as informações necessárias.	No relatório de 2020 foram considerados os indicadores da ISA CTEEP e das Subsidiárias - IE Evrecy, IE Serra do Jaci, IE Minas Gerais, IE Norte Nordeste, IE Pinheiros e IE Sul. No relatório de 2021, além das empresas acima citadas foram incluídas as informações das Subsidiárias IE Aquapeí, IE Itaúnas, IE Biguaçu, IE Tibagi, IE Itapura e IE Itaquerê.	Foram incluídas as instalações que entraram em operação em 2021 e também em construção
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número de fornecedores avaliados com relação aos impactos ambientais. b. Número de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos reais e potenciais. c. Impactos ambientais negativos significativos – reais e potenciais – identificados na cadeia de fornecedores. d. Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos – reais e potenciais – com os quais foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada. e. Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos significativos – reais e potenciais – com os quais a organização encerrou as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento.	Definir como foi composta a base de fornecedores total considerada nos reportes. a. conceito adotado pela organização para "avaliação de fornecedores quanto a seus impactos ambientais". b. e d. conceito adotado pela organização para "Impactos ambientais negativos reais e potenciais". c. e e. conceito adotado pela organização para "Impactos ambientais negativos significativos – reais e potenciais".	Para o ano de 2021 não está sendo considerado os dados da IE Riacho Grande, visto que a empresa foi constituída no final de 2021, desta forma, ainda não temos indicadores para suportar as informações necessárias.	No relatório de 2020 foram considerados os indicadores da ISA CTEEP e das Subsidiárias - IE Evrecy, IE Serra do Jaci, IE Minas Gerais, IE Norte Nordeste, IE Pinheiros e IE Sul. No relatório de 2021, além das empresas acima citadas foram incluídas as informações das Subsidiárias IE Aquapeí, IE Itaúnas, IE Biguaçu, IE Tibagi, IE Itapura e IE Itaquerê.	Foram incluídas as instalações que entraram em operação em 2021 e também em construção
401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total e taxa de novas contratações de empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminados por faixa etária, gênero e região. b. Número total e taxa de rotatividade de empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminados por faixa etária, gênero e região.	a. e b. - especificar os elementos utilizados nas fórmulas para o cálculo da taxa de novas contratações e taxa de rotatividade. - conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.)	n/a	n/a	n/a
401-2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Benefícios que são pagãos para os empregados em tempo integral da organização, mas não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial, discriminados por unidades operacionais importantes. Esses benefícios incluem, no mínimo: i. seguro de vida; ii. plano de saúde; iii. auxílio deficiência e invalidez; iv. licença maternidade/paternidade; v. previdência privada; vi. plano de aquisição de ações; vii. outros. b. A definição usada para "unidades operacionais importantes". 2.3 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 401-2, a organização relatora deverá excluir benefícios em espécie, tais como fornecimento de instalações esportivas ou creches infantis, refeições gratuitas durante a jornada de trabalho e programas similares de bem-estar geral dos empregados.	a. conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.)			
401-3	Licença maternidade/paternidade	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total de empregados com direito a tirar licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero. b. Número total de empregados que tiraram licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero. c. Número total de empregados que retornaram ao trabalho depois do término da licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero. d. Número total de empregados que retornaram ao trabalho depois do término da licença maternidade/paternidade e continuaram empregados doze meses após seu retorno ao trabalho, discriminados por gênero. e. Taxas de retorno ao trabalho e retenção de empregados que tiraram licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero.	Especificar o conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.).	n/a	n/a	n/a
402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Prazo mínimo de aviso, em semanas, geralmente dado a empregados e seus representantes antes da implementação de mudanças operacionais significativas que possam afetá-los substancialmente. b. Para organizações com acordos de negociação coletiva, relate se o prazo de aviso e os dispositivos sobre consultas e negociações estão especificados nos acordos coletivos.	a. conceitos adotados pela organização para "mudanças operacionais significativas" e "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.).			
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações para empregados e para trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização: a. Uma declaração sobre se foi implementado um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho, incluindo se: i. o sistema foi implementado devido a exigências legais e, nesse caso, uma lista das exigências; ii. o sistema foi implementado com base em normas/diretrizes reconhecidas de gestão de riscos e/ou sistema de gestão e, nesse caso, uma lista das normas/diretrizes. b. Uma descrição do escopo de trabalhadores, atividades e locais de trabalho abrangidos pelo sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho e uma explicação de se quaisquer trabalhadores, atividades ou locais de trabalho não são abrangidos e, em caso positivo, por que não o são.	Especificar o conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.) e "trabalhadores que não são empregados". (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: por qual regime de contratação e dentro de quais limites operacionais de atuação?)			
403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações para empregados e para trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização: a. Uma descrição dos processos utilizados para identificar periculosidade e avaliar riscos de forma rotineira e não rotineira, e para aplicar a hierarquia de controles de forma a eliminar perigos e minimizar riscos, incluindo: i. como a organização garante a qualidade desses processos, inclusive a competência das pessoas que os executam; ii. como os resultados desses processos são utilizados para avaliar e continuamente melhorar o sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. b. Uma descrição dos processos para que os trabalhadores relatem perigos e situações de periculosidade, e uma explicação de como os trabalhadores são protegidos contra represálias. c. Uma descrição das políticas e dos processos para que os trabalhadores se retirem de situações de trabalho que acreditem possam thes causar acidente de trabalho ou doença profissional, e uma explicação de como os trabalhadores são protegidos contra represálias. d. Uma descrição dos processos utilizados para investigar incidentes de trabalho, inclusive os processos para identificar periculosidade e avaliar riscos relativos aos incidentes, para determinar medidas corretivas usando a hierarquia de controles e para determinar melhorias necessárias no sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho.	Especificar o conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.) e "trabalhadores que não são empregados". (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: por qual regime de contratação e dentro de quais limites operacionais de atuação?) Diferenciar, nos itens a. a d. se os mecanismos e iniciativas descritas diferem na gestão de empregados e trabalhadores.			
403-3	Serviços de saúde do trabalho	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações para empregados e para trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização: a. Uma descrição das funções dos serviços de saúde do trabalho que contribuem para identificação e eliminação de periculosidade e minimização de riscos, e uma explicação de como a organização garante a qualidade desses serviços e facilita o acesso dos trabalhadores a eles.	Especificar o conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.) e "trabalhadores que não são empregados". (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: por qual regime de contratação e dentro de quais limites operacionais de atuação?). Observação: Informar caso haja diferenciação entre as respostas para empregados e trabalhadores que não são empregados.			
403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações para empregados e para trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização: a. Uma descrição dos processos para participação de trabalhadores e consulta aos trabalhadores no desenvolvimento, implementação e avaliação do sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho, e para dar acesso e prestar informações relevantes sobre saúde e segurança do trabalho para os trabalhadores. b. Onde houver comitês formais de saúde e segurança compostos por empregados e trabalhadores, uma descrição de suas responsabilidades, frequência das reuniões, poder de decisão, e se quaisquer trabalhadores não são representados por esses comitês e, em caso positivo, por que não o são.	Especificar o conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.) e "trabalhadores que não são empregados". (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: por qual regime de contratação e dentro de quais limites operacionais de atuação?). Observação: Informar caso haja diferenciação entre as respostas para empregados e trabalhadores que não são empregados.	n/a	n/a	n/a
403-5	Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações para empregados e para trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização: a. Uma descrição de capacitação em saúde e segurança do trabalho oferecida aos trabalhadores, inclusive treinamento genérico ou específico em riscos ocupacionais, atividades ou situações perigosas.	Especificar o conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.) e "trabalhadores que não são empregados". (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: por qual regime de contratação e dentro de quais limites operacionais de atuação?). Observação: Informar caso haja diferenciação entre as respostas para empregados e trabalhadores que não são empregados.			
403-6	Promoção da saúde do trabalhador	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações para empregados e para trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização: a. Uma explicação de como a organização facilita o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, e o escopo do acesso oferecido. b. Uma descrição dos serviços e programas de promoção da saúde oferecidos aos trabalhadores para tratar de importantes riscos à saúde não relacionados ao trabalho, inclusive os riscos específicos à saúde tratados, e como a organização facilita o acesso dos trabalhadores a esses serviços e programas.	Especificar o conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.) e "trabalhadores que não são empregados". (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: por qual regime de contratação e dentro de quais limites operacionais de atuação?). Observação: Informar caso haja diferenciação entre as respostas para empregados e trabalhadores que não são empregados.			
403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados a suas relações de negócios	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Uma descrição da abordagem da organização para prevenção ou mitigação de impactos significativos na saúde e segurança do trabalho que estão diretamente vinculados a suas operações, produtos e serviços por suas relações de negócios, e seus respectivos perigos e riscos.	a. conceito adotado pela organização para "impactos significativos na saúde e segurança do trabalho".			
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Se a organização implementou um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho baseado em exigências legais e/ou normas/diretrizes reconhecidas: i. o número e percentual de empregados e trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização que estão cobertos por esse sistema; ii. o número e percentual de empregados e trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização que estão cobertos por esse sistema que tenha sido auditado internamente; iii. o número e percentual de empregados e trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização que estão cobertos por esse sistema que tenha sido auditado internamente ou certificado por uma parte externa. b. Se quaisquer trabalhadores foram excluídos deste conteúdo e, em caso positivo, por que o foram, incluindo no relato os tipos de trabalhadores excluídos. c. Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas.	Especificar o conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.) e "trabalhadores que não são empregados". (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: por qual regime de contratação e dentro de quais limites operacionais de atuação?) Conforme apresentado na letra "c" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas."			
403-9	Acidentes de trabalho	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Para todos os empregados: i. O número e índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho; ii. O número e índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos); iii. O número e índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória; iv. Os principais tipos de acidente de trabalho; v. O número de horas trabalhadas. b. Para todos os trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização: i. O número e índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho; ii. O número e índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos); iii. O número e índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória; iv. Os principais tipos de acidente de trabalho; v. O número de horas trabalhadas. c. Os perigos que apresentam risco de acidentes de trabalho com consequência grave, incluindo: i. como esses perigos foram identificados; ii. quais desses perigos causaram ou contribuíram para acidentes de trabalho com consequência grave durante o período coberto pelo relatório; iii. as medidas tomadas ou em andamento para eliminar a periculosidade e minimizar os riscos usando a hierarquia de controles. d. Quaisquer medidas tomadas ou em andamento para eliminar outros perigos e minimizar os riscos de acidente de trabalho usando a hierarquia de controles. e. Se os índices foram calculados com base em 200.000 ou 1.000.000 de horas trabalhadas. f. Se quaisquer trabalhadores foram excluídos deste conteúdo e, em caso positivo, por que o foram incluindo no relato os tipos de trabalhadores excluídos	Especificar o conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.) e "trabalhadores que não são empregados". (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: por qual regime de contratação e dentro de quais limites operacionais de atuação?) ii. conceito adotado pela organização para "acidentes de trabalho com consequência grave". iii. conceito adotado pela organização para "acidentes de trabalho de comunicação obrigatória". v. base que computa o número total de horas trabalhadas considerado. Obs.: Conforme apresentado na letra "g" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas."	n/a	No relatório de 2021 além das empresas reportadas no anterior foram incluídas: - IE Itaúnas; - IE Biguaçu; - IE Itaúnas; - IE Itaquerê.	Foram incluídas as instalações que entraram em operação em 2021 e também as que estão em construção
403-10	Doenças profissionais	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Para todos os empregados: i. O número e índice de óbitos resultantes de doenças profissionais; ii. O número de casos de doenças profissionais de comunicação obrigatória; iii. Os principais tipos de doenças profissionais. b. Para todos os trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização: i. O número de óbitos resultantes de doenças profissionais; ii. O número de casos de doenças profissionais de comunicação obrigatória; iii. Os principais tipos de doenças profissionais. c. Os perigos que apresentam risco de doenças profissionais, incluindo: i. como esses perigos foram identificados; ii. quais desses perigos causaram ou contribuíram para casos de doença profissional durante o período coberto pelo relatório; iii. as medidas tomadas ou em andamento para eliminar a periculosidade e minimizar os riscos usando a hierarquia de controles. d. Se quaisquer trabalhadores foram excluídos deste conteúdo e, em caso positivo, por que o foram, incluindo no relato os tipos de trabalhadores excluídos. e. Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas. 2.3 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 403-10, a organização relatora deverá incluir óbitos resultantes de doenças profissionais no cálculo do número de casos de doenças profissionais de comunicação obrigatória.	Especificar o conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.) e "trabalhadores que não são empregados". (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: por qual regime de contratação e dentro de quais limites operacionais de atuação?) ii. conceito adotado pela organização para "doenças profissionais de comunicação obrigatória". Obs.: Conforme apresentado na letra "g" do conteúdo que deve ser reportado em resposta ao indicador: "Quaisquer informações contextuais necessárias para a compreensão de como os dados foram compilados, tais como normas, metodologias e premissas adotadas."			
404-1	Média de horas de capacitação por ano, por empregado	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Média de horas de capacitação realizada pelos empregados da organização durante o período coberto pelo relatório, discriminada por: i. gênero; ii. categoria funcional.	Especificar: - A média de horas refere-se à média por empregado? - Quais tipos de atividades foram consideradas capacitações e como as horas foram medidas/calculadas? - Conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.). - Detalhamento de como foram estratificadas as categorias funcionais.			

Indicador/ Disclosure/ Conteúdo GRI (Obs.: Foram consideradas as normas GRI Standards publicadas até setembro de 2021)	Nome	Descrição	Detalhamento do critério (Obs.: Aqui estão itens adicionais ao que a GRI já solicita, por exemplo se a GRI listou seis (a-f) itens para um indicador e consideramos que o item b precisa de complementação, apenas o item b está nesta coluna, mas o reporte deverá considerar também os demais itens)	Exceções nos limites e período de reporte	Alterações nos limites e critérios desde o último reporte	Justificativa para as alterações nos limites e critérios desde o último reporte
404-3	Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Percentual do total de empregados, discriminados por gênero e categoria funcional, que receberam avaliação regular de desempenho e de desenvolvimento de carreira durante o período coberto pelo relatório.	Especificar: - Conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.). - Detalhamento de como foram estratificadas as categorias funcionais. - Quais tipos de atividades foram consideradas "avaliação regular de desempenho e de desenvolvimento de carreira"?			
405-1	Diversidade em órgãos de governança e empregados	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança da organização em cada uma das seguintes categorias de diversidade: i. Gênero; ii. Faixa etária: abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos, acima de 50 anos; iii. Outros indicadores de diversidade, quando relevantes (tais como minorias ou grupos vulneráveis). b. Percentual de empregados por categoria funcional em cada uma das seguintes categorias de diversidade: i. Gênero; ii. Faixa etária: abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos, acima de 50 anos; iii. Outros indicadores de diversidade, quando relevantes (tais como minorias ou grupos vulneráveis).	Especificar: - Conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.). - Detalhamento de como foram estratificadas as categorias funcionais.	n/a	n/a	n/a
405-2	Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens para cada categoria funcional, por unidades operacionais importantes. b. A definição usada para "unidades operacionais importantes".	Especificar: - Racional de cálculo (fórmula e seus componentes) utilizado para o reporte da proporção de salário base e remuneração. - Detalhamento de como foram estratificadas as categorias funcionais.	n/a	n/a	n/a
406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total de casos de discriminação ocorridos durante o período coberto pelo relatório. b. Situação atual dos casos e as providências tomadas com referência ao seguinte: i. A organização analisou o caso; ii. Planos de reparação estão sendo implementados; iii. Planos de reparação foram implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de análise da gestão interna; iv. O caso não está mais sujeito a medidas corretivas. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 406-1, a organização relatora deverá incluir casos de discriminação com base em raça, cor, gênero, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, conforme definidos pela OIT, ou outras formas relevantes de discriminação envolvendo stakeholders internos e/ou externos em todas as atividades da organização no período coberto pelo relatório.	Especificar: - Conceito adotado pela organização para "casos de discriminação". - Descrever o que compôs a base de casos de discriminação utilizada pela organização (ex.: categorias filtradas nos sistemas internos de busca e/ou em canais de ouvidoria).	n/a	n/a	n/a
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Operações e fornecedores em que o direito dos trabalhadores de exercer liberdade sindical ou negociação coletiva pode estar sendo violado ou há risco significativo de violação, discriminados por: i. tipo de operação (ex.: fábrica) e fornecedor; ii. países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco. b. Medidas tomadas pela organização no período coberto pelo relatório no sentido de apoiar a liberdade de associação e a negociação coletiva.	Especificar de que forma a organização levanta/avalia o risco de violação do direito dos trabalhadores de exercer liberdade sindical ou negociação coletiva com relação aos empregados e fornecedores. a. Conceito adotado pela organização para "trabalhadores" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: por qual regime de contratação e dentro de quais limites operacionais de atuação?),	n/a	n/a	n/a
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Operações e fornecedores que podem apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de: i. trabalho infantil; ii. trabalhadores jovens expostos a trabalho perigoso. b. Operações e fornecedores que podem apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de trabalho infantil, discriminados por: i. tipo de operação (ex.: fábrica) e fornecedor; ii. países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco. c. Medidas tomadas pela organização durante o período coberto pelo relatório para contribuir para a efetiva abolição do trabalho infantil.	Especificar os conceitos adotados pela organização para: - "riscos significativos de ocorrência"; - "trabalho infantil" (ex.: base em legislação de qual território?); - "trabalhadores jovens" (ex.: base em legislação de qual território?); - trabalho perigoso; -"países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco." Se todas as operações e fornecedores são avaliados para esses riscos e, caso Não, detalhar.	n/a	No relatório de 2020 foram considerados os indicadores da ISA CTEEP e das Subsidiárias - IE Evercy, IE Serra do Japi, IE Minas Gerais, IE Norte Nordeste, IE Pinheiros e IE Sul. No relatório de 2021, além das empresas acima citadas foram incluídas as informações das Subsidiárias IE Aguapeí, IE Itaúnas, IE Biguaçu, IE Tibagi, IE Itapura e IE Itaquerê.	Foram incluídas as instalações que entraram em operação em 2021 e também IE Biguaçu (em construção)
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Operações e fornecedores que podem apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo, discriminados por: i. tipo de operação (ex.: fábrica) e fornecedor; ii. países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco. b. Medidas tomadas pela organização durante o período coberto pelo relatório para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	Especificar os conceitos adotados pela organização para: - "riscos significativos de ocorrência"; - "trabalho forçado ou análogo ao escravo" (ex.: base em legislação de qual território?); -"países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco." Se todas as operações e fornecedores são avaliados para esses riscos e, caso Não, detalhar.	n/a	No relatório de 2020 foram considerados os indicadores da ISA CTEEP e das Subsidiárias - IE Evercy, IE Serra do Japi, IE Minas Gerais, IE Norte Nordeste, IE Pinheiros e IE Sul. No relatório de 2021, além das empresas acima citadas foram incluídas as informações das Subsidiárias IE Aguapeí, IE Itaúnas, IE Biguaçu, IE Tibagi, IE Itapura e IE Itaquerê.	Foram incluídas as instalações que entraram em operação em 2021 e também IE Biguaçu (em construção)
410-1	Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Percentual do pessoal de segurança que recebeu capacitação formal nas políticas ou nos procedimentos específicos da organização em direitos humanos e sua aplicação na segurança. b. Se os requisitos de capacitação também se aplicam a empresas contratadas que fornecem pessoal de segurança.	a. Informar o que a companhia entende por conteúdo específico sobre direitos humanos nesses treinamentos (citar exemplos). Informar também o racional (fórmula e seus componentes) utilizado para o cálculo da porcentagem.	n/a	n/a	n/a
411-1	Casos de violação de direitos de povos indígenas	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total de casos identificados de violações de direitos dos povos indígenas durante o período coberto pelo relatório. b. Situação atual dos casos e as providências tomadas com referência ao seguinte: i. A organização analisou o caso; ii. Planos de reparação estão sendo implementados; iii. Planos de reparação foram implementados e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de análise da gestão interna; iv. O caso Não está mais sujeito a medidas corretivas.	a. Informar quais os critérios da organização para determinar o que são casos de violações de direitos dos povos indígenas e como a companhia os identifica (ex.: categorias filtradas nos sistemas internos de busca e/ou em canais de ouvidoria).	n/a	n/a	n/a
412-1	Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total e percentual de operações que tenham sido submetidas a avaliações de direitos humanos ou avaliações de impacto nos direitos humanos, discriminadas por país.	Especificar: - O conceito adotado pela organização para "Operações"; - Quais tipos de atividades foram consideradas "avaliações de direitos humanos" e "avaliações de impacto nos direitos humanos"? - Informar os critérios para essas avaliações e o racional (fórmula e seus componentes) considerado para o cálculo percentual.	n/a	n/a	n/a
412-2	Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total de horas dedicadas, no período coberto pelo relatório, à capacitação em políticas de direitos humanos ou procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações da organização. b. Percentual de empregados treinados, no período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos ou procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações.	a. Informar: o que a companhia entende por aspectos de direitos humanos relevantes para as operações da organização e como os determina; se o número total de horas informado é um valor absoluto ou uma média por profissional treinado; quais tipos de atividades foram consideradas capacitações e como as horas foram medidas/calculadas? b. Informar: o conceito adotado pela organização para "empregados" (categorias profissionais contidas ou não nesse conceito, p. ex.: estagiários, aprendizens, conselheiros, diretores, etc.); o racional (fórmula e seus componentes) utilizado para o cálculo.	n/a	n/a	n/a
412-3	Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos. b. A definição de "acordos de investimentos significativos" usada pela organização.	a. conceito adotado pela organização para "avaliação de direitos humanos" e para "acordos e contratos de investimentos significativos".			
413-1	Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Percentual de operações que implementaram engajamento, avaliações de impacto e/ou programas de desenvolvimento voltados à comunidade local, incluindo, entre outros, o uso de: i. avaliações de impacto social, inclusive avaliações de impacto de gênero, com base em processos participativos; ii. avaliações de impacto ambiental e monitoramento contínuo; iii. divulgação pública dos resultados das avaliações de impacto ambiental e social; iv. programas de desenvolvimento local baseados nas necessidades de comunidades locais; v. planos de engajamento de stakeholders baseados em mapeamentos dessas partes; vi. comitês e processos de consulta ampla à comunidade local incluindo grupos vulneráveis; vii. conselhos de trabalho, comissões de saúde e segurança no trabalho e outras entidades representativas de trabalhadores para discutir impactos; viii. processos formais de queixas por parte de comunidades locais.	a. Informar o conceito adotado pela organização para "Operações"; Informar os critérios para a companhia determinar quais ações são consideradas engajamento à comunidade local, bem como o que entende por avaliação de impacto e/ou programa de desenvolvimento. i. Informar como a organização mensura as ações para determinar os impactos sociais. ii. Informar como são realizadas as avaliações de impacto ambiental e como a companhia garante o monitoramento contínuo. iv. Informar como a companhia determina quais são as necessidades das comunidades locais e os critérios para refletir isso em programas de desenvolvimento. v. Informar os critérios para mapeamento dos stakeholders e para seu posterior engajamento. vi. Informar quais são os processos de consulta utilizados pela companhia e como ela determina o que são grupos vulneráveis.	Sim	No relatório de 2020 foram considerados os indicadores da ISA CTEEP e das Subsidiárias 100% em operação - IE Evercy, IE Serra do Japi, IE Minas Gerais, IE Norte Nordeste, IE Pinheiros e IE Sul.	No relatório de 2021, além das empresas citadas em 2020 foram incluídas as informações das Subsidiárias em construção.
413-2	Operações com impactos negativos significativos – reais e potenciais – nas comunidades locais	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais, incluindo: i. a localização das operações; ii. os impactos negativos reais e potenciais das operações.	a. Informar o conceito adotado pela organização para "Operações" e "comunidades locais"; Informar os critérios que são considerados para determinar quais são os impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais às operações.	n/a	n/a	n/a
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais.	a. Informar quais foram os critérios sociais considerados e o racional (fórmula e seus componentes) do cálculo. Informar o conceito adotado pela organização para "novos fornecedores".	Para o ano de 2021 não está sendo considerado os dados da IE Riacho Grande, visto a empresa que foi constituída no final de 2021, desta forma, ainda não temos indicadores para suportar as informações necessárias.	No relatório de 2020 foram considerados os indicadores da ISA CTEEP e das Subsidiárias - IE Evercy, IE Serra do Japi, IE Minas Gerais, IE Norte Nordeste, IE Pinheiros e IE Sul. No relatório de 2021, além das empresas acima citadas foram incluídas as informações das Subsidiárias IE Aguapeí, IE Itaúnas, IE Biguaçu, IE Tibagi, IE Itapura e IE Itaquerê.	Foram incluídas as instalações que entraram em operação em 2021 e também em construção
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número de fornecedores avaliados com relação aos impactos sociais. b. Número de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos reais e potenciais. c. Impactos sociais negativos significativos – reais e potenciais – identificados na cadeia de fornecedores. d. Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos – reais e potenciais – com os quais foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada. e. Percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos significativos – reais e potenciais – com os quais a organização encerrou as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento.	a. Informar como a organização determina o que é um impacto social de seus fornecedores. Informar também no que consiste essa avaliação do fornecedor (quais são os critérios de avaliação determinados pela empresa). b. Informar os critérios que a companhia utiliza para determinar o que são impactos sociais negativos reais e potenciais. c. Informar como a companhia determina quais impactos sociais negativos - reais e potenciais - são significativos. e. Informar o racional (fórmula e seus componentes) considerado para o cálculo, incluindo a composição da base utilizada para o total de fornecedores (se aplica aos demais itens também).			
415-1	Contribuições políticas	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Valor monetário total de contribuições políticas financeiras ou de outra natureza feitas direta e indiretamente pela organização, discriminadas por país e destinatário/beneficiário. b. Se aplicável, como o valor monetário das contribuições de outra natureza foi estimado. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 415-1, a organização relatora deverá calcular as contribuições financeiras políticas em conformidade com as normas contábeis nacionais, caso existam.	a. Caso aplicável, especificar o que são as contribuições "de outra natureza".	n/a	n/a	n/a
416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	A organização relatora deverá relatar a seguinte informação: a. Percentual de categorias significativas de produtos e serviços para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança em busca de melhorias.	a. Informar os critérios para determinar quais categorias de produtos e serviços são significativas; Especificar como é feita a avaliação de impactos na saúde e segurança pela organização; Informar o racional (fórmula e seus componentes) considerado para o cálculo.			
416-2	Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total de casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços durante o período coberto pelo relatório, discriminados por: i. casos de não conformidade com leis que resultaram em multa ou penalidade; ii. casos de não conformidade com leis que resultaram em advertência; iii. casos de não conformidade com códigos voluntários. b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários, uma breve declaração desse fato será suficiente. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 416-2, a organização relatora deverá: 2.1.1 excluir casos de não conformidade em que a organização foi considerada isenta de culpa; 2.1.2 excluir casos de não conformidade em relação a rotulagem. Casos relacionados a rotulagem são relatados no Conteúdo 417-2 da Norma GRI 417: Marketing e Rotulagem; 2.1.3 se aplicável, identificar quaisquer casos de não conformidade em relação a eventos ocorridos em períodos anteriores ao coberto pelo relatório.	a. Descrever o que compôs a base de "casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços" utilizada pela organização (ex.: categorias filtradas nos sistemas internos de busca). Descrever as esferas (ex.: municipal, estadual, federal, etc) e tipos de legislação consideradas (ex.: leis, resolução, instruções normativas, decretos, etc).			
417-1	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Se os seguintes tipos de informações são exigidos pelos procedimentos da organização relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços: i. Origem de componentes do produto ou serviço; ii. Conteúdo, particularmente de substâncias que possam causar impacto ambiental ou social; iii. Uso seguro do produto ou serviço; iv. Disposição do produto e impactos ambientais ou sociais; v. Outras informações (explique). b. Percentual de categorias significativas de produtos ou serviços abrangidas pelos procedimentos da organização e avaliadas quanto à conformidade com esses procedimentos.	a.ii. Informar qual foi a base para determinar quais substâncias que podem causar impacto ambiental ou social; a.iii. Informar qual foi o critério para determinar qual o uso seguro do produto ou serviço; a.iv. Informar quais foram os critérios considerados para determinar a disposição do produto e impactos ambientais ou sociais; b. Informar os critérios para determinar quais são as categorias significativas e o racional (fórmula e seus componentes) do cálculo da porcentagem.			
417-2	Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total de casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por: i. casos de não conformidade com leis que resultaram em multa ou penalidade; ii. casos de não conformidade com leis que resultaram em advertência; iii. casos de não conformidade com códigos voluntários. b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários, uma breve declaração desse fato será suficiente. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 417-2, a organização relatora deverá: 2.1.1 excluir casos de não conformidade em que a organização foi considerada isenta de culpa; 2.1.2 se aplicável, identificar quaisquer casos de não conformidade em relação a eventos ocorridos em períodos anteriores ao coberto pelo relatório.	a. Descrever o que compôs a base de "casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços" utilizada pela organização (ex.: categorias filtradas nos sistemas internos de busca).			
417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total de casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação a comunicação de marketing, inclusive publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por: i. casos de não conformidade com leis que resultaram em multa ou penalidade; ii. casos de não conformidade com leis que resultaram em advertência; iii. casos de não conformidade com códigos voluntários. b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários, uma breve declaração desse fato será suficiente. 2.2 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 417-3, a organização relatora deverá: 2.2.1 excluir casos de não conformidade em que a organização foi considerada isenta de culpa; 2.2.2 se aplicável, identificar quaisquer casos de não conformidade em relação a eventos ocorridos em períodos anteriores ao coberto pelo relatório.	a. Descrever o que compôs a base de "casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação a comunicação de marketing, inclusive publicidade, promoção e patrocínio" utilizada pela organização (ex.: categorias filtradas nos sistemas internos de busca). Descrever as esferas (ex.: municipal, estadual, federal, etc) e tipos de legislação consideradas (ex.: leis, resolução, instruções normativas, decretos, etc).			
418-1	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Número total de queixas comprovadas relativas a violação da privacidade do cliente, categorizadas por: i. queixas recebidas de partes externas e comprovadas pela organização; ii. queixas de agências reguladoras. b. Número total de vazamentos, furtos ou perdas de dados de clientes que foram identificados. c. Se a organização não tiver identificado nenhuma queixa comprovada, uma breve declaração desse fato será suficiente. 2.1 Ao compilar as informações especificadas no Conteúdo 418-1, a organização relatora deverá indicar se um número significativo dessas queixas se refere a eventos em anos anteriores.	a. Conceitos adotados pela organização para "queixas comprovadas" e "violação da privacidade do cliente" b. Conceitos adotados pela organização para "vazamentos, furtos ou perdas de dados de clientes". 2.1. Especificar o conceito adotado para "número significativo".	n/a	n/a	n/a
419-1	Não conformidade com leis e regulamentos na área socioeconômica	A organização relatora deverá relatar as seguintes informações: a. Multas e sanções não monetárias significativas por não conformidade com leis e/ou regulamentos na área socioeconômica em termos de: i. valor monetário total de multas significativas; ii. número total de sanções não monetárias; iii. processos movidos por meio de mecanismos de arbitragem. b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com leis e/ou regulamentos, uma breve declaração desse fato será suficiente. c. O contexto em que foram aplicadas multas significativas e sanções não monetárias.	a. Conceitos adotados pela organização para "Multas significativas", "Sanções não monetárias significativas" e "não conformidade com leis e/ou regulamentos na área socioeconômica" (ex.: categorias filtradas nos sistemas internos de busca). Descrever as esferas (ex.: municipal, estadual, federal, etc) e tipos de legislação consideradas (ex.: leis, resolução, instruções normativas, decretos, etc).	n/a	n/a	n/a